

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	6
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	13
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	14
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	15
Demonstração de Valor Adicionado	16

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	18
Balanço Patrimonial Passivo	19
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	24
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	25
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
Notas Explicativas	32
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	109

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	110
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	113

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	115
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	116

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	65.178.483
Preferenciais	55.993.541
Total	121.172.024
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	5.925.192
Total	5.925.192

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2015	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2015	Preferencial		0,14551
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2015	Juros sobre Capital Próprio	15/04/2015	Ordinária		0,14551
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	15/07/2015	Preferencial		0,16408
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	15/07/2015	Ordinária		0,16408
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2015	Juros sobre Capital Próprio	15/10/2015	Preferencial		0,18087
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2015	Juros sobre Capital Próprio	15/10/2015	Ordinária		0,18087
Reunião do Conselho de Administração	31/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/01/2016	Ordinária		0,19852
Reunião do Conselho de Administração	31/12/2015	Juros sobre Capital Próprio	18/01/2016	Preferencial		0,19852

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	8.967.637	10.443.494	10.593.056
1.01	Ativo Circulante	4.504.890	6.258.837	6.775.528
1.01.01	Disponibilidades	89.414	173.634	147.466
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	504.580	243.250	667.692
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	381.846	151.040	183.922
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.989	21.028	58.199
1.01.02.03	Aplicações em Moeda Estangeira	116.745	71.182	425.571
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.390.931	1.204.709	1.804.111
1.01.03.01	Carteira Própria	229.105	766.845	1.021.113
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	552.314	203.998	551.072
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	395.096	232.588	227.376
1.01.03.05	Vinculados à Prestação de Garantias	214.416	1.278	4.550
1.01.04	Relações Interfinanceiras	577	631	621
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central do Brasil	577	0	621
1.01.06	Operações de Crédito	1.882.764	3.509.571	3.133.477
1.01.06.01	Setor Privado	1.885.955	3.263.940	2.917.156
1.01.06.02	Setor Público	0	0	365
1.01.06.03	(-) Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	-97.759	-125.691	-90.040
1.01.06.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	94.568	371.322	305.996
1.01.08	Outros Créditos	576.533	954.447	854.969
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	241.500	602.367	525.129
1.01.08.02	Rendas a Receber	32.597	33.341	26.958
1.01.08.03	Negociação e Intermediação de Valores	41.508	89.051	65.415
1.01.08.04	Diversos	295.840	243.627	248.971
1.01.08.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-48.414	-13.939	-11.504
1.01.08.06	Avais e Fianças Honradas	13.502	0	0
1.01.09	Outros Valores e Bens	60.091	172.595	167.192
1.01.09.01	Bens não de Uso Próprio	56.910	169.163	162.764

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.01.09.02	Despesas Antecipadas	3.181	3.432	4.428
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.268.515	4.101.573	3.677.856
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	1.808.795	1.749.441	799.680
1.02.02.01	Carteira Própria	921.078	1.314.028	402.119
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	832.181	288.089	287.982
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	55.536	147.324	109.579
1.02.05	Operações de Crédito	1.531.470	1.937.716	2.374.308
1.02.05.01	Setor Privado	1.574.720	1.920.927	2.371.032
1.02.05.02	Setor Público	0	0	18.626
1.02.05.03	(-) Provisão para Operações de Crédito com Liquidação Duvidosa	-63.384	-45.488	-75.888
1.02.05.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	20.134	62.277	60.538
1.02.07	Outros Créditos	676.896	405.288	492.247
1.02.07.02	Rendas a Receber	37.708	41.354	29.987
1.02.07.03	Devedores por Depósito em Garantia	44.708	40.393	206.615
1.02.07.04	Diversos	595.299	324.064	256.343
1.02.07.05	(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-819	-523	-698
1.02.08	Outros Valores e Bens	251.354	9.128	11.621
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	5.569	9.128	11.621
1.02.08.02	Bens não de uso próprio	245.785	0	0
1.03	Ativo Permanente	194.232	83.084	139.672
1.03.01	Investimentos	182.757	64.090	113.260
1.03.01.01	Dependências no Exterior	2.898	5.344	9.047
1.03.01.02	Participações em Controladas	179.859	58.746	104.213
1.03.02	Imobilizado de Uso	11.087	18.255	24.984
1.03.02.01	Instalações, Móveis Equipamentos de Uso	13.096	13.217	13.216
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	14.915	21.384	29.140
1.03.02.03	(-) Depreciações Acumuladas	-16.924	-16.346	-17.372
1.03.04	Intangível	388	739	1.428

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.03.04.01	Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais	9.614	9.587	9.587
1.03.04.02	(-) Amortização Acumulada	-9.226	-8.848	-8.159

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	8.967.637	10.443.494	10.593.056
2.01	Passivo Circulante	4.387.737	5.562.787	6.029.282
2.01.01	Depósitos	1.012.755	1.604.719	2.104.966
2.01.01.01	Depósitos à Vista	17.896	26.683	23.332
2.01.01.02	Depósitos Interfinanceiros	122.065	46.871	77.846
2.01.01.03	Depósitos a Prazo	872.794	1.531.165	2.003.788
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	550.907	196.521	547.579
2.01.02.01	Carteira Própria	550.907	196.521	547.579
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	1.568.715	1.105.977	1.301.013
2.01.03.01	Recursos de letras de crédito imobiliário	600.122	442.192	270.317
2.01.03.02	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	428.354	530.896	410.269
2.01.03.03	Recursos de letras financeiras	528.461	121.061	599.368
2.01.03.04	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	11.778	11.828	21.059
2.01.04	Relações Interfinanceiras	1.099	1.187	25
2.01.04.01	Correspondentes	1.099	1.187	25
2.01.05	Relações Interdependências	7.352	74	15.072
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	7.352	74	15.072
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	354.383	1.079.612	1.045.727
2.01.06.02	Empréstimos no Exterior	354.383	1.079.612	1.045.727
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	352.769	663.936	341.050
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	266.654	62.461	2.865
2.01.09	Outras Obrigações	273.103	848.300	670.985
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	115.036	233.893	160.353
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	498	378	1.163
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	33	149.894	94.959
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	0	0	6.432
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	23.129	6.634	20.368
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	28.656	50.763	27.602

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.01.09.08	Dívidas Subordinada	9.451	16.044	14.150
2.01.09.09	Outros	23.573	18.581	28.631
2.01.09.10	Obrigações Por Venda e Transferência de Ativos Financeiros	72.727	372.113	317.327
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	3.338.816	3.539.534	3.222.867
2.02.01	Depósitos	1.028.838	766.181	1.159.366
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	213.890	21.709	16.093
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	814.948	744.472	1.143.273
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	0	3.672	0
2.02.02.01	Carteira Própria	0	3.672	0
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	500.949	937.520	436.686
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	46.750	72.567	28.073
2.02.03.02	Recursos de letras financeiras	159.738	568.690	138.999
2.02.03.03	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	250.656	173.943	259.235
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	43.805	122.320	10.379
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	134.716	129.751	304.538
2.02.06.02	Empréstimos no Exterior	134.716	129.751	304.538
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	453.308	669.562	800.058
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	721.137	568.640	2.835
2.02.09	Outras Obrigações	499.868	464.208	519.384
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	166.104	31.180	30.480
2.02.09.02	Fiscais e Previdenciárias	42.144	30.901	63.244
2.02.09.03	Provisão para Passivos Contingentes	12.558	21.068	11.922
2.02.09.04	Dívida Subordinada	232.335	317.946	346.061
2.02.09.05	Outros	4.753	836	7.139
2.02.09.06	Obrigações Por Venda e Transferência de Ativos Financeiros	41.974	62.277	60.538
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	78.226	85.236	68.499
2.05	Patrimônio Líquido	1.162.858	1.255.937	1.272.408
2.05.01	Capital Social Realizado	1.112.259	1.112.259	1.112.259

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.05.01.01	De Domiciliados no País	983.392	981.847	979.805
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	128.867	130.412	132.454
2.05.02	Reservas de Capital	0	0	14.032
2.05.04	Reservas de Lucro	121.633	172.120	162.882
2.05.04.01	Legal	22.373	20.321	15.605
2.05.04.02	Estatutária	97.752	156.705	148.183
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	1.508	-4.906	-906
2.05.04.07.01	(-) Ações em Tesouraria	-35.744	-17.030	-22.083
2.05.04.07.02	Dividendos adicionais propostos	37.252	12.124	21.177
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-71.034	-28.442	-16.765

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	1.714.660	1.367.357	1.159.557
3.01.01	Operações de Crédito	700.462	777.760	554.395
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	319.081	344.797	254.064
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	626.692	200.273	196.213
3.01.04	Resultado com Operações de Câmbio	68.425	44.527	154.885
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-1.681.850	-1.112.766	-911.104
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-887.384	-688.936	-612.436
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-637.551	-281.618	-183.693
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-112.879	-65.333	-98.484
3.02.04	Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	-44.036	-76.879	-16.491
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	32.810	254.591	248.453
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-168.335	-149.768	-38.068
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	73.535	74.534	87.425
3.04.02	Despesas de Pessoal	-84.332	-89.811	-86.054
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-68.726	-84.378	-91.695
3.04.04	Despesas Tributárias	-20.838	-9.772	-13.321
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	15.825	23.034	74.044
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-94.491	-71.418	-32.507
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	10.692	8.043	24.040
3.05	Resultado Operacional	-135.525	104.823	210.385
3.06	Resultado Não Operacional	7.054	15.024	9.252
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	-128.471	119.847	219.637
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	0	-27.499	-17.912
3.09	IR Diferido	202.066	41.498	-4.426
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-32.569	-39.539	-35.703
3.10.01	Participações	-32.569	-39.539	-35.703
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	41.026	94.307	161.596
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,35598	0,79314	1,32788

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	41.026	94.307	161.596
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-71.034	-28.442	-16.765
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	-121.443	-34.245	-20.308
4.02.02	Hedges fluxo de caixa	-339	-1.416	0
4.02.03	Outros resultados abrangentes	-5.346	-11.803	-7.688
4.02.04	Imposto de renda	56.094	19.022	11.231
4.03	Resultado Abrangente do Período	-30.008	65.865	144.831

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	356.617	-324.275	352.824
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-57.847	110.326	235.312
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	41.026	94.307	161.596
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	112.879	65.333	98.484
6.01.01.03	Impostos Diferidos	-202.066	-41.498	4.426
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	2.388	3.777	5.316
6.01.01.05	Provisão para Contingências	-185	-4.259	-10.424
6.01.01.06	Resultado de Participação e Controlada	-10.692	-8.043	-24.040
6.01.01.07	Prejuízo (Lucro) na Alienação de Imobilizado	-1.197	709	-46
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	414.464	-434.601	117.512
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	15.692	37.501	42.615
6.01.02.02	(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários	418.523	-356.004	1.858.580
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operações de Crédito	1.954.943	-1.765	-1.589.281
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros Créditos	273.600	25.909	-134.061
6.01.02.05	(Aumento) Redução de Outros Valores e Bens	-129.722	-2.910	12.364
6.01.02.06	(Aumento) Redução de Relações Interfinanceiras e Interdependências	7.244	-13.846	-6.551
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	-690.532	68.920	-87.585
6.01.02.08	Aumento (Redução) de Depósitos	-329.307	-893.432	-211.406
6.01.02.09	Aumento (Redução) de Operações Compromissadas	350.714	-347.386	-1.285.082
6.01.02.10	Aumento (Redução) de Recursos e Aceites e Emissões de Títulos	26.167	305.798	445.636
6.01.02.11	Aumento (Redução) de Outras Obrigações	-584.853	48.989	419.493
6.01.02.12	Aumento (Redução) de Obrigações por Empréstimos e Repasses	-890.995	676.889	640.362
6.01.02.13	Aumento (Redução) de Resultado de Exercícios Futuros	-7.010	16.736	12.428
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-101.646	60.146	67.980
6.02.01	Aquisição de imobilizado de uso	6.356	2.932	-525
6.02.02	Aquisição no Intangível	0	0	-138
6.02.03	Redução/Aumento de capital em controladas	0	3.707	68.643
6.02.04	Recebimento de dividendos de controladas	0	53.507	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.02.05	Aquisição/Alienação de intangível	-27	0	0
6.02.06	Aquisição de investimentos em coligadas e controladas	-107.975	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-62.170	-96.644	-86.726
6.03.01	Venda (Aquisição) de Ações Próprias	-20.083	-24.254	-9.333
6.03.02	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Pagos	-43.456	-77.796	-111.316
6.03.03	Aumento de capital	0	0	31.576
6.03.04	Ágio por Subscrição de Ações	0	0	2.347
6.03.05	Cancelamento de ações em tesouraria	1.369	5.406	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	192.801	-360.773	334.078
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	396.701	757.474	423.396
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	589.502	396.701	757.474

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.112.259	0	0	172.120	0	-28.442	1.255.937
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.112.259	0	0	172.120	0	-28.442	1.255.937
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	41.026	0	41.026
5.05	Destinações	0	0	0	-31.864	-41.026	0	-72.890
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-80.213	0	-80.213
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-31.864	39.187	0	7.323
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	2.051	-2.051	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	-41.238	41.238	0	0
5.05.03.03	Aprovação Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	-60.858	0	0	-60.858
5.05.03.04	Pagamento Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	68.181	0	0	68.181
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	91	0	-42.592	-42.501
5.07.04	MTM de Títulos Disponíveis para Venda	0	0	0	0	0	-47.354	-47.354
5.07.05	MTM Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	0	658	658
5.07.06	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	91	0	4.104	4.195
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-18.714	0	0	-18.714
5.13	Saldo Final	1.112.259	0	0	121.633	0	-71.034	1.162.858

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.112.259	14.032	0	162.882	0	-16.765	1.272.408
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.112.259	14.032	0	162.882	0	-16.765	1.272.408
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	94.307	0	94.307
5.05	Destinações	0	0	0	14.054	-94.307	0	-80.253
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-6.737	0	-6.737
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-64.463	0	-64.463
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	14.054	-23.107	0	-9.053
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	4.715	-4.715	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	18.392	-18.392	0	0
5.05.03.03	Aprovação Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	-21.177	0	0	-21.177
5.05.03.04	Pagamento Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	12.124	0	0	12.124
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-11.677	-11.677
5.07.04	MTM de Títulos Disponíveis para Venda	0	0	0	0	0	-8.100	-8.100
5.07.05	MTM Hedge de Fluxo de Caixa	0	0	0	0	0	-829	-829
5.07.06	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-2.748	-2.748
5.10	Ações em Tesouraria	0	-14.032	0	-4.816	0	0	-18.848
5.13	Saldo Final	1.112.259	0	0	172.120	0	-28.442	1.255.937

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	935.683	11.685	0	273.001	0	-423	1.219.946
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	935.683	11.685	0	273.001	0	-423	1.219.946
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	161.596	0	161.596
5.05	Destinações	0	0	0	44.214	-161.596	0	-117.382
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-57.730	0	-57.730
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-62.270	0	-62.270
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	44.214	-41.596	0	2.618
5.05.03.01	Reserva Legal	0	0	0	8.080	-8.080	0	0
5.05.03.02	Reserva Estatutária	0	0	0	33.516	-33.516	0	0
5.05.03.03	Aprovação Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	81.622	0	0	81.622
5.05.03.04	Pagamento Dividendo Adicional Proposto	0	0	0	-79.004	0	0	-79.004
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-16.342	-16.342
5.07.04	MTM de Títulos Disponíveis para Venda	0	0	0	0	0	-12.185	-12.185
5.07.05	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	-4.157	-4.157
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	176.576	0	0	-145.000	0	0	31.576
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	-9.333	0	0	-9.333
5.12	Outros	0	2.347	0	0	0	0	2.347
5.13	Saldo Final	1.112.259	14.032	0	162.882	0	-16.765	1.272.408

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	1.603.704	1.343.198	1.199.287
7.01.01	Intermediação Financeira	1.714.660	1.367.357	1.159.557
7.01.02	Prestação de Serviços	73.535	74.534	87.425
7.01.03	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-112.879	-65.333	-98.484
7.01.04	Outras	-71.612	-33.360	50.789
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.568.971	-1.047.433	-812.620
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-58.077	-70.229	-76.435
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-636	-637	-640
7.03.02	Serviços de Terceiros	-43.986	-53.669	-55.195
7.03.04	Outros	-13.455	-15.923	-20.600
7.04	Valor Adicionado Bruto	-23.344	225.536	310.232
7.05	Retenções	-2.388	-3.777	-5.316
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.388	-3.777	-5.316
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	-25.732	221.759	304.916
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.692	8.043	24.040
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	10.692	8.043	24.040
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	-15.040	229.802	328.956
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	-15.040	229.802	328.956
7.09.01	Pessoal	116.901	129.350	121.757
7.09.01.01	Remuneração Direta	56.862	60.590	58.138
7.09.01.02	Benefícios	8.399	9.009	8.949
7.09.01.03	F.G.T.S.	5.131	5.997	4.786
7.09.01.04	Outros	46.509	53.754	49.884
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-181.228	-4.227	35.659
7.09.02.01	Federais	-185.496	-8.944	30.616
7.09.02.02	Estaduais	2	2	5
7.09.02.03	Municipais	4.266	4.715	5.038
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.261	10.372	9.944

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.09.03.01	Aluguéis	8.261	10.372	9.944
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	41.026	94.307	161.596
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	80.213	64.463	62.270
7.09.04.02	Dividendos	0	6.737	57.730
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.187	23.107	41.596

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	8.780.467	10.279.356	10.383.349
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	592.626	402.583	738.652
1.02	Aplicações Financeiras	3.166.285	3.014.410	2.515.196
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.166.285	3.014.410	2.515.196
1.02.01.01	Títulos para Negociação	989.657	1.199.575	1.817.199
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.623.173	1.747.717	697.997
1.02.01.03	Instrumentos de Hedge (Derivativos)	553.455	67.118	0
1.03	Empréstimos e Recebíveis	3.912.917	6.161.800	6.263.018
1.04	Tributos Diferidos	354.286	132.821	84.139
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	354.286	132.821	84.139
1.05	Outros Ativos	742.088	547.990	678.553
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	410.670	169.163	162.764
1.05.03	Outros	331.418	378.827	515.789
1.06	Investimentos	0	0	76.509
1.07	Imobilizado	11.484	18.746	25.619
1.07.01	Imobilizado de Uso	11.484	18.746	25.619
1.08	Intangível	781	1.006	1.663
1.08.01	Intangíveis	781	1.006	1.663

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	8.780.467	10.279.356	10.383.349
2.01	Passivos Financeiros para Negociação	281.140	265.073	190.833
2.01.01	Instrumentos financeiros derivativos	0	0	190.833
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	7.220.376	8.544.974	8.788.081
2.03.01	Depósitos de instituições financeiras	335.924	68.535	89.718
2.03.02	Depósitos de clientes	2.753.347	3.413.756	3.785.522
2.03.03	Captações no mercado aberto	499.786	168.541	508.792
2.03.04	Obrigações por títulos e valores mobiliários	934.480	874.532	1.014.860
2.03.05	Obrigações por empréstimos e repasses	2.391.325	3.603.271	2.964.320
2.03.07	Outros passivos financeiros	78.226	85.236	68.499
2.03.08	Dívidas subordinadas	227.288	331.103	356.370
2.04	Provisões	31.312	33.161	32.458
2.04.01	Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões	30.943	32.792	31.735
2.04.02	Provisões para riscos fiscais	369	369	723
2.05	Passivos Fiscais	2.902	2.937	4.353
2.06	Outros Passivos	54.984	170.791	89.651
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	1.189.753	1.262.420	1.277.973
2.08.01	Capital Social Realizado	1.112.259	1.112.259	1.112.259
2.08.02	Reservas de Capital	0	0	14.032
2.08.02.06	Reservas de Capital	0	0	14.032
2.08.04	Reservas de Lucros	229.546	280.323	269.631
2.08.04.02	Reserva Estatutária	265.290	297.353	270.537
2.08.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	21.177
2.08.04.09	Ações em Tesouraria	-35.744	-17.030	-22.083
2.08.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-48.955	-27.065	-14.852
2.08.07	Ajustes Acumulados de Conversão	-103.097	-103.097	-103.097

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	968.330	943.145	754.602
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-928.697	-734.905	-534.238
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	39.633	208.240	220.364
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-195.338	-120.632	-51.572
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	70.058	65.273	58.341
3.04.02	Despesas de Pessoal	-122.413	-137.162	-128.489
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-63.671	-75.937	-79.225
3.04.04	Despesas Tributárias	-23.454	-11.497	-16.774
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	74.158	93.874	216.915
3.04.05.02	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	214.215	205.169	192.654
3.04.05.03	Variações cambiais líquidas	-63.057	-64.992	-10.198
3.04.05.04	Outras receitas (despesas) operacionais	-80.539	-56.749	30.744
3.04.05.05	Resultado na alienação de ativos não recorrentes para a venda	3.539	10.446	3.715
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-130.016	-55.183	-102.340
3.04.06.01	Depreciação e amortização	-2.678	-3.987	-5.417
3.04.06.02	Provisões (líquidas)	9.604	14.474	26.519
3.04.06.03	Perdas com ativos financeiros (líquidas)	-136.942	-65.670	-123.442
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-155.705	87.608	168.792
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	196.462	8.153	-21.488
3.06.01	Corrente	-5.063	-32.399	-26.351
3.06.02	Diferido	201.525	40.552	4.863
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	40.757	95.761	147.304
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	40.757	95.761	147.304
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	40.757	95.761	147.304
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,33636	0,79029	1,19166
3.99.01.02	PN	0,33636	0,79029	1,19166

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	40.757	95.761	147.304
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-48.955	-27.065	-14.852
4.02.01	Ativos financeiros disponíveis para venda	-133.557	-31.047	-21.659
4.02.02	Hedges fluxo de caixa	51.920	-2.285	4.573
4.02.03	Outros resultados abrangentes	-5.347	-11.823	-7.707
4.02.04	Imposto de Renda	38.029	18.090	9.941
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-8.198	68.696	132.452
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-8.198	68.696	132.452

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	430.716	-297.114	551.812
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-238.184	117.584	396.989
6.01.01.01	Lucro Líquido do período	40.757	95.761	147.304
6.01.01.02	Depreciação e Amortização do intangível	2.678	3.987	5.417
6.01.01.03	Impostos diferidos	-389.897	-40.671	5.205
6.01.01.04	Impairment	136.942	65.670	124.996
6.01.01.05	Provisões/Reversões para contingências (líquidas)	-185	-4.259	-10.424
6.01.01.06	Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, bens não de uso e investimentos	-1.197	709	-46
6.01.01.07	Ajuste ao valor de mercado de propriedade para investimento	0	0	-8.525
6.01.01.08	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	-27.282	-3.613	133.062
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	668.900	-414.698	154.823
6.01.02.01	(Aumento) Redução Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	15.692	37.501	42.614
6.01.02.02	(Aumento) Redução instrumento de dívida	558.851	-494.887	1.932.483
6.01.02.03	(Aumento) Redução Instrumento de Patrimônio	-25.945	-11.221	-26.657
6.01.02.04	(Aumento) Redução Derivativos (líquidos)	-690.532	68.920	-87.584
6.01.02.05	(Aumento) Redução Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.096.247	-1.952	-1.431.468
6.01.02.06	(Aumento) Redução Imposto de renda e contribuição social diferidos	168.432	-8.011	-17.323
6.01.02.07	(Aumento) Redução Ativos não correntes para venda	-133.532	-6.399	13.515
6.01.02.08	(Aumento) Redução Imposto de renda a compensar	-16.906	-12.521	-21.939
6.01.02.09	(Aumento) Redução em Devedores por Depósitos em Garantia	-4.334	167.160	-8.620
6.01.02.10	(Aumento) Redução Outros Ativos	68.649	-17.678	-154.706
6.01.02.11	Aumento (Redução) Obrigações por títulos e valores mobiliários	59.948	-140.328	123.228
6.01.02.13	Aumento (Redução) Depósitos de instituições de crédito e de clientes	-393.020	-392.950	159.082
6.01.02.14	Aumento (Redução) Captações no mercado aberto	331.245	-340.251	-1.323.869
6.01.02.15	Aumento (Redução) Obrigações por empréstimos e repasses	-1.211.946	638.951	979.183
6.01.02.16	Aumento (Redução) Relações com correspondentes	0	0	-12
6.01.02.17	Aumento (Redução) Obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	0	0	-334
6.01.02.18	Aumento (Redução) Outros Passivos Financeiros	-7.010	16.737	12.428

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01.02.19	Aumento (Redução) Provisões e Passivos Fiscais	-1.699	3.547	-56.557
6.01.02.20	Aumento (Redução) Outras Obrigações	-145.240	78.684	21.359
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-101.970	79.343	-69.616
6.02.02	(Aquisição) de Imobilizado de uso	6.158	2.866	-1.259
6.02.03	(Aquisição) do Intangível	-153	-32	-373
6.02.04	(Aquisição) / Alienação de propriedade para investimento	0	97.032	-67.984
6.02.05	Aumento/Redução de capital em controladas	0	-20.523	0
6.02.06	Aquisição/Alienação de investimentos em coligadas e controladas	-107.975	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-165.985	-121.911	-42.558
6.03.01	Dividendos / Juros Acionistas	-43.456	-77.796	-111.316
6.03.02	Aquisições líquida de ações em tesouraria	-20.083	-24.254	-9.333
6.03.03	Aumento (Redução) Dívidas subordinadas	-103.815	-25.267	44.168
6.03.04	Aumento de Capital	0	0	31.576
6.03.05	Agio por Subscrição de Ações	0	0	2.347
6.03.06	Cancelamento de ações em tesouraria	1.369	5.406	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	27.282	3.613	-133.062
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	190.043	-336.069	306.576
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	402.583	738.652	432.076
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	592.626	402.583	738.652

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.112.259	-17.030	194.256	0	-27.065	1.262.420	0	1.262.420
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.112.259	-17.030	194.256	0	-27.065	1.262.420	0	1.262.420
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-18.714	0	-80.213	0	-98.927	0	-98.927
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20.083	0	0	0	-20.083	0	-20.083
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1.369	0	0	0	1.369	0	1.369
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-80.213	0	-80.213	0	-80.213
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	70	40.757	-21.890	18.937	0	18.937
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	40.757	0	40.757	0	40.757
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	70	0	-21.890	-21.820	0	-21.820
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-32.133	39.456	0	7.323	0	7.323
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-39.456	39.456	0	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	7.323	0	0	7.323	0	7.323
5.07	Saldos Finais	1.112.259	-35.744	162.193	0	-48.955	1.189.753	0	1.189.753

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.112.259	-8.051	188.617	0	-14.852	1.277.973	0	1.277.973
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.112.259	-8.051	188.617	0	-14.852	1.277.973	0	1.277.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-8.979	-9.869	-71.200	0	-90.048	0	-90.048
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-24.254	0	0	0	-24.254	0	-24.254
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	5	0	0	5	0	5
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-6.737	0	-6.737	0	-6.737
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-64.463	0	-64.463	0	-64.463
5.04.08	Cancelamento de ações em tesouraria	0	15.275	-9.874	0	0	5.401	0	5.401
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	95.761	-12.213	83.548	0	83.548
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	95.761	0	95.761	0	95.761
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-12.213	-12.213	0	-12.213
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	15.508	-24.561	0	-9.053	0	-9.053
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	24.561	-24.561	0	0	0	0
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	-9.053	0	0	-9.053	0	-9.053
5.07	Saldos Finais	1.112.259	-17.030	194.256	0	-27.065	1.262.420	0	1.262.420

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	935.683	-1.065	303.695	0	11.049	1.249.362	0	1.249.362
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	935.683	-1.065	303.695	0	11.049	1.249.362	0	1.249.362
5.04	Transações de Capital com os Sócios	176.576	-9.333	-145.000	-120.000	0	-97.757	0	-97.757
5.04.01	Aumentos de Capital	176.576	0	-145.000	0	0	31.576	0	31.576
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	-9.333	0	0	0	-9.333	0	-9.333
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-57.730	0	-57.730	0	-57.730
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-62.270	0	-62.270	0	-62.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	147.304	-25.901	121.403	0	121.403
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	147.304	0	147.304	0	147.304
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-25.901	-25.901	0	-25.901
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	2.347	29.922	-27.304	0	4.965	0	4.965
5.06.01	Constituição de Reservas	0	2.347	27.304	-27.304	0	2.347	0	2.347
5.06.04	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	2.618	0	0	2.618	0	2.618
5.07	Saldos Finais	1.112.259	-8.051	188.617	0	-14.852	1.277.973	0	1.277.973

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	975.604	1.036.622	916.093
7.01.01	Intermediação Financeira	1.119.488	1.083.322	946.735
7.01.02	Prestação de Serviços	70.058	65.273	58.341
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-136.942	-65.670	-123.442
7.01.04	Outras	-77.000	-46.303	34.459
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-928.697	-734.905	-545.266
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-44.924	-50.505	-45.029
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	686	674	485
7.03.02	Serviços de Terceiros	-55.214	-65.654	-72.033
7.03.04	Outros	9.604	14.475	26.519
7.04	Valor Adicionado Bruto	1.983	251.212	325.798
7.05	Retenções	-2.678	-3.987	-5.417
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.678	-3.987	-5.417
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	-695	247.225	320.381
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	-695	247.225	320.381
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	-695	247.225	320.381
7.09.01	Pessoal	122.413	137.163	128.489
7.09.01.01	Remuneração Direta	60.759	66.134	62.420
7.09.01.02	Benefícios	8.867	9.491	9.426
7.09.01.03	F.G.T.S.	19.777	20.931	2.528
7.09.01.04	Outros	33.010	40.607	54.115
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-173.008	3.344	37.722
7.09.02.01	Federais	-178.088	-2.235	31.220
7.09.02.02	Estaduais	3	3	5
7.09.02.03	Municipais	5.077	5.576	6.497
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.143	10.958	7.677
7.09.03.01	Aluguéis	9.143	10.958	7.677
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	40.757	95.760	146.493

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	80.213	64.463	62.270
7.09.04.02	Dividendos	0	6.737	57.730
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-39.456	24.560	26.493

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

PINE

Av. das Nações Unidas 8.501/30º andar, São Paulo, SP

BM&FBOVESPA: PINE4

ri.pine.com

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
PINE - 2015**

Senhores Acionistas,

A Administração do Pine, em observância aos preceitos legais, submete à apreciação de Vs. Sas. os fatos e eventos relevantes do ano, acompanhados das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas correspondentes, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015. As informações contidas neste material estão disponíveis no site de Relações com Investidores do Banco Pine (ri.pine.com).

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 foi mais um período de contribuições positivas das receitas em todas as linhas de negócio, com consistência em todos seus fundamentos de balanço.

Ao longo dos últimos dois anos, o Pine adotou uma postura conservadora na gestão do seu balanço e consequentemente de receitas e administração de custos, com a finalidade de preservar o capital, solidez dos seus fundamentos de balanço e liquidez das operações, mediante um cenário adverso.

Continuamos em linha com a nossa estratégia de servir aos nossos clientes com um leque de produtos cada vez mais amplo, sempre atendendo às empresas de forma personalizada, criando fidelidade e diversificando nossas fontes de receitas.

Vamos continuar a investir na equipe e no atendimento completo aos nossos clientes, aumentando o portfólio de produtos e serviços, mantendo um relacionamento muito próximo a cada um deles.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

O Pine é um Banco de atacado focado em estabelecer relacionamentos de longo prazo com seus clientes e investidores. Sua estratégia baseia-se em conhecer cada cliente profundamente, entendendo seu negócio e seu potencial, de modo a construir soluções e alternativas financeiras personalizadas. Esta estratégia requer diversidade de produtos, capital humano qualificado, administração de riscos eficiente e agilidade - características consistentemente desenvolvidas pelo Banco.

3. DESTAQUES DO PERÍODO

Os principais destaques do período refletem a estratégia conservadora:

- Balanço líquido com caixa equivalente a R\$ 1,5 bi, ou 53% dos depósitos a prazo.
- Capital excedente, com um Índice de Basileia de 15,0%, sendo 14,1% no capital nível I.
- Índice de cobertura da carteira acima de 5%, resultado do importante incremento em provisões.
- Retração de 12,6% nas despesas de pessoal e administrativas, mesmo em um cenário inflacionário.
- Desalavancagem da carteira dada à contínua piora do cenário econômico.
- Continuidade na gestão de passivos, com diversificação de carteira e prazos adequados em relação ao perfil dos seus ativos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. DESTAQUES FINANCEIROS

O total de ativos montou a R\$ 8.860 milhões em 31 de dezembro de 2015 e o lucro líquido alcançou R\$ 41 milhões em 2015. O Patrimônio Líquido alcançou R\$ 1.163 milhões.

	2015	2014	(%)
Resultado e rentabilidade			
Lucro líquido (R\$ milhões)	41	94	-56,5%
ROAE anualizado	3,4%	7,5%	-4,1 p.p.
Balanco patrimonial(R\$ milhões)			
Ativos totais	8.860	10.447	-15,2%
Carteira de Crédito Expandida ¹	6.933	9.826	-29,4%
Captação	6.859	8.500	-19,3%
Depósitos ²	3.089	3.482	-11,3%
Patrimônio líquido	1.163	1.256	-7,4%
Qualidade da carteira			
Cobertura da carteira	5,1%	2,9%	2,2 p.p.
Carteira D-H (Res. 2682)	9,3%	5,0%	4,3 p.p.
Non performing loans - 90 dias	1,7%	1,1%	0,6 p.p.
Desempenho			
Índice da Basileia	15,0%	13,9%	1,1 p.p.
Índice de Basileia - Nível 1	14,1%	12,4%	1,7 p.p.
Lucro por ação (R\$)	0,36	0,79	-55,1%
Valor patrimonial por ação ³ (R\$)	10,09	10,57	-4,5%
Valor de Mercado ³ (R\$ milhões)	432	765	-43,5%

¹Inclui Cartas de Crédito a utilizar, Fianças, Títulos de Créditos a Receber, Títulos (debêntures, CRIs, eurobonds e cotas de fundos). ²Inclui LCA e LCI. ³Para melhor comparabilidade, considera 115.246.832 ações para 2015 e 118.835.373 ações para 2014.

5. DESEMPENHO FINANCEIRO

Crédito Corporativo

O Pine oferece produtos tradicionais de crédito a empresas de grande porte, incluindo Capital de Giro, Repasses de linhas do BNDES e organismos multilaterais, Trade Finance e Garantias Bancárias. O total da carteira de crédito atingiu R\$ 6.933 milhões em 31 de dezembro de 2015, queda de 29,4% comparado ao mesmo período do ano anterior. O índice de cobertura atingiu um patamar acima de 5%. Já a cobertura da carteira D-H vencida ficou próxima a 90%. Em dezembro de 2015, a carteira D-H representou 9,3% da carteira de crédito e 6,4% da carteira expandida. Importante ressaltar que o incremento de provisões tem um caráter preventivo e fundamentado em um cenário econômico adverso.

Mesa para Clientes

A Mesa para Clientes oferece produtos de *hedge* para empresas, com o objetivo de proteger e administrar riscos de mercado presentes nos balanços dos clientes. Os mercados de atuação são, principalmente, Juros, Moedas e *Commodities*. O Pine oferece os principais produtos de derivativos, entre eles NDF (*Non Deliverable Forward*), estruturas de opção e *swaps*. O total do valor nominal da carteira de derivativos com clientes atingiu R\$ 4,9 bilhões, com duration médio de 281 dias, ao final de 2015.

PINE Investimentos

A Pine Investimentos, unidade de produtos de Banco de Investimentos do Pine, atua com profundo alinhamento junto aos clientes oferecendo soluções customizadas e diferenciadas nas áreas de Mercado de Capitais, Assessoria Financeira e *Project & Structured Finance*. Em 2015, a Pine Investimentos participou da estruturação de aproximadamente R\$ 750 milhões em operações de renda fixa, com destaque para a estruturação de CRI's (certificado de recebíveis imobiliários). Além disto, o Pine assessorou seus clientes na estruturação de aproximadamente R\$ 300 milhões em operações de project finance.

Captação

O total de captação atingiu R\$ 6.859 milhões em dezembro de 2015, representando uma queda voluntária de 19,3% em doze meses, em linha com a desalavancagem do Banco.

Índice da Basileia

Ao final de dezembro de 2015, o índice de Basileia atingiu 15,0%, acima do nível mínimo regulatório (11%). O capital de Nível 1 representou 14,1% enquanto o Nível 2 representou 0,9%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

6. REDE DE ORIGINAÇÃO

Com sede em São Paulo, SP, e presença nas principais capitais e polos de negócios Cuiabá, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e Ribeirão Preto. O Pine conta, ainda com uma agência em Cayman, que tem por objetivo ampliar a oferta de produtos e serviços por meio da atuação no mercado internacional.

7. RECURSOS HUMANOS

Pessoas são o principal ativo do Pine. Por isso, o objetivo de Recursos Humanos é atrair, reter e desenvolver os melhores talentos, através da manutenção de um ambiente de alto desempenho, com foco em resultados e baseado em meritocracia. Ao final de dezembro de 2015, o Banco contava com 361 colaboradores, incluindo terceiros.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Pine possui políticas ativas de governança corporativa, em decorrência do compromisso permanente com seus acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados pelo Pine, além de integrar o nível 2 de Governança Corporativa, estão:

- Dois membros independentes e um membro externo no Conselho de Administração;
- 100% *tag along* para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Divulgação anual de resultados em dois padrões contábeis, BR GAAP e IFRS; e
- Comitês de Auditoria e Remuneração, que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

9. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O Pine disponibiliza informações aos acionistas por meio de seu site corporativo (ri.pine.com), boletins eletrônicos e relatórios trimestrais, bem como através de seu departamento de Relações com Investidores (telefone: 11-3372-5343, e-mail: ri@pine.com).

10. RATINGS

Moeda Local e Estrangeira					
	Longo Prazo	BB	BB	Ba3	-
Nacional	Curto Prazo	B	B	-	-
	Longo Prazo	br A+	A+(bra)	A3.br	9,67
	Curto Prazo		F1+(bra)	BR-2	

11. DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS / JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Durante 2015, o Pine pagou o valor total de R\$ 80,2 milhões em juros sobre capital próprio (JCP), ou R\$ 0,69 por ação. Desde 2008, o Pine distribui dividendos/Juros sobre Capital Próprio trimestralmente.

12. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a dezembro de 2015, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

A Administração

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Individual e Consolidadas em BRGAAP referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e ao semestre findo em 31 de dezembro de 2015 e Relatório dos Auditores Independentes.

Banco Pine S.A.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes



PINE

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Conforme disposições previstas na Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3.853/10 e Carta-Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil, o Banco Pine S.A optou por elaborar suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas, uma vez que estes são aplicáveis, somente, quando da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o balanço patrimonial consolidado e as respectivas demonstrações do resultado consolidado, bem como suas notas explicativas, os fluxos de caixa consolidado, a demonstração do valor adicionado consolidado relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
CIRCULANTE		4.504.890	6.258.837	4.511.484	6.531.600
Disponibilidades	4.	89.414	173.634	92.537	179.515
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.	504.580	243.250	504.580	243.250
Aplicações no mercado aberto		381.846	151.040	381.846	151.040
Aplicações em depósitos interfinanceiros		5.989	21.028	5.989	21.028
Aplicações em moedas estrangeiras		116.745	71.182	116.745	71.182
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.390.931	1.204.709	1.394.200	1.465.128
Carteira própria	6. a)	229.105	766.845	283.495	1.027.264
Vinculados a compromissos de recompra	6. a)	552.314	203.998	501.193	203.998
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	395.096	232.588	395.096	232.588
Vinculados à prestação de garantias	6. a)	214.416	1.278	214.416	1.278
Relações interfinanceiras		577	631	577	631
Créditos vinculados:					
Depósitos no Banco Central do Brasil		577	631	577	631
Operações de crédito	7.	1.882.764	3.509.571	1.882.764	3.513.628
Operações de crédito - setor privado		1.885.955	3.263.940	1.885.955	3.268.032
Operações de crédito vinculadas a cessão	7. j)	94.568	371.322	94.568	371.322
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7. g)	(97.759)	(125.691)	(97.759)	(125.726)
Outros créditos		576.533	954.447	576.735	956.853
Avais e Fianças Honradas		13.502	-	13.502	-
Carteira de câmbio	8.	241.500	602.367	241.500	602.367
Rendas a receber		32.597	33.341	32.597	33.341
Negociação e Intermediação de Valores		41.508	89.051	41.508	89.051
Diversos	9.	295.840	243.627	296.042	246.033
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7. g)	(48.414)	(13.939)	(48.414)	(13.939)
Outros valores e bens		60.091	172.595	60.091	172.595
Bens não de uso próprio		56.910	169.163	56.910	169.163
Despesas antecipadas		3.181	3.432	3.181	3.432
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		4.268.515	4.101.573	4.228.174	3.895.741
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		1.808.795	1.749.441	1.764.640	1.539.565
Carteira própria	6. a)	921.078	1.314.028	876.923	1.104.152
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	832.181	288.089	832.181	288.089
Vinculados à prestação de garantias	6. a)	55.536	147.324	55.536	147.324
Operações de crédito	7.	1.531.470	1.937.716	1.531.470	1.937.716
Operações de crédito - setor privado		1.574.720	1.920.927	1.574.720	1.920.927
Operações de crédito vinculadas a cessão	7. j)	20.134	62.277	20.134	62.277
(-) Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	7. g)	(63.384)	(45.488)	(63.384)	(45.488)
Outros créditos		676.896	405.288	680.541	409.214
Rendas a receber		37.708	41.354	37.708	41.354
Devedores por depósito em garantia	15. (b) (c)	44.708	40.393	44.983	40.649
Diversos	9.	595.299	324.064	598.669	327.734
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7. g)	(819)	(523)	(819)	(523)
Outros valores e bens		251.354	9.128	251.523	9.246
Bens não de uso próprio		245.785	-	245.785	-
Despesas antecipadas		5.569	9.128	5.738	9.246
PERMANENTE		194.232	83.084	120.240	19.752
Investimentos	10.	182.757	64.090	107.975	-
Participações em coligadas e controladas no exterior	10. (a)	2.898	5.344	-	-
Participações em coligadas e controladas no país	10. (a) (b)	179.859	58.746	107.975	-
Imobilizado de uso	11. a)	11.087	18.255	11.484	18.746
Instalações, móveis e equipamentos de uso		13.096	13.217	14.080	13.885
Outras imobilizações de uso		14.915	21.384	15.356	21.685
Depreciações acumuladas		(16.924)	(16.346)	(17.952)	(16.824)
Intangíveis	11. b)	388	739	781	1.006
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais		9.614	9.587	10.007	9.854
Amortização acumulada		(9.226)	(8.848)	(9.226)	(8.848)
TOTAL DO ATIVO		8.967.637	10.443.494	8.859.898	10.447.093

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota	Individual		Consolidado	
		2015	2014	2015	2014
CIRCULANTE		4.387.737	5.562.787	4.224.158	5.249.385
Depósitos	12.	1.012.755	1.604.719	968.430	1.587.295
Depósitos à vista		17.896	26.683	17.832	26.621
Depósitos interfinanceiros		122.065	46.871	122.033	46.871
Depósitos a prazo		872.794	1.531.165	828.565	1.513.803
Captações no mercado aberto	13.	550.907	196.521	499.786	164.869
Carteira própria		550.907	196.521	499.786	164.869
Recursos de aceites e emissão de títulos		1.568.715	1.105.977	1.568.715	1.105.977
Recursos de letras de crédito imobiliário	17. a)	600.122	442.192	600.122	442.192
Recursos de letras de crédito do agronegócio	17. a)	428.354	530.896	428.354	530.896
Recursos de letras financeiras	17. a)	528.461	121.061	528.461	121.061
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	17. b)	11.778	11.828	11.778	11.828
Relações interfinanceiras		1.099	1.187	1.099	1.187
Correspondentes		1.099	1.187	1.099	1.187
Relações interdependências		7.352	74	7.352	74
Recursos em trânsito de terceiros		7.352	74	7.352	74
Obrigações por empréstimos e repasses	16.	973.806	1.806.009	973.806	1.806.009
Empréstimos no exterior		354.383	1.079.612	354.383	1.079.612
Repasses do país - instituições oficiais		352.769	663.936	352.769	663.936
Repasses do exterior		266.654	62.461	266.654	62.461
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	115.036	233.893	115.036	233.893
Instrumentos financeiros derivativos		115.036	233.893	115.036	233.893
Outras obrigações		158.067	614.407	89.934	350.081
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		498	378	498	378
Carteira de câmbio	8.	33	149.894	33	149.894
Fiscais e previdenciárias	14. a)	23.129	6.634	26.255	10.088
Negociação e intermediação de valores		28.656	50.763	28.656	50.763
Dívida subordinada	18.	9.451	16.044	9.451	16.044
Diversas	14. b)	96.300	390.694	25.041	122.914
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	7. j)	72.727	372.113	-	102.098
Outras		23.573	18.581	25.041	20.816
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.338.816	3.539.534	3.394.656	3.856.535
Depósitos	12.	1.028.838	766.181	1.001.810	727.022
Depósitos interfinanceiros		213.890	21.709	213.890	21.664
Depósitos a prazo		814.948	744.472	787.920	705.358
Captações no mercado aberto	13.	-	3.672	-	3.672
Carteira própria		-	3.672	-	3.672
Recursos de aceites e emissão de títulos		500.949	937.520	500.949	937.520
Recursos de letras de crédito imobiliário	17. a)	43.805	122.320	43.805	122.320
Recursos de letras de crédito do agronegócio	17. a)	46.750	72.567	46.750	72.567
Recursos de letras financeiras	17. a)	159.738	568.690	159.738	568.690
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	17. b)	250.656	173.943	250.656	173.943
Obrigações por empréstimos e repasses	16.	1.309.161	1.367.953	1.309.161	1.367.953
Empréstimos no exterior		134.716	129.751	134.716	129.751
Repasses do país - instituições oficiais		453.308	669.562	453.308	669.562
Repasses do exterior		721.137	568.640	721.137	568.640
Instrumentos financeiros derivativos	6. b)	166.104	31.180	166.104	31.180
Instrumentos financeiros derivativos		166.104	31.180	166.104	31.180
Outras obrigações		333.764	433.028	416.632	789.188
Fiscais e previdenciárias	14. a)	42.144	30.901	42.144	30.901
Dívida subordinada	18.	232.335	317.946	232.335	317.946
Diversas	14. b)	59.285	84.181	142.153	440.341
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	7. j)	41.974	62.277	-	-
Provisão para passivos contingentes		12.558	21.068	12.558	21.068
Obrigações por cotas de fundo de investimentos		-	-	124.842	418.437
Outras		4.753	836	4.753	836
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS		78.226	85.236	78.226	85.236
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19.	1.162.858	1.255.937	1.162.858	1.255.937
Capital social		1.112.259	1.112.259	1.112.259	1.112.259
De domiciliados no país		983.392	981.847	983.392	981.847
De domiciliados no exterior		128.867	130.412	128.867	130.412
Reservas de lucros		157.377	189.150	157.377	189.150
Ajuste de avaliação patrimonial		(71.034)	(28.442)	(71.034)	(28.442)
(-) Ações em tesouraria		(35.744)	(17.030)	(35.744)	(17.030)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.967.637	10.443.494	8.859.898	10.447.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	2015		Individual 2014		Consolidado 2015		2014
		2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício	
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		928.301	1.714.660	1.367.357	932.535	1.720.962	1.350.327	
Operações de crédito	20.a)	323.549	700.462	777.760	323.549	700.531	781.402	
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	20.b)	170.073	319.081	344.797	174.307	325.314	324.125	
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.b)	430.617	626.692	200.273	430.617	626.692	200.273	
Resultado de operações de câmbio		4.062	68.425	44.527	4.062	68.425	44.527	
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(964.128)	(1.681.850)	(1.112.766)	(941.006)	(1.626.624)	(1.028.341)	
Operações de captação no mercado	20.c)	(492.071)	(887.384)	(688.936)	(485.270)	(876.227)	(688.868)	
Operações de empréstimos e repasses	20.d)	(373.907)	(637.551)	(281.618)	(373.907)	(637.551)	(281.618)	
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(16.321)	(44.036)	(76.879)	-	-	-	
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(81.829)	(112.879)	(65.333)	(81.829)	(112.846)	(57.855)	
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(35.827)	32.810	254.591	(8.471)	94.338	321.986	
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(64.996)	(168.335)	(149.768)	(89.404)	(224.875)	(211.229)	
Receitas de prestação de serviços	20.e)	33.835	72.978	72.224	43.046	89.139	90.461	
Rendas de tarifas bancárias		235	557	2.310	235	557	2.310	
Despesas de pessoal	20.f)	(42.742)	(84.332)	(89.811)	(45.220)	(89.403)	(96.556)	
Outras despesas administrativas	20.g)	(36.951)	(68.726)	(84.378)	(38.985)	(73.743)	(90.024)	
Despesas tributárias	20.h)	(7.776)	(20.838)	(9.772)	(8.794)	(22.623)	(11.484)	
Resultado de participação em controladas	10.a)	6.898	10.692	8.043	-	-	-	
Outras receitas operacionais	20.i)	3.563	15.825	23.034	3.658	15.829	24.898	
Outras despesas operacionais	20.j)	(22.058)	(94.491)	(71.418)	(43.344)	(144.631)	(130.834)	
RESULTADO OPERACIONAL		(100.823)	(135.525)	104.823	(97.875)	(130.537)	110.757	
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	20.k)	1.833	7.054	15.024	2.146	7.561	15.034	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(98.990)	(128.471)	119.847	(95.729)	(122.976)	125.791	
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21.	138.374	202.066	13.999	135.220	197.012	9.121	
Provisão para imposto de renda corrente		-	-	(16.987)	(1.976)	(3.245)	(20.233)	
Provisão para contribuição social corrente		-	-	(10.512)	(1.178)	(1.818)	(12.167)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		138.374	202.066	41.498	138.374	202.075	41.521	
PARTICIPAÇÕES NO RESULTADO		(18.532)	(32.569)	(39.539)	(18.639)	(33.010)	(40.605)	
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		20.852	41.026	94.307	20.852	41.026	94.307	
QUANTIDADE DE AÇÕES EM CIRCULAÇÃO		115.246.832	115.246.832	118.835.373	115.246.832	115.246.832	118.835.373	
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$		0,18093	0,35598	0,79359	0,18093	0,35598	0,79359	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$)

	Individual				Consolidado	
	2015		2014		2015	2014
	2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
Receitas	863.880	1.603.704	1.343.198	856.447	1.576.571	1.294.341
Intermediação financeira	928.301	1.714.660	1.367.357	932.535	1.720.962	1.350.327
Receitas de prestação de serviços	33.835	72.978	72.224	43.046	89.139	90.461
Rendas de tarifas bancárias	235	557	2.310	235	557	2.310
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	(81.829)	(112.879)	(65.333)	(81.829)	(112.846)	(57.855)
Outras	(16.662)	(71.612)	(33.360)	(37.540)	(121.241)	(90.902)
Despesas de intermediação financeira	882.299	1.568.971	1.047.433	859.177	1.513.778	970.486
Insumos adquiridos de terceiros	31.196	58.077	70.229	32.577	61.922	75.079
Materiais, energias e outros	323	636	637	351	686	674
Serviços de terceiros	22.770	43.986	53.669	23.996	47.450	57.718
Outros	8.103	13.455	15.923	8.230	13.786	16.687
Valor adicionado bruto	(49.615)	(23.344)	225.536	(35.307)	871	248.776
Depreciação e amortização	1.042	2.388	3.777	1.199	2.678	3.987
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(50.657)	(25.732)	221.759	(36.506)	(1.807)	244.789
Valor adicionado recebido em transferência	6.898	10.692	8.043	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	6.898	10.692	8.043	-	-	-
Valor adicionado total a distribuir	(43.759)	(15.040)	229.802	(36.506)	(1.807)	244.789
Distribuição do valor adicionado	(43.759)	(15.040)	229.802	(36.506)	(1.807)	244.789
Remuneração do trabalho	61.274	116.901	129.350	63.858	122.413	137.161
Proventos	28.346	56.862	60.590	30.265	60.759	66.134
Benefícios, treinamento	4.335	8.399	9.009	4.548	8.867	9.491
Encargos sociais	10.061	19.071	20.212	10.406	19.777	20.931
Participação nos lucros	18.532	32.569	39.539	18.639	33.010	40.605
Remuneração de governos	(130.598)	(181.228)	(4.227)	(126.426)	(174.389)	2.363
Federais	5.731	16.570	5.055	6.289	17.543	5.905
Estaduais	-	2	2	-	3	3
Municipais	2.045	4.266	4.715	2.505	5.077	5.576
Imposto de renda e contribuição social	(138.374)	(202.066)	(13.999)	(135.220)	(197.012)	(9.121)
Remuneração de capitais de terceiros	4.713	8.261	10.372	5.210	9.143	10.958
Aluguéis e arrendamento de bens	4.713	8.261	10.372	5.210	9.143	10.958
Remuneração de capitais próprios	20.852	41.026	94.307	20.852	41.026	94.307
Juros sobre o capital próprio/dividendos	43.825	80.213	71.200	43.825	80.213	71.200
Lucros/Prejuízos retidos	(22.973)	(39.187)	23.107	(22.973)	(39.187)	23.107

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)



	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.112.259	14.032	15.606	169.359	(16.765)	(22.083)	-	1.272.408
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(19.023)	-	(19.023)
Cancelamento de ações em tesouraria	-	(14.032)	-	(9.869)	-	23.906	-	5
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	170	-	170
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(8.100)	-	-	(8.100)
MTM Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(829)	-	-	(829)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(2.748)	-	-	(2.748)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	94.307	94.307
Destinação do lucro (Nota 19):								
Reserva legal	-	-	4.715	-	-	-	(4.715)	-
Reserva estatutária	-	-	-	18.392	-	-	(18.392)	-
Aprovação do dividendo adicional proposto	-	-	-	(21.177)	-	-	-	(21.177)
Pagamento do dividendo adicional proposto	-	-	-	12.124	-	-	-	12.124
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	(6.737)	(6.737)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(64.463)	(64.463)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.112.259	-	20.321	168.829	(28.442)	(17.030)	-	1.255.937
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(20.083)	-	(20.083)
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	1.369	-	1.369
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(47.354)	-	-	(47.354)
MTM Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	658	-	-	658
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	91	4.104	-	-	4.195
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	41.026	41.026
Destinação do lucro (Nota 19):								
Reserva legal	-	-	2.051	-	-	-	(2.051)	-
Reserva estatutária	-	-	-	(41.238)	-	-	41.238	-
Aprovação do dividendo adicional proposto	-	-	-	(60.858)	-	-	-	(60.858)
Pagamento do dividendo adicional proposto	-	-	-	68.181	-	-	-	68.181
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(80.213)	(80.213)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.112.259	-	22.373	135.004	(71.034)	(35.744)	-	1.162.858
Saldos em 30 de junho de 2015	1.112.259	-	21.330	155.709	(50.087)	(31.319)	-	1.207.892
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	(4.425)	-	(4.425)
MTM de títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	(23.457)	-	-	(23.457)
MTM Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	(26)	-	-	(26)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	91	2.536	-	-	2.627
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	20.852	20.852
Destinação do lucro (Nota 19):								
Reserva legal	-	-	1.043	-	-	-	(1.043)	-
Reserva estatutária	-	-	-	(24.016)	-	-	24.016	-
Aprovação do dividendo adicional proposto	-	-	-	(34.032)	-	-	-	(34.032)
Pagamento do dividendo adicional proposto	-	-	-	37.252	-	-	-	37.252
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(43.825)	(43.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.112.259	-	22.373	135.004	(71.034)	(35.744)	-	1.162.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Individual			Consolidado		
		2015	2014		2015	2014	
		2º semestre	Exercício	Exercício	2º semestre	Exercício	Exercício
ATIVIDADES OPERACIONAIS							
Lucro / Prejuízo ajustado		(38.132)	(57.847)	110.326	(31.077)	(46.907)	111.078
Lucro líquido do semestre/exercício		20.852	41.026	94.307	20.852	41.026	94.307
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		81.829	112.879	65.333	81.829	112.846	57.855
Impostos diferidos		(138.374)	(202.066)	(41.498)	(138.374)	(202.075)	(41.521)
Depreciação e amortização		1.042	2.388	3.777	1.199	2.678	3.987
Provisão para contingências		2.212	(185)	(4.259)	2.212	(185)	(4.259)
Resultado de participação em controladas		(6.898)	(10.692)	(8.043)	-	-	-
Prejuízo (lucro) na alienação de imobilizado / investimento		1.205	(1.197)	709	1.205	(1.197)	709
Variação de ativos e passivos		(11.581)	414.464	(434.601)	160.438	401.090	(458.682)
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(177.086)	15.692	37.501	2.357	15.692	37.500
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		284.029	418.523	(356.004)	346.185	509.952	(495.593)
(Aumento) Redução de operações de crédito		1.121.613	1.954.943	(1.765)	1.121.612	1.959.036	56.191
(Aumento) Redução de outros créditos		369.079	273.600	25.909	372.011	276.093	31.559
(Aumento) Redução de outros valores e bens		(64.655)	(129.722)	(2.910)	(64.664)	(129.774)	(2.992)
(Aumento) Redução de relações interfinanceiras e interdependências		132	7.244	(13.846)	132	7.244	(13.846)
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(365.277)	(690.532)	68.920	(365.277)	(690.532)	68.920
Aumento (Redução) de depósitos		443.437	(329.307)	(893.432)	431.364	(344.076)	(841.886)
Aumento (Redução) de operações compromissadas		(74.652)	350.714	(347.386)	67.343	331.245	(340.251)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		(112.467)	26.167	305.798	(112.467)	26.167	305.798
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		(835.524)	(890.995)	676.889	(835.524)	(890.995)	220.026
Aumento (Redução) de outras obrigações		(607.977)	(584.853)	48.989	(810.401)	(661.952)	499.155
Aumento (Redução) de resultado de exercícios futuros		7.767	(7.010)	16.736	7.767	(7.010)	16.736
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		(49.713)	356.617	(324.275)	129.361	354.183	(347.604)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO							
Aquisição / Alienação de imobilizado de uso		(736)	6.356	2.932	(851)	6.159	2.866
Aquisição / Alienação de intangível		-	(27)	-	(80)	(153)	(32)
Alienação de outros investimentos		-	-	-	-	-	97.032
Aumento/Redução de capital em controladas		-	-	3.707	-	-	(20.523)
Aquisição de investimentos em coligadas e controladas		(107.975)	(107.975)	-	(107.975)	(107.975)	-
Recebimento de dividendos de controladas		-	-	53.507	-	-	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de investimento		(108.711)	(101.646)	60.146	(108.906)	(101.969)	79.343
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO							
Venda / Aquisição de ações em tesouraria		(4.425)	(18.714)	(18.848)	(4.425)	(18.714)	(18.848)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos		(16.358)	(43.456)	(77.796)	(16.358)	(43.456)	(77.796)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		(20.783)	(62.170)	(96.644)	(20.783)	(62.170)	(96.644)
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(179.207)	192.801	(360.773)	(328)	190.044	(364.905)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4.	768.709	396.701	757.474	592.953	402.581	767.486
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4.	589.502	589.502	396.701	592.625	592.625	402.581

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Banco ou Banco Pine") está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente, e certas operações tem a co-participação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estão sendo apresentadas as Demonstrações Financeiras do Banco Pine, que inclui sua Agência de Grand Cayman (Individual) e as informações financeiras consolidadas do Banco Pine e Controladas (Consolidado).

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco e inclusive sua dependência no Exterior. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

Em atendimento à deliberação CVM n.º 505/06, informamos que foi autorizada, em 17 de fevereiro de 2016, a conclusão das Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, de 31 de dezembro de 2015, pelo Conselho de Administração do Banco, dentre outras providências.

As Demonstrações Financeiras consolidadas contemplam as operações do Banco Pine S.A., sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas a seguir:

					2015
	Atividade	Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Dependências no exterior					
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	989.638	273.336	375.340	22.696
Subsidiárias					
Pine Securities USA LLC	Corretora	4.048	19.524	2.898	(4.328)
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	53.610	13.385	50.672	4.424
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	18.155	500	17.845	9.146
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	3.465	10	3.367	(433)
Entidades de propósito específico					
FIDC Pine Agro (b)	FIDC	212.998	22.904	212.859	85.076

					2014
	Atividade	Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro/(Prejuízo) Líquido
Dependências no exterior					
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	1.257.146	185.934	239.299	(31.941)
Subsidiárias					
Pine Securities USA LLC	Corretora	6.981	13.281	5.344	(4.595)
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	163.108	13.385	46.248	4.483
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	9.584	500	8.699	5.713
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	3.949	10	3.800	1.577
Entidades de propósito específico					
FIDC Pine Crédito Privado (a)	FIDC	6.453	3.805	6.405	4.899
FIDC Pine Agro (b)	FIDC	607.094	502.091	606.971	85.583

a) Pine Crédito Privado

Pelo fato do controle sobre os recebíveis cedidos ao fundo remanescer com o Banco (recebimento, repasse e cobrança), e na essência o Banco fornecer garantias aos investidores do FIDC em relação aos recebimentos e rendimentos esperados, a administração do Banco decidiu consolidar o FIDC, conforme previsto no Ofício - circular da CVM n.º 01/07.

Conforme artigo 5º da Instrução CVM n.º 408/04, seguem informações relacionadas ao Pine Crédito Privado considerado na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC

O Fundo denominado Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 07 de dezembro de 2010. A data de início da distribuição foi em 28 de março de 2011. O Fundo ofertou 207.000 cotas seniores no valor unitário de R\$1. A data de encerramento da distribuição foi em 06 de abril de 2011.

O objetivo do Fundo era atuar no sentido de propiciar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, exclusivamente por meio da aquisição de Direitos Creditórios do segmento financeiro, exclusivamente empréstimos para empresas (capital de giro) originados e cedidos pelo Pine, que atendiam aos Critérios de Elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação de carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicava seus recursos em Outros Ativos.

O fundo encerrou suas atividades em 24 de abril de 2015, não agregando resultado no encerramento de suas atividades.

b) FIDC Pine Agro

Pelo fato do Banco permanecer com os riscos e benefícios dos direitos creditórios cedidos ao Fundo através da aquisição de 100% das cotas subordinadas, a administração do Banco decidiu consolidar o FIDC Pine Agro, conforme previsto no Ofício - circular da CVM n.º 01/07.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC

O Fundo denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Pine Agro, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 16 de setembro de 2013. O patrimônio do Fundo é formado por duas classes de cotas, as Cotas Seniores, e Cotas Subordinadas, na forma do Artigo 12 da Instrução CVM nº 356/01. A primeira oferta de Cotas Seniores do fundo foi realizada nos termos da Instrução nº 476/09, e foi destinada apenas a Investidores Qualificados, adquirindo um montante mínimo de R\$1.000 (um milhão de reais). O Fundo tem prazo indeterminado de duração.

O Santander Brasil S.A foi contratado pelo Fundo para ser responsável pela prestação dos serviços de controladoria do Fundo, custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira, guarda dos documentos comprobatórios e escrituração das cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Crditórios oriundos (i) operações de empréstimo originadas e concedidas pelo cedente, seja de maneira exclusiva ou sindicalizada, a seus clientes nos setores de atuação, e (ii) debêntures emitidas pelos clientes, atuantes nos setores de atuação, de titularidade do cedente, que poderão contar com garantias, dentre elas garantias reais, para que atendam às condições de cessão e aos critérios de elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecida no Regulamento do Fundo.

O Fundo poderá adquirir direitos creditórios originados e concedidos pelo cedente nos seguintes setores de atuação: (i) açúcar e álcool; (ii) agricultura (produção primária); (iii) varejistas e distribuidores do setor de alimentos; (iv) proteína animal; (v) grãos; (vi) bebidas; (vii) energia renovável; (viii) tradings; (ix) insumos agrícolas; (x) papel e celulose; (xi) produtos de valor agregado.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM n.º 356, com redação dada pela Instrução CVM n.º 393, e capítulo 21 do Regulamento do Fundo, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 70%. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter 30% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo, mensalmente.

iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Custodiante, sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo é atribuída às cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

Na hipótese de inobservância do percentual de cotas subordinadas representando menos de 30% do patrimônio líquido do Fundo, o Banco, mediante solicitação do administrador, deverá subscrever novas cotas subordinadas num prazo máximo de 5 dias corridos, de maneira a atingir a proporção equivalente à razão de garantia. Caso o desenquadramento não seja sanado no prazo estipulado, o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas para que esta delibere (i) a liquidação antecipada do fundo ou (ii) a amortização extraordinária.

iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve operações cedidas para o FIDC Pine Agro no montante de R\$128.569 (R\$332.292 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas nesse Fundo, o Banco reconheceu, receita de R\$24.552 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$47.933 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), registradas contabilmente na rubrica de "resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

v) Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIDC Pine Agro em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	2015	2014		2015	2014
Ativo circulante e realizável a longo prazo	212.998	607.094	Passivo circulante e exigível a longo prazo	139	123
Disponibilidades	11	11	Outras obrigações	139	123
Aplicações interfinanceiras de liquidez	51.121	31.652			
Títulos e valores mobiliários	54.390	260.576			
Operações de Crédito	107.442	314.822			
Outros Créditos	34	33	Patrimônio líquido	212.859	606.971
Total do ativo	212.998	607.094	Total do passivo	212.998	607.094

vi) Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC.

O Banco Pine não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do Fundo ou de seus investidores.

vii) Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do FIDC.

O Banco Pine é o detentor da totalidade das cotas subordinadas deste Fundo, sendo que as cotas seniores pertencem a diversos investidores qualificados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras do Banco Pine são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e das sociedades por ações e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Não foram adotadas as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, relacionadas ao processo de convergência contábil internacional, aprovadas pela CVM, mas não homologadas pelo Bacen. Foram adotados para fins de divulgação das demonstrações financeiras os normativos aprovados pela CVM que não conflitaram com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional - CMN e Bacen, e as que foram referendadas pelo Bacen.

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas subsidiárias e entidades de propósito específico foram eliminados. No processo de consolidação dos FIDCs, o saldo da carteira de recebíveis de direitos creditórios, foi incorporado a carteira de crédito do Banco, com o correspondente registro das cotas seniores, na rubrica de "Obrigações por cotas de fundos de investimentos", líquido do saldo de aplicação em cotas de fundos de investimento, representada pelas cotas detidas deste fundo.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério "pro rata temporis", substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular Bacen n.º 3.068/01, do Bacen, os títulos e valores mobiliários do Banco são classificados nas categorias "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e são ajustados pelo valor de mercado, sendo esses ajustes lançados no patrimônio líquido na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial", deduzidos dos efeitos tributários.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos. O ágio e deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos de vigência dos títulos.

Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente do seu vencimento.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Circular Bacen n.º 3.082/02, e a Carta-Circular Bacen n.º 3.026/02, os instrumentos financeiros derivativos compostos pelas operações com opções, a termo, futuros e "swaps" são contabilizados obedecendo aos seguintes critérios:

- Operações com opções: Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou como receita ou despesa no caso de não-exercício;
- Operações de futuro: os valores dos ajustes diários são contabilizados em conta do ativo ou passivo e apropriados diariamente como receita ou despesa;

- Operações de "swap": os valores relativos ao diferencial a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, e apropriados como receita ou despesa "pro rata dia" até a data do balanço;

- Operações a termo: pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ("hedge") ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- "Hedge" de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- "Hedge" de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de "hedge" e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de "hedge" contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do exercício.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN n.º 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais pelas instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que tratam a Resolução incluem:

- Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos para negociação" e "títulos disponíveis para venda", conforme a Circular Bacen n.º 3.068, de 8 de novembro de 2001;

- Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen n.º 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

- Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN n.º 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

h) Operações de crédito e provisões para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas quanto ao nível de risco de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H).

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação.

As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra prejuízo e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, sendo que os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

i) Baixa de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução Bacen nº 3.533/08, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

• Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

• Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de "swap" de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e

• Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa segue os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Bacen.

j) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica "Outras despesas administrativas".

k) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

l) Permanente

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;
- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;
- Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade;
- A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens;
- O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por "impairment" são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por "impairment".

n) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Captações no mercado aberto".

o) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n.º 3.823/09, e Carta-Circular n.º 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC n.º 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

q) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social - 20%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei n.º 13.169, conversão da Medida Provisória n.º 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do § 1º do art 1º da Lei Complementar n.º 105, de 10 de janeiro de 2001.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

r) Participações no resultado

O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

s) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor de mercado de ativos e derivativos e provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; taxas de depreciação do ativo imobilizado; amortização do diferido; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

t) Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações em circulação do capital social integralizado na data das Demonstrações Financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Disponibilidades (Caixa)	89.414	173.634	92.537	179.515
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	500.088	223.067	500.088	223.066
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	589.502	396.701	592.625	402.581

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, estão compostas como segue:

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado		
	2015		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas			
Posição Bancada			
NTN	181.497	-	181.497
LFT	200.349	-	200.349
Total de aplicações em operações compromissadas	381.846	-	381.846
Aplicações em depósitos interfinanceiros			
Carteira própria			
CDI Pós	1.497	4.492	5.989
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	1.497	4.492	5.989
Aplicações em moedas estrangeiras			
Aplicações em moedas estrangeiras	116.745	-	116.745
Total de aplicações em moedas estrangeiras	116.745	-	116.745
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	500.088	4.492	504.580

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

Papel/Vencimento	Individual e Consolidado		
	2014		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas			
Posição Bancada			
LTN	99.240	-	99.240
NTN	1.800	-	1.800
LFT	50.000	-	50.000
Subtotal	151.040	-	151.040
Total de aplicações em operações compromissadas	151.040	-	151.040
Aplicações em depósitos interfinanceiros			
Carteira própria			
CDI Pós	6.330	3.798	10.128
CDI Rural	-	10.900	10.900
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	6.330	14.698	21.028
Aplicações em moedas estrangeiras			
Aplicações em moedas estrangeiras	71.182	-	71.182
Total de aplicações em moedas estrangeiras	71.182	-	71.182
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	228.552	14.698	243.250

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, estava apresentada como segue:

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					Individual	
						2015	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
<u>Títulos disponíveis para venda:</u>							
Carteira própria:							
Cédula de Produto Rural	30.250	10.109	-	-	-	40.359	40.359
LTN	109.943	-	15.965	-	-	125.908	127.290
NTN	-	374	585.086	-	142.625	728.085	769.548
Debêntures	-	125	82.126	-	-	82.251	141.752
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	95.276	-	-	95.276	95.276
Subtotal	140.193	10.608	778.453	-	142.625	1.071.879	1.174.225
Vinculados a compromissos de recompra:							
LTN	-	-	274.072	-	-	274.072	293.219
NTN	-	80.248	-	-	-	80.248	82.210
Debêntures	-	88.301	-	12.633	-	100.934	102.244
Subtotal	-	168.549	274.072	12.633	-	455.254	477.673
Vinculados à prestação de garantias:							
Nota Promissoria	25.008	-	-	-	-	25.008	25.132
NTN	-	89.412	55.536	-	-	144.948	153.235
Subtotal	25.008	89.412	55.536	-	-	169.956	178.367
Total de títulos disponíveis para venda	165.201	268.569	1.108.061	12.633	142.625	1.697.089	1.830.265
<u>Títulos para negociação ⁽¹⁾:</u>							
Carteira própria:							
NTN	-	5.384	1.901	-	844	8.129	8.541
LFT	-	2.554	-	-	-	2.554	2.554
Debêntures	-	810	-	588	-	1.398	1.425
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	66.223	-	-	-	-	66.223	66.932
Subtotal	66.223	8.748	1.901	588	844	78.304	79.452
Vinculados a compromissos de recompra:							
NTN	-	-	30.583	-	-	30.583	30.857
Debêntures	-	-	60.176	6.301	-	66.477	66.134
Subtotal	-	-	90.759	6.301	-	97.060	96.991
Vinculados à prestação de garantias:							
NTN	-	23.238	36.931	-	-	60.169	60.702
Debêntures	-	14.935	-	24.892	-	39.827	39.933
Subtotal	-	38.173	36.931	24.892	-	99.996	100.635
Total de títulos para negociação	66.223	46.921	129.591	31.781	844	275.360	277.078
Total de Títulos	231.424	315.490	1.237.652	44.414	143.469	1.972.449	2.107.343

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

Consolidado							2015
Valores atualizados pelo mercado							
Papel/Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
Títulos disponíveis para venda:							
Carteira própria:							
Cédula de Produto Rural	30.250	10.109	-	-	-	40.359	40.359
LTN	109.943	-	67.086	-	-	177.029	127.290
NTN	-	374	585.086	-	142.625	728.085	769.548
Debêntures	-	125	82.126	-	-	82.251	141.752
Subtotal	140.193	10.608	734.298	-	142.625	1.027.724	1.078.949
Vinculados a compromissos de recompra:							
LTN	-	-	222.951	-	-	222.951	293.219
NTN	-	80.248	-	-	-	80.248	82.210
Debêntures	-	88.301	-	12.633	-	100.934	102.244
Subtotal	-	168.549	222.951	12.633	-	404.133	477.673
Vinculados à prestação de garantias:							
Nota Promissoria	25.008	-	-	-	-	25.008	25.132
NTN	-	89.412	55.536	-	-	144.948	153.235
Subtotal	25.008	89.412	55.536	-	-	169.956	178.367
Total de títulos disponíveis para venda	165.201	268.569	1.012.785	12.633	142.625	1.601.813	1.734.989
Títulos para negociação ⁽¹⁾ :							
Carteira própria:							
NTN	-	5.384	1.901	-	844	8.129	8.541
LFT	-	56.944	-	-	-	56.944	56.944
Debêntures	-	810	-	588	-	1.398	1.425
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	66.223	-	-	-	-	66.223	66.932
Subtotal	66.223	63.138	1.901	588	844	132.694	133.842
Vinculados a compromissos de recompra:							
NTN	-	-	30.583	-	-	30.583	30.857
Debêntures	-	-	60.176	6.301	-	66.477	66.134
Subtotal	-	-	90.759	6.301	-	97.060	96.991
Vinculados à prestação de garantias:							
NTN	-	23.238	36.931	-	-	60.169	60.702
Debêntures	-	14.935	-	24.892	-	39.827	39.933
Subtotal	-	38.173	36.931	24.892	-	99.996	100.635
Total de títulos para negociação	66.223	101.311	129.591	31.781	844	329.750	331.468
Total de Títulos	231.424	369.880	1.142.376	44.414	143.469	1.931.563	2.066.457

Individual							2014
Valores atualizados pelo mercado							
Papel/Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
Títulos disponíveis para venda:							
Carteira própria:							
Eurobonds	-	254.239	-	-	-	254.239	255.616
LTN	-	-	10.224	139.569	-	149.793	154.088
NTN	-	49.844	679.660	51.018	161.505	942.027	965.300
Debêntures	-	306	44.728	17.448	-	62.482	63.243
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	-	2.498	-	209.876	-	212.374	212.374
Subtotal	-	306.887	734.612	417.911	161.505	1.620.915	1.650.621
Vinculados à prestação de garantias:							
LTN	-	-	87.151	-	-	87.151	88.136
NTN	-	1.278	60.173	-	-	61.451	65.005
Subtotal	-	1.278	147.324	-	-	148.602	153.141
Total de títulos disponíveis para venda	-	308.165	881.936	417.911	161.505	1.769.517	1.803.762
Títulos para negociação ⁽¹⁾ :							
Carteira própria:							
LTN	49.978	40.576	-	-	-	90.554	90.683
NTN	-	14.196	15.883	1.971	19.991	52.041	53.730
Debêntures	-	11.890	113.634	68.986	-	194.510	190.262
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	101.146	-	-	-	-	101.146	101.146
Nota Promissoria	21.707	-	-	-	-	21.707	21.668
Subtotal	172.831	66.662	129.517	70.957	19.991	459.958	457.489

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

Vinculados a compromissos de recompra:

LTN	-	53.654	-	-	-	53.654	53.814
NTN	-	19.058	10.079	-	-	29.137	29.348
Debêntures	-	34.045	12.418	69.705	-	116.168	113.843
Eurobonds	5.039	-	-	-	-	5.039	5.039
Subtotal	5.039	106.757	22.497	69.705	-	203.998	202.044
Total de títulos para negociação	177.870	173.419	152.014	140.662	19.991	663.956	659.533
Total de Títulos	177.870	481.584	1.033.950	558.573	181.496	2.433.473	2.463.295

Papel/Vencimento							Consolidado
							2014
	Valores atualizados pelo mercado						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva

Títulos disponíveis para venda:

Carteira própria:

Eurobonds	-	254.239	-	-	-	254.239	255.616
LTN	-	-	10.224	139.569	-	149.793	154.088
NTN	-	49.844	679.660	51.018	161.505	942.027	965.300
Debêntures	-	306	44.728	17.448	-	62.482	63.243
Subtotal	-	304.389	734.612	208.035	161.505	1.408.541	1.438.247

Vinculados à prestação de garantias:

LTN	-	-	87.151	-	-	87.151	88.136
NTN	-	1.278	60.173	-	-	61.451	65.005
Subtotal	-	1.278	147.324	-	-	148.602	153.141
Total de títulos disponíveis para venda	-	305.667	881.936	208.035	161.505	1.557.143	1.591.388

Títulos para negociação ⁽¹⁾:

Carteira própria:

LFT	-	-	-	112.167	150.271	262.438	262.438
LTN	49.978	40.576	-	-	-	90.554	90.683
NTN	-	14.196	15.883	1.971	19.991	52.041	53.730
Debêntures	-	11.890	113.634	68.986	-	194.510	190.262
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	101.625	-	-	-	-	101.625	101.625
Nota Promissória	21.707	-	-	-	-	21.707	21.668
Subtotal	173.310	66.662	129.517	183.124	170.262	722.875	720.406

Vinculados a compromissos de recompra:

LTN	-	53.654	-	-	-	53.654	53.814
NTN	-	19.058	10.079	-	-	29.137	29.348
Debêntures	-	34.045	12.418	69.705	-	116.168	113.843
Eurobonds	5.039	-	-	-	-	5.039	5.039
Subtotal	5.039	106.757	22.497	69.705	-	203.998	202.044
Total de títulos para negociação	178.349	173.419	152.014	252.829	170.262	926.873	922.450
Total de Títulos	178.349	479.086	1.033.950	460.864	331.767	2.484.016	2.513.838

⁽¹⁾ Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

⁽²⁾ Os ativos que compõem os fundos são, na sua maioria, debêntures e notas promissórias totalizando o valor de R\$59.337 (R\$101.067 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não havia títulos na categoria "mantidos até o vencimento".

Conforme estabelecido no artigo 5º da Circular n.º 3.068/08, do Bacen, a reavaliação quanto à classificação de títulos e valores mobiliários só pode ser efetuada por ocasião dos balancetes semestrais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reclassificados títulos e valores mobiliários da categoria "negociação" para "disponíveis para venda" no valor de R\$105.590, e o valor de R\$11.732 referente a marcação a mercado computados no resultado até a data da reclassificação não foi estornado. Não houve reclassificação de categoria em 31 de dezembro de 2014.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria "disponíveis para venda" e "para negociação" foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro 2015 e de 2014, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, BM&FBOvespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, pelos administradores dos fundos de investimento e pelas Agências Internacionais de Informações. Em 31 de dezembro de 2015 a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "disponíveis para venda" possui um ajuste negativo acumulado no montante de R\$121.443 no Individual e no Consolidado (ajuste negativo de R\$34.245 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro de 2014), impactando o patrimônio líquido do Banco em R\$67.902 no Individual e no Consolidado (R\$20.547 no Individual e Consolidado em 31 de dezembro de 2014), líquidos dos efeitos tributários. A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria "para negociação" resultou em um ajuste negativo no montante de R\$1.718 no Individual e no Consolidado (ajuste positivo no montante de R\$4.423 no Individual e no Consolidado em 31 de dezembro 2014) no resultado.

b) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, "commodities" e demais preços de ativos. Desta forma, o Banco oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de stress. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Banco junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na BM&Fbovespa ou na CETIP S.A. - Mercado Organizado de Ativos e Derivativos. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, "swap" com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Banco, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e "commodities". O Banco vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&Fbovespa, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apuração que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Derivativos de crédito

Representam, de maneira geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de modo linear ao longo da vigência da operação. No caso de um evento de crédito ("default"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

v) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Individual e Consolidado					
	2015			2014		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Instrumentos financeiros derivativos						
ATIVO						
"Swap" - diferencial a receber	240.516	803.691	1.044.207	54.000	271.294	325.294
Contratos a termo - a receber	112.339	20.483	132.822	116.603	11.717	128.320
Prêmios de opções a exercer	42.241	8.007	50.248	61.985	5.078	67.063
Total a receber	395.096	832.181	1.227.277	232.588	288.089	520.677
PASSIVO						
"Swap" - diferencial a pagar	(21.066)	(163.401)	(184.467)	(48.979)	(18.651)	(67.630)
Contratos a termo - a pagar	(39.488)	(292)	(39.780)	(112.229)	(5.136)	(117.365)
Prêmios de opções lançadas	(54.482)	(2.411)	(56.893)	(72.685)	(7.393)	(80.078)
Total a pagar	(115.036)	(166.104)	(281.140)	(233.893)	(31.180)	(265.073)
Valor líquido	280.060	666.077	946.137	(1.305)	256.909	255.604

vi) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado							
	2015				2014			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado / Patrimônio Líquido	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado / Patrimônio Líquido
"Swap"								
Risco de mercado								
Posição ativa:								
Juros	3.409.533	477.736	-		2.734.791	258.176	-	
Moeda	2.883.695	221.457	-		1.796.622	99.836	-	
Moeda	525.838	256.279	-		938.169	158.340	-	
Posição passiva:								
Juros	3.409.533	-	(184.467)		2.734.791	-	(67.630)	
Moeda	3.074.305	-	(121.242)		1.840.494	-	(16.262)	
Moeda	335.228	-	(63.225)		894.297	-	(51.368)	
Valor líquido		477.736	(184.467)	421.555		258.176	(67.630)	172.901

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

"Hedge Accounting"

Fluxo de Caixa

Posição ativa:	901.849	566.471	-		907.208	67.118	-	
Juros	564.477	366.406	-		566.891	46.967	-	
Moeda	337.372	200.065	-		340.317	20.151	-	
Posição passiva:	901.849	-	-		907.208	-	-	
Juros	901.849	-	-		907.208	-	-	
Valor líquido		566.471	-	431.142		67.118	-	(5.327)

Valor líquido de "Swap"

1.044.207 (184.467) 852.697 325.294 (67.630) 167.574

Contratos a termo

Posição ativa:	3.189.022	132.822	-		4.445.385	128.320	-	
Juros	2.296.635	9.932	-		2.998.948	16.497	-	
Moeda	892.387	122.890	-		1.093.287	104.934	-	
"Commodities"	-	-	-		353.150	6.889	-	
Posição passiva:	3.189.022	-	(39.780)		4.445.385	-	(117.365)	
Juros	773.649	-	(2.074)		988.819	-	(765)	
Moeda	2.298.990	-	(37.606)		3.340.310	-	(115.977)	
"Commodities"	116.383	-	(100)		116.256	-	(623)	
Valor líquido		132.822	(39.780)	(603.557)		128.320	(117.365)	25.984

Opções

Prêmios de opções a exercer:	701.655	50.248	-		1.402.457	67.063	-	
Moeda	594.507	38.694	-		975.184	42.243	-	
"Commodities"	107.148	11.554	-		427.273	24.820	-	
Prêmios de opções lançadas:	874.399	-	(56.893)		1.214.046	-	(80.078)	
Moeda	756.832	-	(51.013)		748.616	-	(50.491)	
"Commodities"	117.567	-	(5.880)		465.430	-	(29.587)	
Valor líquido		50.248	(56.893)	12.940		67.063	(80.078)	27.290

Total a receber (pagar) e ganho (perda) 1.227.277 (281.140) 262.080 520.677 (265.073) 220.848

vii) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado							
	2015				2014			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro	930.389	1.708.671	320		847.513	1.172.065	1.630	
Moeda	1.545.382	457.757	10.192		1.314.669	-	(24.251)	
Mercadoria	108.461	85.661	-		134.970	528.812	-	
Cupom cambial futuro	829.975	1.590.614	(3.711)		1.221.368	894.524	(10.825)	
Total	3.414.207	3.842.703	6.801	414.996	3.518.520	2.595.401	(33.446)	(25.902)

viii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado						
	2015						Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos		
"Swap"	121.164	419.550	756.378	574.485	2.439.805		4.311.382
Contratos a termo	2.436.403	685.791	66.828	-	-		3.189.022
Opções	703.655	802.635	69.764	-	-		1.576.054
Futuros	4.514.181	1.891.641	477.818	148.153	225.117		7.256.910
Total	7.775.403	3.799.617	1.370.788	722.638	2.664.922		16.333.368

Valor de referência - Compensação	Individual e Consolidado					
	2014					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
"Swap"	446.985	697.007	1.156.556	338.814	1.002.637	3.641.999
Contratos a termo	2.903.651	1.430.395	110.840	499	-	4.445.385
Opções	1.291.590	1.163.267	161.646	-	-	2.616.503
Futuros	3.721.575	1.454.090	630.488	163.074	144.694	6.113.921
Total	8.363.801	4.744.759	2.059.530	502.387	1.147.331	16.817.808

ix) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as operações de "swap", contratos a termo e opções, cujo valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

Custodiante	Individual e Consolidado							
	2015				2014			
	"Swaps"	Contratos a termo	Opções	Futuros	"Swaps"	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	65.327	2.355	1.169.467	7.256.910	40.620	16.861	1.279.472	6.113.921
BM&FBovespa	-	-	1.146.200	7.056.944	-	-	1.074.825	5.391.463
Bolsas no exterior	65.327	2.355	23.267	199.966	40.620	16.861	204.647	722.458
Balcão	4.246.055	3.186.667	406.587	-	3.601.379	4.428.524	1.337.031	-
Instituições Financeiras	1.138.030	-	-	-	1.127.176	1.204	-	-
Empresas	3.108.025	3.186.667	406.587	-	2.474.203	4.427.320	1.337.031	-
Total	4.311.382	3.189.022	1.576.054	7.256.910	3.641.999	4.445.385	2.616.503	6.113.921

x) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 tem a seguinte composição:

Título	Individual e Consolidado	
	Valor de mercado	
	2015	2014
Margem de garantia - Camara de câmbio - BMC		
NTN - Nota do tesouro nacional	6.917	1.278
Subtotal	6.917	1.278
Margem de garantia - BM&FBovespa		
LTN - Letra do tesouro nacional	-	87.151
NTN - Nota do tesouro nacional	198.200	60.173
Subtotal	198.200	147.324
Margem de garantia - Outros		
Debêntures	39.827	-
Nota Promissória	25.008	-
Subtotal	64.835	-
Total	269.952	148.602

xi) "Hedge Accounting"

xi.a) "Hedge" de Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082, de 30/01/2002, do Bacen.

O objetivo do relacionamento deste "hedge" é anular as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF), e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi lançado ao patrimônio líquido no valor de R\$50.384 (R\$5.327 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de "hedge" ("swaps") em operações de "hedge accounting" de fluxo de caixa, e no valor de R\$50.723 (R\$3.911 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de marcação a mercado do objeto do "hedge". Não houve parcela inefetiva no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

	Individual e Consolidado			
	2015			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "swap" (ponta ativa)	901.849	1.458.426	1.508.810	50.384
Total	901.849	1.458.426	1.508.810	50.384
Objeto de "Hedge"				
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	170.774	245.195	230.766	(14.429)
Repasse do exterior	509.693	846.723	823.635	(23.088)
Dívida subordinada	221.382	366.238	353.032	(13.206)
Total	901.849	1.458.156	1.407.433	(50.723)

	Individual e Consolidado			
	2014			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de "Hedge"				
Contratos de "swap" (ponta ativa)	907.208	1.006.405	1.001.078	(5.327)
Total	907.208	1.006.405	1.001.078	(5.327)
Objeto de "Hedge"				
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	176.133	185.914	187.835	1.921
Repasse do exterior	509.693	575.407	577.721	2.314
Dívida subordinada	221.382	249.112	248.788	(324)
Total	907.208	1.010.433	1.014.344	3.911

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

xi.b) "Hedge" Risco de Mercado

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o banco realizou uma operação de "Hedge Accounting" Risco de Mercado onde o objetivo deste "hedge" era anular as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Cupom de dólar), e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pós fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD) e tornando o fluxo de caixa constante. A efetividade foi apurada em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082 de 30/01/2002 do Bacen. A captação objeto do "hedge" foi liquidada em 09 de dezembro de 2015, não restando saldo em hedge risco de mercado em 31 de dezembro de 2015. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não havia saldo em "hedge" risco de mercado.

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

As informações da carteira de operações de crédito expandida, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, estão assim sumariadas:

a) Por tipo de operação:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Capital de giro	2.228.408	3.169.736	2.228.408	3.173.828
Resolução nº 3.844	55.830	46.670	55.830	46.670
Conta corrente garantida	14.113	46.559	14.113	46.559
Repasse de instituições oficiais do Brasil	686.929	1.248.990	686.929	1.248.990
Crédito consignado	393	1.812	393	1.812
Financiamento em moeda estrangeira	275.625	400.172	275.625	400.172
Financiamentos a exportação	314.079	704.527	314.079	704.527
Subtotal de operações de crédito	3.575.377	5.618.466	3.575.377	5.622.558
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	277.828	190.466	277.828	190.466
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber ⁽²⁾	209.337	410.529	209.337	410.529
Títulos de crédito a receber ⁽¹⁾	44.565	89.000	44.565	89.000
Avais e Fianças Honradas	13.502	-	13.502	-
Carteira de crédito	4.120.609	6.308.461	4.120.609	6.312.553
Créditos abertos para importação	-	15.272	-	15.272
Garantias prestadas	2.372.556	2.969.087	2.372.556	2.969.087
Garantias prestadas e responsabilidades	2.372.556	2.984.359	2.372.556	2.984.359
Títulos de crédito a receber ⁽¹⁾	24.728	28.485	24.728	28.485
Títulos Privados ⁽³⁾	415.591	500.975	415.591	500.975
Títulos com risco de crédito	440.319	529.460	440.319	529.460
Total carteira expandida	6.933.484	9.822.280	6.933.484	9.826.372

⁽¹⁾ Registrados em "outros créditos - diversos" (nota 9a).

⁽²⁾ Registrados em "carteira de câmbio" (nota 8).

⁽³⁾ Representados, na sua maioria, por debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis, compostos na carteira dos fundos e na carteira do Banco (nota 6a).

b) Por vencimento:

Prazo	Individual e Consolidado					
	2015					
	A vencer		Vencidos		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	613.268	16,07	224.928	73,90	838.196	20,34
De 3 a 12 meses	1.518.186	39,78	79.444	26,10	1.597.630	38,77
De 1 a 3 anos	1.061.585	27,82	-	-	1.061.585	25,76
De 3 a 5 anos	508.309	13,32	-	-	508.309	12,34
De 5 a 15 anos	114.889	3,01	-	-	114.889	2,79
Total carteira de crédito	3.816.237	100,00	304.372	100,00	4.120.609	100,00
Até 3 meses	169.799	7,16	-	-	169.799	7,16
De 3 a 12 meses	1.014.604	42,76	-	-	1.014.604	42,76
De 1 a 3 anos	966.308	40,73	-	-	966.308	40,73
De 3 a 5 anos	69.325	2,92	-	-	69.325	2,92
De 5 a 15 anos	152.520	6,43	-	-	152.520	6,43
Total garantias prestadas e responsabilidades	2.372.556	100,00	-	-	2.372.556	100,00
Até 3 meses	66.427	15,09	-	-	66.427	15,09
De 3 a 12 meses	131.050	29,76	-	-	131.050	29,76
De 1 a 3 anos	198.593	45,10	-	-	198.593	45,10
De 3 a 5 anos	19.521	4,43	-	-	19.521	4,43
De 5 a 15 anos	24.728	5,62	-	-	24.728	5,62
Total títulos com risco de crédito	440.319	100,00	-	-	440.319	100,00
Total carteira expandida	6.629.112		304.372		6.933.484	

Prazo	Individual					
	2014					
	A vencer		Vencidos		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.664.660	27,25	126.758	63,73	1.791.418	28,40
De 3 a 12 meses	2.346.040	38,40	72.143	36,27	2.418.183	38,33
De 1 a 3 anos	1.544.434	25,28	-	-	1.544.434	24,48
De 3 a 5 anos	396.150	6,48	-	-	396.150	6,28
De 5 a 15 anos	158.276	2,59	-	-	158.276	2,51
Total carteira de crédito	6.109.560	100,00	198.901	100,00	6.308.461	100,00

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

Até 3 meses	233.225	7,82	-	-	233.225	7,82
De 3 a 12 meses	956.148	32,04	-	-	956.148	32,04
De 1 a 3 anos	1.080.455	36,20	-	-	1.080.455	36,20
De 3 a 5 anos	714.531	23,94	-	-	714.531	23,94
Total garantias prestadas e responsabilidades	2.984.359	100,00	-	-	2.984.359	100,00
Até 3 meses	21.707	4,10	-	-	21.707	4,10
De 3 a 12 meses	73.733	13,93	-	-	73.733	13,93
De 1 a 3 anos	244.355	46,15	-	-	244.355	46,15
De 3 a 5 anos	156.140	29,49	-	-	156.140	29,49
De 5 a 15 anos	33.525	6,33	-	-	33.525	6,33
Total títulos com risco de crédito	529.460	100,00	-	-	529.460	100,00
Total carteira expandida	9.623.379		198.901		9.822.280	

Prazo	Consolidado					
	2014					
	A vencer		Vencidos		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 3 meses	1.667.910	27,28	126.758	63,73	1.794.668	28,42
De 3 a 12 meses	2.346.882	38,39	72.143	36,27	2.419.025	38,32
De 1 a 3 anos	1.544.434	25,26	-	-	1.544.434	24,47
De 3 a 5 anos	396.150	6,48	-	-	396.150	6,28
De 5 a 15 anos	158.276	2,59	-	-	158.276	2,51
Total carteira de crédito	6.113.652	100,00	198.901	100,00	6.312.553	100,00
Até 3 meses	233.225	7,81	-	-	233.225	7,81
De 3 a 12 meses	956.148	32,04	-	-	956.148	32,04
De 1 a 3 anos	1.080.455	36,20	-	-	1.080.455	36,20
De 3 a 5 anos	714.531	23,95	-	-	714.531	23,95
Total garantias prestadas e responsabilidades	2.984.359	100,00	-	-	2.984.359	100,00
Até 3 meses	21.707	4,10	-	-	21.707	4,10
De 3 a 12 meses	73.733	13,93	-	-	73.733	13,93
De 1 a 3 anos	244.355	46,15	-	-	244.355	46,15
De 3 a 5 anos	156.140	29,49	-	-	156.140	29,49
De 5 a 15 anos	33.525	6,33	-	-	33.525	6,33
Total títulos com risco de crédito	529.460	100,00	-	-	529.460	100,00
Total carteira expandida	9.627.471		198.901		9.826.372	

c) Por ramo de atividade:

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Energia Elétrica e Renovável	900.707	974.263	900.707	974.263
Açúcar e Etanol	887.593	1.392.485	887.593	1.392.485
Imobiliário	859.347	1.179.345	859.347	1.180.187
Agricultura	702.361	991.748	702.361	991.748
Engenharia	669.597	773.247	669.597	773.729
Transportes e Logística	436.525	625.026	436.525	625.804
Telecomunicações	275.628	437.671	275.628	438.104
Comércio Exterior	236.283	291.840	236.283	291.840
Metalurgia	234.450	290.568	234.450	290.568
Comércio Varejista	213.211	208.379	213.211	208.379
Veículos e Peças	207.362	366.339	207.362	366.339
Química e Petroquímica	196.824	371.931	196.824	371.931
Serviços Especializados	177.835	318.972	177.835	318.972
Materiais de Construção e Decoração	133.503	142.137	133.503	142.137
Pessoa Física	122.370	33.574	122.370	33.574
Processamento de Carne	120.852	265.105	120.852	265.105
Alimentos	69.035	176.800	69.035	177.490
Água e Saneamento	64.844	158.606	64.844	158.606
Mineração	64.214	50.694	64.214	50.694
Instituição Financeira	61.344	99.713	61.344	100.580
Mecânica	55.196	39.883	55.196	39.883
Plásticos e Borracha	49.255	62.855	49.255	62.855
Comunicação e Gráfica	47.283	53.359	47.283	53.359
Bebidas e Fumo	47.068	215.418	47.068	215.418
Tecnologia da Informação	22.283	51.767	22.283	51.767
Papel e Celulose	20.649	90.466	20.649	90.466
Serviços Médicos	19.915	22.005	19.915	22.005
Têxtil e Vestuário	10.621	40.551	10.621	40.551
Farmacêutica e Cosméticos	10.097	17.808	10.097	17.808
Comércio Atacadista	7.244	13.279	7.244	13.279
Couro e Calçados	5.704	31.658	5.704	31.658
Eletroeletrônica	4.284	23.403	4.284	23.403
Siderurgia	-	11.385	-	11.385
Total carteira expandida	6.933.484	9.822.280	6.933.484	9.826.372

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

d) Carteira de crédito e garantias prestadas e responsabilidades por nível de risco e provisionamento:

i) Carteira de crédito

Nível	2015			
	Individual e Consolidado			
	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	297.773	-	297.773	-
A	1.155.469	-	1.155.469	5.777
B	1.189.282	3	1.189.285	11.893
C	1.053.941	40.107	1.094.048	32.821
D	27.608	128.472	156.080	15.608
E	3.878	24.737	28.615	8.585
F	88.280	31	88.311	44.156
G	-	64.972	64.972	45.480
H	6	46.050	46.056	46.056
Total	3.816.237	304.372	4.120.609	210.376

Nível	2014			
	Individual			
	A vencer	Vencidos	Total	Provisão
AA	692.475	-	692.475	-
A	2.001.524	-	2.001.524	10.008
B	2.218.487	4.595	2.223.082	22.231
C	997.456	79.645	1.077.101	32.313
D	97.742	5.943	103.685	10.369
E	47.396	12.928	60.324	18.097
F	40.395	34.604	74.999	37.499
G	12.576	54.580	67.156	47.009
H	1.509	6.606	8.115	8.115
Total	6.109.560	198.901	6.308.461	185.641

ii) Garantias prestadas e responsabilidades

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o saldo de garantias prestadas e responsabilidade é de R\$2.372.556 (R\$2.984.359 em 31 de dezembro de 2014) com uma provisão no valor de R\$5.137 (R\$3.903 em 31 de dezembro de 2014).

e) Por nível de concentração do total da carteira expandida do Banco:

	Individual				Consolidado			
	2015		2014		2015		2014	
Maiores devedores	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	280.580	4,04	324.584	3,30	280.580	4,04	324.584	3,30
2º ao 10º	1.134.892	16,37	1.310.812	13,35	1.134.892	16,37	1.310.812	13,34
11º ao 20º	752.885	10,86	950.762	9,68	752.885	10,86	950.762	9,68
21º ao 50º	1.413.445	20,39	1.821.335	18,54	1.413.445	20,39	1.821.335	18,54
51º ao 100º	1.289.418	18,60	1.656.662	16,87	1.289.418	18,60	1.656.662	16,86
Demais devedores	2.062.264	29,74	3.758.125	38,26	2.062.264	29,74	3.762.217	38,28
Total carteira expandida	6.933.484	100,00	9.822.280	100,00	6.933.484	100,00	9.826.372	100,00

f) Concentração do total da carteira de crédito expandida do Banco, por setor de atividade:

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Rural	47.856	56.623	47.856	56.623
Indústria	3.396.882	4.737.279	3.396.882	4.738.194
Comércio	677.186	1.197.017	677.186	1.197.017
Intermediação financeira	89.018	125.414	89.018	126.104
Outros serviços	2.306.124	3.249.670	2.306.124	3.252.157
Pessoas físicas	416.418	456.277	416.418	456.277
Total carteira expandida	6.933.484	9.822.280	6.933.484	9.826.372

g) Movimentação da provisão para operações de crédito e outros créditos de liquidação duvidosa, conforme Resolução nº 2.682/99:

Descrição	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	185.641	178.130	185.676	185.644
Constituição/Reversão	179.707	103.396	179.672	95.918
Baixas para prejuízo	(96.695)	(58.867)	(96.695)	(58.867)
Baixas para cessão	(66.828)	(38.063)	(66.828)	(38.063)
Variação cambial ⁽¹⁾	8.551	1.045	8.551	1.044
Saldo final	210.376	185.641	210.376	185.676

⁽¹⁾ Valor refere-se a variação cambial da PDD da agência no exterior, classificado na rubrica de "outras despesas operacionais" na demonstração de resultado.

h) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante R\$3.575 (R\$35.855 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

i) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2015 existiam contratos renegociados no valor de R\$322.598 (R\$97.569 em 31 de dezembro de 2014). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos "ratings" das operações anteriormente às renegociações.

j) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

i) Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco no valor de R\$67.817 (R\$77.326 no exercício findo 31 de dezembro de 2014). Essas cessões resultaram em prejuízo líquido em relação ao valor de face no valor de R\$66.817 (prejuízo de R\$46.761 no exercício findo 31 de dezembro de 2014), não descontado a provisão para devedores duvidosos no valor de R\$66.828 (R\$38.063 no exercício findo 31 de dezembro de 2014). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras despesas operacionais". Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$11.124 (R\$37.297 no exercício findo 31 de dezembro de 2014), essas cessões geraram um ganho no valor de R\$775 (ganho de R\$8.880 no exercício findo 31 de dezembro de 2014) registrados no resultado na rubrica "Operações de crédito".

ii) Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios

A partir de janeiro de 2012, conforme determinação da Resolução nº 3.533/08 do CMN, os registros contábeis passam a ser efetuados considerando a retenção ou não dos riscos e benefícios nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve operações cedidas para o FIDC Pine Agro no montante de R\$128.569 (R\$332.292 em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2014 havia operações cedidas a outras instituições financeiras no valor de R\$101.307.

O estoque de cessão é representado por:

	2015		Individual 2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações de créditos cedidas - Empréstimos	48.992	48.992	251.294	252.085
Operações de créditos cedidas - Financiamentos	65.709	65.709	182.305	182.305
Total	114.701	114.701	433.599	434.390

8. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Outros Créditos		Individual e Consolidado Outras Obrigações	
	2015	2014	2015	2014
Câmbio comprado a liquidar	237.470	459.480	-	-
Direitos sobre venda de câmbio	33	138.295	-	-
Rendas a receber	3.997	4.592	-	-
Câmbio vendido a liquidar	-	-	33	149.894
Obrigações por compra de câmbio	-	-	205.340	405.937
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	-	(205.340)	(405.937)
Total	241.500	602.367	33	149.894

9. OUTROS CREDITOS – DIVERSOS

a) Outros créditos - diversos

Estão representados pelos valores que seguem:

	2015			Individual 2014		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	398	-	398	75	-	75
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	3.503	-	3.503	5.736	-	5.736
Créditos tributários (nota 9.b)	110.808	324.650	435.458	86.361	82.122	168.483
Devedores por compra de valores e bens	106.216	171.612	277.828	40.499	149.967	190.466
Imposto de renda a compensar	6.392	78.099	84.491	1.669	67.268	68.937
Valores a receber de sociedade ligadas	42	-	42	36	-	36
Títulos e créditos a receber	48.355	20.938	69.293	92.797	24.688	117.485
Devedores diversos - País e exterior	20.126	-	20.126	16.454	19	16.473
Total	295.840	595.299	891.139	243.627	324.064	567.691

	2015			Consolidado 2014		
	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	398	-	398	103	-	103
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	3.503	-	3.503	5.736	-	5.736
Créditos tributários (nota 9.b)	110.808	324.667	435.475	86.370	82.122	168.492
Devedores por compra de valores e bens	106.216	171.612	277.828	40.499	149.967	190.466
Imposto de renda a compensar	6.392	81.452	87.844	-	70.938	70.938
Títulos e créditos a receber	48.355	20.938	69.293	92.797	24.688	117.485
Devedores diversos - País e exterior	20.370	-	20.370	20.528	19	20.547
Total	296.042	598.669	894.711	246.033	327.734	573.767

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

b) Créditos tributários e obrigações fiscais diferidas

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estavam compostos como segue:

Créditos tributários	2015			Individual		
	2014			2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para operações de crédito						
de liquidação duvidosa	50.953	39.172	90.125	35.529	21.318	56.847
Ajuste de títulos disponíveis para venda	30.361	23.180	53.541	8.561	5.137	13.698
Ajuste de títulos para negociação	3.106	2.186	5.292	-	-	-
Créditos baixados para prejuízo	28.669	22.040	50.709	23.755	14.253	38.008
Mercado futuro - Lei n.º 11.196	9.172	6.440	15.612	3.374	2.024	5.398
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	2.559	1.535	4.094	2.074	1.244	3.318
Provisão para participações nos lucros	2.000	1.600	3.600	750	450	1.200
MTM "hedge" de fluxo de caixa	12.681	9.319	22.000	1.332	799	2.131
Prejuízo fiscal	76.767	61.414	138.181	-	-	-
Resultado negativo do exterior	10.568	8.454	19.022	15.020	9.012	24.032
Provisão Resolução n.º 3.921	6.254	5.003	11.257	5.809	3.486	9.295
Outras provisões	12.260	9.765	22.025	9.097	5.459	14.556
Total	245.350	190.108	435.458	105.301	63.182	168.483

Créditos tributários	2015			Consolidado		
	2014			2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para operações de crédito						
de liquidação duvidosa	50.953	39.172	90.125	35.529	21.318	56.847
Ajuste de títulos disponíveis para venda	30.361	23.180	53.541	8.561	5.137	13.698
Ajuste de títulos para negociação	3.106	2.186	5.292	-	-	-
Créditos baixados para prejuízo	28.669	22.040	50.709	23.755	14.253	38.008
Mercado futuro - Lei n.º 11.196	9.172	6.440	15.612	3.374	2.024	5.398
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	2.559	1.535	4.094	2.074	1.244	3.318
Provisão para participações nos lucros	2.000	1.600	3.600	750	450	1.200
MTM "hedge" de fluxo de caixa	12.681	9.319	22.000	1.332	799	2.131
Prejuízo fiscal	76.767	61.414	138.181	-	-	-
Resultado negativo do exterior	10.568	8.454	19.022	15.020	9.012	24.032
Provisão Resolução n.º 3.921	6.264	5.010	11.274	5.814	3.490	9.304
Outras provisões	12.260	9.765	22.025	9.097	5.459	14.556
Total	245.360	190.115	435.475	105.306	63.186	168.492

Obrigações fiscais diferidas	2015			Individual e Consolidado		
	2014			2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	21.500	15.097	36.597	16.532	9.919	26.451
Atualização ativa de depósitos judiciais	459	275	734	365	218	583
Ajuste de títulos para negociação	-	-	-	1.186	711	1.897
MTM "hedge" de fluxo de caixa	12.596	9.257	21.853	978	586	1.564
Rendas de renegociação	-	-	-	404	242	646
MTM Interbancário câmbio	-	-	-	129	78	207
Total (Nota 14.a)	34.555	24.629	59.184	19.594	11.754	31.348

Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	168.483	162.535	168.492	162.539
Constituição ⁽¹⁾	448.998	176.570	449.016	176.577
Reversão	(182.023)	(170.622)	(182.033)	(170.624)
Saldo final	435.458	168.483	435.475	168.492

Obrigações fiscais diferidas	Individual e Consolidado	
	2015	2014
Saldo inicial	31.348	74.689
Constituição ⁽¹⁾	102.108	116.760
Reversão	(74.272)	(160.101)
Saldo final	59.184	31.348

⁽¹⁾ Em 06/10/2015 foi publicada a Lei nº 13.169/15, oriunda da Medida Provisória (MP) nº 675/15 que elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de instituições financeiras a partir de 01/09/2015. A cobrança é válida até 31/12/2018, retomando ao patamar de 15% a partir de 2019. Diante de tais alterações, o Banco atualizou os seus créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas sobre as diferenças temporárias com expectativa de realização até 12/2018 na alíquota vigente para este período.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

Previsão de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	2015			2015		
	Individual			Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	63.498	47.310	110.808	63.498	47.310	110.808
De 1 a 2 anos	60.069	48.099	108.168	60.079	48.106	108.185
De 2 a 3 anos	74.501	58.873	133.374	74.501	58.873	133.374
De 3 a 4 anos	29.765	23.234	52.999	29.765	23.234	52.999
De 4 a 5 anos	2.852	2.096	4.948	2.852	2.096	4.948
De 5 a 10 anos	14.665	10.496	25.161	14.665	10.496	25.161
Total	245.350	190.108	435.458	245.360	190.115	435.475

Obrigações fiscais diferidas	2015			2015		
	Individual e Consolidado			Individual e Consolidado		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	10.163	7.247	17.410	10.163	7.247	17.410
De 1 a 2 anos	9.314	6.707	16.021	9.314	6.707	16.021
De 3 a 4 anos	2.871	2.110	4.981	2.871	2.110	4.981
De 4 a 5 anos	3.342	2.347	5.689	3.342	2.347	5.689
De 5 a 10 anos	8.865	6.218	15.083	8.865	6.218	15.083
Total	34.555	24.629	59.184	34.555	24.629	59.184

10. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao MEP

	2015				
	Pine Securities	Pine Planejamento	Pine Investimentos	Pine Assessoria	Total
Participação - %	100,0000	99,9900	99,9998	99,9998	
Quantidade de cotas possuídas	5.000	10.000	892.298	500.000	
Capital social	19.524	10	13.385	500	
Patrimônio líquido	2.898	3.367	50.672	17.845	
Resultado líquido do exercício	(4.328)	(433)	4.424	9.146	8.809
Valor do investimento	2.898	3.367	50.672	17.845	74.782
Resultado de participação em controladas	(4.328)	(433)	4.424	9.146	8.809
Variação Cambial do investimento	1.883	-	-	-	1.883

	2014							
	Pine Securities	Pine Planejamento	Pine Ass. em Comercial. (1)	Pine Investimentos	Pine Comerc. Energia Eletr. (1)	Pine Assessoria	Pine Corretora (1)	Total
Participação - %	100,0000	99,9900	0,0000	99,9998	0,0000	99,9998	0,0000	
Quantidade de cotas possuídas	-	10.000	-	892.298	-	500.000	-	
Capital social	13.281	10	-	13.385	-	500	-	
Patrimônio líquido	5.344	3.800	-	46.248	-	8.699	-	
Resultado líquido do exercício	(4.595)	1.577	-	4.483	-	5.713	-	7.178
Valor do investimento	5.344	3.799	-	46.248	-	8.699	-	64.090
Resultado de participação em controlada	(4.595)	1.577	(28)	4.483	(1)	5.713	2	7.151
Variação Cambial do investimento	892	-	-	-	-	-	-	892

(1) Os valores apresentados em resultado de participação em controladas, referem-se ao resultado acumulado das respectivas empresas extintas.

b) Participações em coligadas não avaliadas ao MEP

Em 31 de dezembro de 2015, o Banco possui investimentos em coligadas avaliados ao seu valor de custo no valor de R\$107.975. Esses investimentos são testados para redução ao valor recuperável - "impairment" no mínimo anualmente. No balanço este investimento está registrado na rubrica de "Participações em coligadas e controladas no país".

11. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado de uso

	2015							
	Individual				Consolidado			
	Depreciação Anual - %	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	
Instalações	20	10.237	(10.219)	18	10.835	(10.570)	265	
Móveis e equipamentos de uso	10	2.859	(2.056)	803	3.245	(2.294)	951	
Sistema de comunicação	10	1.490	(1.068)	422	1.493	(1.070)	423	
Sistema de processamento de dados	20	912	(903)	9	1.350	(1.340)	10	
Sistema de segurança	10	32	(26)	6	32	(26)	6	
Aeronave	10	11.625	(2.325)	9.300	11.625	(2.325)	9.300	
Sistema de transporte	20	856	(327)	529	856	(327)	529	
Total		28.011	(16.924)	11.087	29.436	(17.952)	11.484	

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

	2014						
	Individual			Consolidado			
	Depreciação		Depreciação	Valor		Depreciação	Valor
	Anual - %	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Instalações	20	10.237	(10.165)	72	10.644	(10.327)	317
Móveis e equipamentos de uso	10	2.980	(1.893)	1.087	3.241	(2.002)	1.239
Sistema de comunicação	10	1.474	(957)	517	1.477	(957)	520
Sistema de processamento de dados	20	914	(894)	20	1.212	(1.101)	111
Sistema de segurança	10	32	(24)	8	32	(24)	8
Aeronave	10	16.293	(1.513)	14.780	16.293	(1.513)	14.780
Sistema de transporte	20	2.671	(900)	1.771	2.671	(900)	1.771
Total		34.601	(16.346)	18.255	35.570	(16.824)	18.746

b) Intangíveis

	2015						
	Individual			Consolidado			
	Amortização		Amortização	Valor		Amortização	Valor
	Anual - %	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais	10	9.614	(9.226)	388	10.007	(9.226)	781
Total		9.614	(9.226)	388	10.007	(9.226)	781

	2014						
	Individual				Consolidado		
	Amortização		Amortização	Valor		Amortização	Valor
	Anual - %	Custo	Acumulada	Líquido	Custo	Acumulada	Líquido
Gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais	10	9.587	(8.848)	739	9.854	(8.848)	1.006
Total		9.587	(8.848)	739	9.854	(8.848)	1.006

12. DEPOSITOS

a) Composição por vencimento:

	2015					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos	Depósitos	Depósitos	Depósitos	Depósitos	Depósitos
	à vista	a prazo	interfinanceiros	à vista	a prazo	interfinanceiros
Sem vencimento	17.896	-	-	17.832	-	-
Até 30 dias	-	206.122	104.987	-	205.807	104.955
De 31 a 60 dias	-	8.312	-	-	7.700	-
De 61 a 90 dias	-	49.745	17.078	-	47.293	17.078
De 91 a 180 dias	-	226.556	-	-	220.927	-
De 181 a 360 dias	-	382.059	-	-	346.838	-
Acima de 360 dias	-	814.948	213.890	-	787.920	213.890
Total	17.896	1.687.742	335.955	17.832	1.616.485	335.923

	2014					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Sem vencimento	26.683	-	-	26.621	-	-
Até 30 dias	-	333.420	-	-	333.420	-
De 31 a 60 dias	-	241.065	-	-	239.510	-
De 61 a 90 dias	-	234.978	35.162	-	234.860	35.162
De 91 a 180 dias	-	506.068	232	-	502.898	232
De 181 a 360 dias	-	215.634	11.477	-	203.115	11.477
Acima de 360 dias	-	744.472	21.709	-	705.358	21.664
Total	26.683	2.275.637	68.580	26.621	2.219.161	68.535

b) Composição por segmento de mercado:

	2015					
	Individual			Consolidado		
	Depósitos	Depósitos	Depósitos	Depósitos	Depósitos	Depósitos
	à vista	a prazo	interfinanceiros	à vista	a prazo	interfinanceiros
Indústria, comércio e serviços	16.379	337.055	-	16.379	337.055	-
Sociedades ligadas	64	71.257	32	-	-	-
Pessoas físicas	577	10.263	-	577	10.263	-
Instituições financeiras e fundos de investimento	876	1.269.167	335.923	876	1.269.167	335.923
Total	17.896	1.687.742	335.955	17.832	1.616.485	335.923

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

	Individual			Consolidado		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros	Depósitos à vista	Depósitos a prazo	Depósitos interfinanceiros
Indústria, comércio e serviços	20.021	517.628	-	20.021	517.628	-
Sociedades ligadas	62	56.476	45	-	-	-
Pessoas físicas	379	19.869	-	379	19.869	-
Instituições financeiras e fundos de investimento	6.221	1.681.664	68.535	6.221	1.681.664	68.535
Total	26.683	2.275.637	68.580	26.621	2.219.161	68.535

13. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Carteira Própria				
LTN - letras do tesouro nacional	270.782	53.530	219.661	21.878
NTN - notas do tesouro nacional	110.416	29.011	110.416	29.011
Debêntures	169.709	113.980	169.709	113.980
Outros títulos no exterior	-	3.672	-	3.672
Total de captações no mercado aberto	550.907	200.193	499.786	168.541

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	238	-	238	239	-	239
Impostos e contribuições sobre salários	3.118	-	3.118	3.222	-	3.222
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	-	2.902	-	2.902
ISS	368	-	368	412	-	412
IRRF	1.996	-	1.996	2.006	-	2.006
PIS e Cofins a recolher	-	-	-	65	-	65
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	17.409	41.775	59.184	17.409	41.775	59.184
Provisão para riscos fiscais (Nota 15.c)	-	369	369	-	369	369
Total	23.129	42.144	65.273	26.255	42.144	68.399

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	161	-	161	161	-	161
Impostos e contribuições sobre salários	3.313	-	3.313	3.446	-	3.446
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	-	-	2.932	-	2.932
ISS	356	-	356	559	-	559
IRRF	1.659	-	1.659	1.680	-	1.680
PIS e Cofins a recolher	329	-	329	494	-	494
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 9.b)	816	30.532	31.348	816	30.532	31.348
Provisão para riscos fiscais (Nota 15.c)	-	369	369	-	369	369
Total	6.634	30.901	37.535	10.088	30.901	40.989

b) Diversas

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para despesas de pessoal	15.016	-	15.016	15.821	-	15.821
Cheques administrativos	3.511	-	3.511	3.511	-	3.511
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 15.c)	-	6.629	6.629	-	6.629	6.629
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 15.c)	-	3.238	3.238	-	3.238	3.238
Provisão fiança (Nota 7 d.ii)	2.564	2.573	5.137	2.564	2.573	5.137
Outras despesas administrativas	1.814	849	2.663	2.347	849	3.196
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	72.727	41.974	114.701	-	-	-
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	124.842	124.842
Credores diversos - País e exterior	668	3.904	4.572	798	3.904	4.702
Outras Provisões	-	118	118	-	118	118
Total	96.300	59.285	155.585	25.041	142.153	167.194

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

	Individual			Consolidado		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Provisão para despesas de pessoal	10.246	-	10.246	11.724	-	11.724
Cheques administrativos	5.738	-	5.738	5.738	-	5.738
Provisão para passivos						
contingentes - cíveis (Nota 15.c)	-	6.524	6.524	-	6.524	6.524
Provisão para passivos						
contingentes - trabalhistas (Nota 15.c)	-	1.403	1.403	-	1.403	1.403
Provisão fiança (Nota 7 d.ii)	-	3.904	3.904	-	3.904	3.904
Outras despesas administrativas	2.265	836	3.101	2.880	836	3.716
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	372.113	62.277	434.390	102.098	-	102.098
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	418.437	418.437
Credores diversos - País e exterior	332	-	332	474	-	474
Outras Provisões	-	9.237	9.237	-	9.237	9.237
Total	390.694	84.181	474.875	122.914	440.341	563.255

15. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não existiam ativos contingentes.

b) Obrigações legais – fiscais e previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

Pis: O Banco e a Pine Investimentos, interuseram medida judicial com vistas a afastar a aplicação do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.718/98, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que tais contribuições passassem a incidir sobre todas as receitas auferidas pelas aludidas pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. O mandado de segurança interposto pelo Banco Pine teve sentença parcialmente procedente e a apelação interposta pela União foi improvida. O transitio em julgado da ação ocorreu em 17/09/2013.

Suportado pela opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a disputa iniciada pelo Banco e pela Pine Investimentos encontrava-se pacificada no STF e não havia mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se tratava de uma obrigação legal e que não era provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$35.163 no Individual e R\$35.764 no Consolidado, em 2013 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Nesse contexto, o Banco já vem tomando as medidas judiciais necessárias ao levantamento da parcela que lhe cabe do depósito judicial, bem como protocolará o pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores do PIS recolhidos a maior no período de maio de 1999 a abril de 2005, no valor histórico de R\$3.522 no Individual e R\$3.566 no Consolidado, que atualizados pela selic até 31 de dezembro de 2015, totalizam R\$9.136 no Individual e R\$9.251 no Consolidado (R\$8.702 no Individual e R\$8.811 no Consolidado em 31 de dezembro de 2014). Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo a ser iniciado junto à RFB, foi reconhecido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - Imposto a compensar", em contra partida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Em 31 de dezembro de 2015 o valor dos depósitos judiciais referente a obrigação legal do PIS totalizava R\$38.247 no Individual e R\$38.494 no Consolidado (R\$35.382 no Individual e R\$35.638 no Consolidado em 31 de dezembro de 2014).

Cofins: Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da Cofins, a partir de fevereiro de 1999, ampliando o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da Cofins foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior. O Banco obteve êxito no mandado de segurança impetrado em face da União Federal, através da qual postulou a repetição do indébito por meio de compensação, do valor recolhido indevidamente a título de Cofins.

Nesse contexto, o Banco protocolará o pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores da Cofins recolhidos a maior no período de junho de 2000 a abril de 2005, no valor histórico de R\$15.679 no Individual e R\$15.872 no Consolidado, que atualizados pela selic até 31 de dezembro de 2015, totalizam R\$41.496 no Individual e R\$41.984 no Consolidado (R\$39.444 no Individual e R\$39.908 no Consolidado em 31 de dezembro de 2014). Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo a ser iniciado junto à RFB, foi reconhecido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - Imposto a compensar", em contra partida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não havia saldo em depósitos judiciais sobre obrigação legal do Cofins.

c) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 totalizam:

	Individual				Consolidado			
	Provisão		Depósitos Judiciais		Provisão		Depósitos Judiciais	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Contingências Fiscais	369	369	1.874	1.801	369	369	1.903	1.830
Contingências Trabalhistas	3.238	1.403	1.458	200	3.238	1.403	1.458	200
Contingências Cíveis	6.629	6.524	3.129	3.010	6.629	6.524	3.129	3.010
Total	10.236	8.296	6.461	5.011	10.236	8.296	6.490	5.040

d) Movimentação das provisões passivas:

	Individual				Consolidado			
	Fiscais		Trabalhistas		Fiscais		Trabalhistas	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Saldo inicial	369	1.403	6.524	8.296	716	1.925	9.997	12.638
Constituição (reversão)	-	1.622	(390)	1.232	(353)	(674)	(3.961)	(4.988)
Atualização	-	213	495	708	6	152	488	646
Saldo final	369	3.238	6.629	10.236	369	1.403	6.524	8.296

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

	Consolidado							
	2015				2014			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	1.403	6.524	8.296	723	1.925	9.997	12.645
Constituição (reversão)	-	1.622	(390)	1.232	(360)	(674)	(3.961)	(4.995)
Atualização	-	213	495	708	6	152	488	646
Saldo final	369	3.238	6.629	10.236	369	1.403	6.524	8.296

e) Seguem as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o Banco não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2015 o Banco possui processos cíveis classificados como possíveis no valor de R\$95. Em 31 de dezembro de 2014 o Banco não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2015 o Banco possui processos fiscais classificados como possíveis no valor de R\$1.213 (R\$793 em 31 de dezembro de 2014).

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Individual e Consolidado					
	2015					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Repasse do país - instituições oficiais	68.219	284.550	265.614	119.945	67.749	806.077
Operações de repasses do exterior	180	266.474	600.789	120.348	-	987.791
Operações de empréstimos do exterior	1.044	353.339	134.716	-	-	489.099
Total	69.443	904.363	1.001.119	240.293	67.749	2.282.967

	Individual e Consolidado					
	2014					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Repasse do país - instituições oficiais	267.357	396.579	426.512	125.200	117.850	1.333.498
Operações de repasses do exterior	4.113	58.348	409.304	79.668	79.668	631.101
Operações de empréstimos do exterior	238.896	840.716	50.065	79.686	-	1.209.363
Total	510.366	1.295.643	885.881	284.554	197.518	3.173.962

17. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de aceites cambiais

	Individual e Consolidado					
	2015					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	166.417	433.705	43.757	48	-	643.927
Letras de crédito do agronegócio	164.442	263.912	46.354	396	-	475.104
Letras financeiras	16.880	511.581	155.066	-	4.672	688.199
Total	347.739	1.209.198	245.177	444	4.672	1.807.230

	Individual e Consolidado					
	2014					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	66.761	375.431	121.861	459	-	564.512
Letras de crédito do agronegócio	130.743	400.153	71.877	690	-	603.463
Letras financeiras	-	121.061	553.833	10.818	4.039	689.751
Total	197.504	896.645	747.571	11.967	4.039	1.857.726

b) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Segue abaixo a composição das "tranches" e saldos atualizados nas datas do balanço:

"Tranche" original - US\$	Individual e Consolidado					
	Moeda de Emissão	Taxa de juros	Vencimento Final	2015	2014	
1.044	US\$	8,7% a.a + Libor	Jan/2017	3.503	2.892	
23.529	US\$	4,20% a.a + Libor	abr/2022	85.303	58.911	
20.000	US\$	5,85% a.a + Libor	dez/2023	73.717	53.275	
73.000	CLP	6,0% a.a + Var. UF	Dez/2017	99.911	70.693	
Total				262.434	185.771	
Circulante				11.778	11.828	
Total do exigível a longo prazo				250.656	173.943	

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

18. DIVIDA SUBORDINADA

	Emissão	Vencimento	Valor	Taxa de juros	Individual e Consolidado	
					2015	2014
"Fixed Rate Notes"	Pública	06/01/2017	US\$125.000	8,75% a.a	178.933	276.360
Letras Financeiras	Privada	06/12/2021	R\$45.152	141,45% do CDI	62.853	57.630
Total					241.786	333.990
Circulante					9.451	16.044
Total do exigível a longo prazo					232.335	317.946

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.112.259 e está dividido em 121.172.024 (121.172.024 em 31 de dezembro de 2014) ações nominativas, sendo 65.178.483 ordinárias (65.178.483 em 31 de dezembro de 2014) e 55.993.541 preferenciais (55.993.541 em 31 de dezembro de 2014) sem valor nominal. O Banco fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei n.º 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei n.º 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em R\$36.096 (R\$25.785 em 31 de dezembro de 2014).

Os dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Data da liberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Individual e Consolidado	
					2015	2014
Juros sobre capital próprio	31/12/2015	18/01/2016	0,1985203276	22.876	0,1687	19.445
Juros sobre capital próprio	30/09/2015	15/10/2015	0,1808724793	20.949	0,1537	17.807
Juros sobre capital próprio	30/06/2015	15/07/2015	0,1640864213	19.090	0,1395	16.227
Juros sobre capital próprio	31/03/2015	15/04/2015	0,1455108514	17.298	0,1237	14.703

Descrição	Data da liberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Individual e Consolidado	
					2014	2013
Juros sobre capital próprio	30/12/2014	15/01/2015	0,1200	14.262	0,1020	12.123
Juros sobre capital próprio	29/09/2014	10/10/2014	0,1425	16.938	0,1211	14.397
Juros sobre capital próprio	30/06/2014	17/07/2014	0,1414	16.733	0,1202	14.223
Juros sobre capital próprio	01/04/2014	14/04/2014	0,1366	16.530	0,1161	14.051
Dividendos	30/06/2014	17/07/2014	0,0276	3.267	-	-
Dividendos	01/04/2014	14/04/2014	0,0287	3.470	-	-

Conforme Carta Circular n.º 3.516/11, os dividendos adicionais propostos ao dividendo mínimo no valor de R\$19.445 (R\$12.124 em 31 de dezembro de 2014) encontram-se classificados na rubrica "Reservas de Lucros".

A seguir apresentamos a conciliação dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	2015	2014
Lucro líquido	41.026	94.307
Reserva legal	(2.051)	(4.715)
Base de cálculo	38.975	89.592
Juros sobre o capital próprio	80.213	64.463
IRRF 15%	(12.032)	(9.669)
Dividendos antecipados	-	6.737
Valor proposto	68.181	61.531
% sobre a base de cálculo	174,94%	68,68%

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

d) Ações em tesouraria

Os planos de aquisições e cancelamentos de ações de própria emissão do Banco referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	Individual e Consolidado					
	2015					
	Data da aprovação	Data limite para aquisição das ações	Total de ações aprovadas	Ações preferenciais adquiridas	Valor total	Custo médio
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2015	31/12/2016	391.521	391.521	1.750	4,47
Reunião do Conselho de Administração	12/02/2015	11/02/2016	570.000	570.000	2.608	4,58
Reunião do Conselho de Administração	02/03/2015	01/03/2016	1.000.000	1.000.000	5.251	5,25
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2015	12/05/2016	1.000.000	1.000.000	5.070	5,07
Reunião do Conselho de Administração	11/06/2015	10/06/2016	500.000	500.000	2.380	4,84
Reunião do Conselho de Administração	08/09/2015	07/09/2016	1.200.000	915.100	3.597	3,92

Descrição	Individual e Consolidado					
	2014					
	Data da aprovação	Data limite para aquisição das ações	Total de ações aprovadas	Ações preferenciais adquiridas	Ações preferenciais canceladas	Valor total
Reunião do Conselho de Administração	06/08/2013	06/08/2014	1.942.417	1.942.417	-	6.548
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2014	27/09/2014	852.883	852.883	-	6.718
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2014	-	-	-	2.440.732	(23.906)
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2014	05/11/2014	2.423.440	2.342.239	-	17.536
						7,49

Em 31 de dezembro de 2015 o Banco transferiu 1.290.843 (1.484.994 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, para os diretores estatutários a título de remuneração variável nos termos da Resolução nº 3.921/10 no montante de R\$5.952 (R\$11.779 em 31 de dezembro de 2014) ao custo médio de R\$4,61 (R\$7,93 em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2015 houve a devolução de 865.906 ações no montante de R\$5.379 ao custo médio de R\$6,22 referente a ações de ex diretores estatutários.

Em 31 de dezembro 2015 o Banco vendeu 294.432 (22.500 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, no montante de R\$1.369 (R\$170 em 31 de dezembro de 2014) ao custo médio de R\$4,65 (R\$7,59 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 o Banco possuía em tesouraria 5.925.192 (2.336.651 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais de sua própria emissão no montante de R\$35.744 (R\$17.030 em 31 de dezembro de 2014). O valor de mercado dessas ações correspondia a R\$21.923 (R\$15.048 em 31 de dezembro de 2014).

e) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual e Consolidado	
	2015	2014
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	(121.443)	(34.245)
Títulos e valores mobiliários	(121.443)	(34.245)
"Hedge" fluxo de caixa	(339)	(1.416)
Objeto do "Hedge"	(50.723)	3.911
Instrumento do "Hedge"	50.384	(5.327)
Outros	(5.346)	(11.803)
Imposto de renda	56.094	19.022
Total	(71.034)	(28.442)

20. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Adiantamentos a depositantes	1.525	442	1.525	442
Rendas de empréstimos	493.006	524.183	493.075	527.825
Rendas de financiamentos	205.931	253.135	205.931	253.135
Total	700.462	777.760	700.531	781.402

b) Resultado de operações com títulos e valor mobiliários

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Receitas de operações com títulos de renda fixa - FIDC	24.428	52.530	-	-
Rendas de operações com títulos de renda fixa	356.824	332.768	387.992	376.767
Despesas de operações com títulos de renda fixa	(62.171)	(52.202)	(62.678)	(52.642)
Rendas de operações com títulos de renda variável	-	11.701	-	-
Total	319.081	344.797	325.314	324.125

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

c) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas de depósitos interfinanceiros	28.112	8.831	28.106	8.657
Despesas de depósitos a prazo	232.665	336.597	224.914	330.564
Despesas de operações compromissadas	58.361	41.542	54.956	47.681
Despesas de operações com títulos e valores mobiliários no exterior	301.670	109.006	301.675	109.006
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito	8.967	14.921	8.967	14.921
Despesas com letras de crédito do agronegócio	68.317	53.964	68.317	53.964
Despesas com letras financeiras	111.955	88.481	111.955	88.481
Despesas com letras de crédito imobiliário	77.337	35.594	77.337	35.594
Total	887.384	688.936	876.227	688.868

d) Operações de empréstimos e repasses

	Individual e Consolidado	
	2015	2014
Despesas de repasses do País - instituições oficiais	49.293	50.147
Despesas de repasses do exterior - Resolução n.º 3.844	32.238	8.716
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	549.863	220.735
Despesas de empréstimos no exterior	2.541	2.020
Outras	3.616	-
Total	637.551	281.618

e) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Taxa de abertura de crédito	13.970	16.770	13.970	16.770
Comissão de Fiança	54.871	46.263	54.871	46.263
Comissão de Intermediação	4.087	9.158	20.158	27.265
Outras	50	33	140	163
Total	72.978	72.224	89.139	90.461

f) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Proventos	55.219	58.871	59.107	64.380
Benefícios	8.234	8.749	8.680	9.209
Encargos sociais	19.071	20.212	19.777	20.931
Honorários da diretoria	1.389	1.409	1.389	1.411
Treinamento	165	260	187	282
Estagiários	254	310	263	343
Total	84.332	89.811	89.403	96.556

g) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Despesas de água, energia e gás	557	483	607	520
Despesas com aluguéis	7.426	9.435	8.307	10.021
Despesas de arrendamento de bens	836	937	836	937
Despesas de comunicações	3.179	3.334	3.186	3.355
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.703	1.882	1.706	1.887
Despesas de material	79	154	79	154
Despesas de processamento de dados	8.779	8.356	9.261	8.814
Despesas de relações públicas	1.477	3.448	1.546	3.515
Despesas de seguros	359	397	369	414
Despesas com serviços do sistema financeiro	11.576	15.093	12.871	16.800
Despesas com serviços de terceiros	1.915	2.685	2.556	3.588
Despesas com serviços de vigilância e segurança	4.661	4.941	4.661	4.941
Despesas com serviços técnicos especializados	10.696	13.930	11.663	14.817
Despesas de transporte	600	1.008	605	1.026
Despesas de viagens	1.328	2.277	1.450	2.485
Outras despesas administrativas	11.167	12.241	11.362	12.763
Despesas de amortização e depreciação	2.388	3.777	2.678	3.987
Total	68.726	84.378	73.743	90.024

h) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
ISS	3.733	4.390	4.543	5.250
Cofins	11.509	3.067	12.273	3.720
PIS	1.870	498	2.012	625
Outros	3.726	1.817	3.795	1.889
Total	20.838	9.772	22.623	11.484

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

i) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Recuperação de encargos e despesas	282	1.890	284	1.936
Atualização monetária ativa	2.943	1.591	3.011	1.981
Atualização de créditos judiciais	2.865	9.886	2.884	9.950
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	2.397	4.392	2.397	4.400
Outras rendas operacionais	391	1.547	306	2.903
Reversão de outras provisões	6.947	3.728	6.947	3.728
Total	15.825	23.034	15.829	24.898

j) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Provisão de processos trabalhistas e cíveis	4.155	511	4.155	511
Despesa de cessão ⁽¹⁾	66.817	47.323	66.817	47.323
Provisão de Fiança	1.234	3.904	1.234	3.904
Despesa de obrigações por cotas de fundo de investimento	-	-	51.971	57.415
Outras provisões	18.107	15.458	18.107	15.458
Outras despesas operacionais	4.178	4.222	2.347	6.223
Total	94.491	71.418	144.631	130.834

⁽¹⁾ Refere-se a prejuízo com operações cedidas sem coobrigação, conforme mencionado na nota 7. j.)

k) Resultado não operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o valor de R\$7.054 no Individual e R\$7.561 no Consolidado (R\$15.024 no Individual e R\$15.034 no Consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) corresponde principalmente ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	(161.040)	80.308	(155.986)	85.186
Juros sobre o capital próprio	(80.213)	(64.463)	(80.213)	(64.463)
Lucro/Prejuízo antes da tributação	(241.253)	15.845	(236.199)	20.723
Alíquota vigente (Nota 3q)	45%	40%	45%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	108.564	(6.338)	106.290	(8.289)
Diferenças permanentes	93.502	20.337	90.722	17.410
Variação cambial de investimento no exterior	51.764	10.527	51.764	10.527
Títulos da Dinamarca	11.956	-	11.956	-
Receitas de juros indenizatórios	11.829	4.827	11.829	4.827
Majoração da alíquota da CSLL	12.724	-	12.724	-
Outros ajustes	5.229	4.983	2.449	2.056
Imposto de renda e contribuição social	202.066	13.999	197.012	9.121

22. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

No exercício de 2012, o Banco aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução n.º 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Banco Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Banco; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução n.º 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Banco; (ii) o resultado geral do Banco, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Banco está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Banco; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos Administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Banco como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- b) o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Banco de forma imediata quando do pagamento da PLR; e
- c) o correspondente aos 40% restantes da remuneração variável será pago em ações preferenciais do Banco e serão entregues ao empregado juntamente com o pagamento do valor em espécie. O direito de disposição dessas ações será de forma "Diferida" crescendo com o nível de responsabilidade do Administrador.

A entrega das ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

O Banco conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao conselho de administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao conselho de administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao conselho de administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nesta resolução; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R\$13.817 (R\$29.638 em 31 de dezembro de 2014), e a despesa em 2015 foi de R\$3.933 (R\$12.071 em 31 de dezembro de 2014) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	Individual e Consolidado	
	2015	2014
Remuneração fixa	10.700	11.843
Remuneração variável	13.817	29.638
Benefícios de curto prazo	4.987	5.647
Total	29.504	47.128

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria não dá direito a nenhuma compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Banco o executivo pode receber uma indenização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve pagamento aos executivos que saíram a título de compensação no valor de R\$1.797 (não houve pagamento em 31 de dezembro de 2014).

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2015	2014	2015	2014
Títulos e valores mobiliários	54.390	262.917	24.428	52.530
Pine Crédito Privado - FIDC	-	2.340	(124)	4.597
Pine Crédito Privado - FIDC Agro	54.390	260.576	24.552	47.933
Depósitos à vista	278	109	-	-
Pine Investimentos	35	43	-	-
Pine Assessoria	23	16	-	-
Pine Planejamento Ltda	7	4	-	-
Administradores e familiares imediatos ⁽¹⁾	213	46	-	-
Depósitos interfinanceiros	48	44	(6)	(173)
Pine Investimentos	48	44	(6)	(173)
Depósitos à prazo	80.050	70.377	(7.691)	(6.159)
Pine Investimentos	51.359	43.723	(5.689)	(4.069)
Pine Assessoria	16.857	8.968	(1.654)	(1.199)
Pine Planejamento Ltda	3.041	3.786	(409)	(655)
Administradores e familiares imediatos ⁽¹⁾	8.793	13.900	61	(236)
Captações no mercado aberto	51.121	113.980	(910)	(9.050)
Pine Investimentos	-	113.980	2.448	(9.050)
Pine Crédito Privado - FIDC Agro	51.121	-	(3.358)	-

⁽¹⁾ Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas					2015	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias(%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	65.178.483	100,00	17.210.589	30,74	82.389.072	67,99
Conselho de Administração	-	-	462.076	0,83	462.076	0,38
Administradores	-	-	6.539.965	11,68	6.539.965	5,40
Total	65.178.483	100,00	24.212.630	43,25	89.391.113	73,77

Acionistas					2014	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias(%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	65.178.483	100,00	17.210.589	30,74	82.389.072	68,00
Conselho de Administração	-	-	63.666	0,11	63.666	0,05
Administradores	-	-	7.600.636	13,60	7.600.636	6,30
Total	65.178.483	100,00	24.874.891	44,45	90.053.374	74,35

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

23. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

	2015	2014
Fianças e Avals	2.372.556	2.969.087
Carta de crédito	-	15.272
Total	2.372.556	2.984.359

24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco oferece um Programa Previdenciário Empresarial, nos planos de VGBL e PGBL com taxas de carregamento e administração exclusivas. A contribuição mínima equivale a 1% da remuneração fixa mensal, podendo o profissional complementar o benefício com contribuições voluntárias. A partir de janeiro de 2015 o banco deixou de contribuir com a previdência dos participantes. Em 31 de dezembro de 2014 o valor da contribuição era de R\$325.

25. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Participações no resultado".

26. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução e visão geral

O Banco Pine está exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela alta administração da instituição.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos.

O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho e aos Executivos uma visão global das exposições do Banco, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

b) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Gerenciamento do risco de crédito

Atribuições:

- Formular Políticas de Crédito em conjunto com todas as unidades do Banco, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de Crédito. A Área de Crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país.
- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco, no gerenciamento do risco de crédito.

Análise e concessão de crédito:

- Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.

Controles e gestão de riscos de crédito:

- Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Banco Pine.

Área de Administração de Ativos Especiais (Recuperação de Crédito):

- O Banco possui uma área específica de recuperação de crédito que tem por objetivo dar apoio às áreas envolvidas com o processo de recuperação de crédito, visando identificar e atuar frente aos potenciais riscos da instituição, buscando soluções ágeis e efetivas no intuito de mitigar possíveis perdas, ser fonte de informação acerca dos riscos em atraso ou que por qualquer motivo tenha a certeza do recebimento do crédito prejudicado, promover o controle de riscos que, de acordo com a política definida pela instituição, estão sob a administração da Área de Ativos Especiais.

c) Risco de liquidez

Definição

O risco de liquidez está associado à eventual dificuldade do Banco em atender suas obrigações decorrentes dos seus passivos financeiros.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens :

- O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado;
- Concentração dos depositantes e dos depósitos com liquidez diária.
- Projeção de cenários de stress de liquidez definidos no ALCO - "Asset and liability committee".

Esses dados são confrontados com nível de caixa do Banco diariamente e avaliados semanalmente no ALCO.

A gestão de liquidez é realizada pela Superintendencia de Risco de Mercado e Liquidez, que se reporta à Superintendência Executiva de Controle de Riscos.

d) Risco de mercado

Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Banco.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de "commodities" e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Banco vis a vis o apetite ao risco definido pelo ALCO e aprovado pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de mercado é efetuada diariamente pela Superintendencia de Risco de Mercado e Liquidez, que calcula o Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Banco.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e "Stop Loss" estabelecidos pelo ALCO e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela BM&FBovespa, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo ALCO.

Metodologias

Valor justo:

O objetivo da marcação a mercado (Valor Justo) é tornar o apreçamento dos ativos e passivos contidos na carteira do Banco o mais transparente possível, visando a proteção dos acionistas.

"Value at risk" – VaR (Valor em risco):

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, BM&FBovespa, Banco Central, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e "commodities". Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

Análise de sensibilidade

Conforme Instrução n.º 475/08 da CVM, segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição em 31 de dezembro de 2015:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		2015		
		Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	2.055	(40.762)	(81.523)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	(423)	(8.257)	(16.515)
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(3.877)	11.461	22.921
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	6.005	(4.555)	(9.111)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	4	18	36
Taxas "OffShore" ("Libor" + outras "Offshore")	Variação nas taxas "OffShore"	3.086	2.777	5.311
Moedas	Variação na variação cambial	(76)	(672)	(1.345)
Total (soma não correlacionada)		(15.739)	(68.502)	(137.004)
Total (soma correlacionada) **		6.774	(39.990)	(80.226)

⁽ⁱ⁾Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

⁽ⁱⁱ⁾Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

Cenários			
Cenário I - Provável	Cenário composto pela variação dos fatores de mercado entre os dias 31/12/2015 e 11/01/2016 (Pré de 15,87% para 15,63% no vértice de 1 ano, de 16,68% para 16,41% no vértice de 4 anos, variação do dólar de 3,9048 para 4,0153 e cupom cambial de 2,70% para 3,55% no vértice de 1 ano)		
Cenário II - Possível (*)	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&FBovespa), e nas cotações de fechamento (dólar e "equity"), conforme exemplo a seguir:		
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	15,87%	25%	19,83%
Índice de Preços (IPCA)	6,42%	25%	8,03%
Taxa TJLP (TJLP)	7,96%	25%	9,95%
Taxa de Cupom de Dólar	2,70%	25%	3,38%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	3,10%	25%	3,88%
Taxa "LIBOR" USD	1,16%	25%	1,45%
Moedas	3,9048	25%	4,8810
Cenário III - Remoto (*)	Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&FBovespa), e nas cotações de fechamento, (dólar e "equity"), conforme exemplo a seguir:		
Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	15,87%	50%	23,80%
Índice de Preços (IPCA)	6,42%	50%	9,63%
Taxa TJLP (TJLP)	7,96%	50%	11,94%
Taxa de Cupom de Dólar	2,70%	50%	4,06%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	3,10%	50%	4,66%
Taxa "LIBOR" USD	1,16%	50%	1,74%
Moedas	3,9048	50%	5,8572

* Para os Cenários II e III, foi considerado o resultado do estresse de alta ou baixa de forma a obter um resultado de maiores perdas para a carteira.

e) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é um importante processo da Instituição que é executado de forma a otimizar o uso de capital e alcançar os seus objetivos estratégicos. De forma a gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital é fundamental o constante aprimoramento da gestão e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

De acordo com a Resolução n° 3.988/11 do BACEN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

As políticas e estratégias de gerenciamento de capital consideram uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado e são revisadas periodicamente pela Diretoria e Conselho de Administração, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da Instituição.

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

O Banco, em 31 de dezembro de 2015, atingiu o índice de 15,01% (13,87% em 31 de dezembro de 2014), calculado a partir do "Consolidado Prudencial".

Basileia III	2015	2014
Patrimônio de referência Nível I	1.070.081	1.251.357
Capital Principal	1.070.081	1.251.357
Patrimônio líquido	1.162.858	1.255.937
(-) Ajustes Prudenciais	(92.777)	(4.580)
Patrimônio de referência Nível II	69.066	145.900
Dívida Subordinada	69.066	145.900
Patrimônio de referência - PR	1.139.147	1.397.257
Ativo ponderado pelo risco - RWA	7.588.830	10.073.616
Risco de Crédito	6.936.709	9.538.036
Risco de mercado	511.084	386.291
Risco Operacional	141.037	149.289
Índice da Basileia - %	15,01%	13,87%
Capital Nível I	14,10%	12,42%
Capital principal	14,10%	12,42%
Capital Nível II	0,91%	1,45%

f) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Banco Pine, de acordo com a Circular n.º 3.678/13, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de referência exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

g) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução n° 2.286/96 do Bacen, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de dezembro de 2015, o índice de imobilização foi de 12,41% (2,30% em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Seguros

O Banco adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes estabelecidos pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2015 é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
"Directors and Officers Liability" (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	50.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	741
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	20.590
Seguro global de banco	Valores em espécie	300

b) "Leasing" operacional

O Banco possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade "leasing" operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. O custo dos contratos de arrendamento são reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica "Despesas administrativas - arrendamento de bens".

	Taxa	Prazo	Individual e Consolidado	
			2015	2014
Despesa de arrendamento de bens				
"Leasing" de máquinas e equipamentos	3,41%	3	382	937
Total			382	937

c) Valor justo de instrumentos financeiros

De acordo com a Instrução CVM nº 235, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício.

	2015	
	Valor justo	Valor contábil
Ativos		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez ⁽ⁱ⁾	504.580	504.580
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos ⁽ⁱⁱ⁾	3.158.840	3.158.840
Operações de crédito ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.352.254	3.365.001
Outros créditos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	572.943	569.960
Total de ativos financeiros	7.588.617	7.598.381
Passivos		
Depósitos à vista ^(iv)	17.832	17.832
Depósitos interfinanceiros ^(iv)	335.923	335.923
Depósitos a prazo ^(iv)	1.605.487	1.616.485
Captação no mercado aberto ^(iv)	499.786	499.786
Recursos de aceites e emissão de títulos ^(iv)	1.874.456	1.898.890
Obrigação por empréstimos e repasses ^(v)	1.776.776	1.773.274
Dívida subordinada ^(v)	20.313	20.404
Total de passivos financeiros	6.130.573	6.162.594

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- O valor justo dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil.
- Operações de crédito e outros créditos são mensurados líquidos da provisão para devedores duvidosos. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.
- O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

d) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, no período de janeiro a dezembro de 2015, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Internacional - IFRS, e Relatório dos Auditores Independentes.

Banco Pine S.A.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes



Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma sociedade por ações, domiciliado na Avenida das Nações Unidas, 8501 – 29º andar – Pinheiros – São Paulo - SP, registrado na BM&FBOVESPA S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimento, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Financeiro Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras consolidadas do Pine foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 01 de janeiro de 2009, data da adoção inicial.

As Demonstrações Financeiras individuais foram elaboradas localmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, Lei das sociedades por ações e regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, doravante denominados "BRGAAP", e estão sendo apresentadas separadamente dessas demonstrações. A nota explicativa 46 contém a reconciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado.

Informamos que foi autorizada, em 10 de março de 2016, a conclusão das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, de 31 de dezembro de 2015, pelo Conselho de Administração do Pine.

As Demonstrações Financeiras em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

b. Normas, emendas, alterações e interpretações relevantes emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

• IAS 19 (R1) – Benefícios aos empregados – a entidade deve considerar a contribuição dos empregados e de terceiros na contabilização de planos de benefícios definidos. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis consolidadas;

c. Normas, emendas, alterações e interpretações relevantes emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) que ainda não estão em vigor:

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi prevista, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e CVM:

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

• IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

• IAS 12 - "Impostos sobre a Renda" - A alteração inclui esclarecimentos quanto ao reconhecimento de impostos diferidos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao valor justo. Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

• Ciclo de Melhorias (2012 - 2014) - Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados a IFRS 5 – "Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas", a IFRS 7 – "Instrumentos Financeiros: Divulgações", a IAS 19 – "Benefícios aos Empregados" e a IAS 34 – "Relatório Financeiro Intermediário". Efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Pine.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a. Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas contemplam as operações do Pine, que inclui a agência de Grand Cayman, suas subsidiárias, bem como das entidades de propósito específico e dos fundos de investimento onde o Pine é cotista único.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo grupo.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas:

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

	Atividade	Participação no capital (%)	
		2015	2014
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Securities USA LLC	Broker Dealer	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
Pine Planejamento e Serviços Ltda	Consultoria	99,9998	99,9998
Entidades de propósito específico			
Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (a.1) ⁽¹⁾	FIDC	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Pine Agro (a.2)	FIDC	-	-
Fundos de investimentos - cotista único (a.3)			
Pine CM Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ⁽²⁾	Fundo de investimento multimercado	-	-
Pine RB Capital Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Fundo de investimento multimercado	-	-

⁽¹⁾ O Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros foi extinto em 24 de abril de 2015.⁽²⁾ O Pine CM Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado foi extinto em 22 de setembro de 2015.**Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias as Empresas sobre as quais o Pine exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. As subsidiárias são consolidadas pelo método integral desde o momento em que o Pine assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação.

Entidade de Propósito Específico - Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (Pine Crédito Privado)**a.1) Pine Crédito Privado**

Pelo fato do controle sobre os recebíveis cedidos ao fundo remanescer com o Pine (recebimento, repasse e cobrança) e devido ao Pine ser detentor das cotas subordinadas do Fundo, a administração decidiu consolidar o FIDC, conforme requerido pelo IFRS 10.

Conforme requerido pelo IFRS 10, seguem informações relacionadas ao Pine Crédito Privado considerado na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC.

O Fundo denominado Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A. foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 07 de dezembro de 2010. A data de início da distribuição foi em 28 de março de 2011. O Fundo ofertou 207.000 cotas seniores no valor unitário de R\$1. A data de encerramento da distribuição foi em 06 de abril de 2011.

O objetivo do Fundo era atuar no sentido de propiciar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, exclusivamente por meio da aquisição de Direitos Creditórios do segmento financeiro, exclusivamente empréstimos para empresas (capital de giro) originados e cedidos pelo Pine, que atendiam aos Critérios de Elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação de carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicava seus recursos em Outros Ativos.

O fundo encerrou suas atividades em 24 de abril de 2015, não agregando resultado no encerramento de suas atividades.

a.2) FIDC Pine Agro

Pelo fato do Pine permanecer com os riscos e benefícios dos direitos creditórios cedidos ao Fundo através da aquisição de 100% das cotas subordinadas, a administração do Pine decidiu consolidar o FIDC Pine Agro, conforme requerido pelo IFRS 10.

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC Agro

O Fundo denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC Pine Agro, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 16 de setembro de 2013. O patrimônio do Fundo é formado por duas classes de cotas, as Cotas Seniores, e Cotas Subordinadas, na forma do Artigo 12 da Instrução CVM nº356/01. A primeira oferta de Cotas Seniores do fundo foi realizada nos termos da Instrução nº476/09, e foi destinada apenas a Investidores Qualificados, adquirindo um montante mínimo de R\$1.000 (um milhão de reais). O Fundo tem prazo indeterminado de duração.

O Santander Brasil S.A foi contratado pelo Fundo para ser responsável pela prestação ao Fundo dos serviços de controladoria do Fundo, custódia qualificada dos ativos integrantes da carteira, guarda dos documentos comprobatórios e escrituração das cotas.

O objetivo do Fundo é proporcionar rendimento de longo prazo aos Cotistas por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios oriundos (i) operações de empréstimo originadas e concedidas pelo cedente, seja de maneira exclusiva ou sindicalizada, a seus clientes nos setores de atuação, e (ii) debêntures emitidas pelos clientes, atuantes nos setores de atuação, de titularidade do cedente, que poderão contar com garantias, dentre elas garantias reais, para que atendam às condições de cessão e aos critérios de elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação da carteira estabelecida no Regulamento do Fundo.

O Fundo poderá adquirir direitos creditórios originados e concedidos pelo cedente nos seguintes setores de atuação: (i) açúcar e álcool; (ii) agricultura (produção primária); (iii) varejistas e distribuidores do setor de alimentos; (iv) proteína animal; (v) grãos; (vi) bebidas; (vii) energia renovável; (viii) tradings; (ix) insumos agrícolas; (x) papel e celulose; (xi) produtos de valor agregado.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, e capítulo 21 do Regulamento do Fundo, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 70%. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter 30% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo, mensalmente.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Custodiante, sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo é atribuída às cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

Na hipótese de inobservância do percentual de cotas subordinadas representando menos de 30% do patrimônio líquido do Fundo, o Pine, mediante solicitação do administrador, deverá subscrever novas cotas subordinadas num prazo máximo de 5 dias corridos, de maneira a atingir a proporção equivalente à razão de garantia. Caso o desenquadramento não seja sanado no prazo estipulado, o Administrador convocará Assembleia Geral de Cotistas para que esta delibere (i) a liquidação antecipada do fundo ou (ii) a amortização extraordinária.

iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve operações cedidas para o FIDC Pine Agro no montante de R\$128.569 (R\$332.292 em 31 de dezembro de 2014).

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas nesse Fundo, o Pine reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 receita de R\$24.552 (receita de R\$47.933 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), registradas contabilmente na rubrica de "Receita com juros e similares".

a.3) Fundos de Investimento - Cotista único

Consolidamos os fundos de investimentos em que o Pine é cotista único, pois na essência o Pine obtém a maioria dos riscos e benefícios de suas operações.

b. Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mantidos para negociação, instrumentos financeiros disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de *hedge* em transações qualificáveis de *hedge* de valor justo atribuível ao risco protegido.

c. Utilização de estimativas e julgamentos

O Pine e suas controladas preparam as estimativas com base em premissas que afetam os números divulgados de ativos e passivos dentro do próximo ano fiscal. Todas as estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as estimativas que de acordo com a administração são adequadas às atividades do Pine. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas futuras. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

As estimativas contábeis críticas são:

(i) Avaliação do valor justo de alguns instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cujos preços não estão disponíveis é calculado por meio de técnicas de precificação. Nestes casos, os valores justos são estimados por meio de dados observados em instrumentos similares ou através de modelos. Quando dados observáveis de mercado não estão disponíveis, eles são estimados baseados em premissas consideradas apropriadas. Quando são utilizadas técnicas de precificação, estas são validadas e revisadas periodicamente a fim de manter sua confiabilidade.

Em algumas situações é necessária a inclusão do risco de crédito na mensuração do valor justo. Para isto, são utilizadas técnicas estatísticas (volatilidade e correlações) que necessariamente requerem julgamentos da administração.

(ii) Impairment de empréstimos e adiantamentos

É efetuada a revisão quanto a necessidade de *impairment* da carteira de empréstimos e adiantamentos mensalmente. O Pine faz uso de julgamentos para verificar a existência de indícios de *impairment*. Esses indícios incluem dados observáveis que indicam que ocorreram mudanças adversas no status de pagamentos de devedores classificados numa mesma categoria, além de condições econômicas que possam afetar o valor contábil dos ativos. Quando verificada a necessidade de reconhecimento de uma perda ao valor recuperável esta deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

A Administração efetua julgamentos baseados nas perdas históricas para ativos com risco de crédito semelhante e evidência objetiva similar de *impairment*.

A metodologia e as premissas utilizadas para os cálculos de *impairment* são revisadas constantemente.

(iii) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência de diferenças temporárias na medida em que for provável que o Pine e suas controladas terão lucro tributável no futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Os créditos tributários e prejuízos fiscais a compensar são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro suficiente para a utilização destes créditos.

(iv) Passivos contingentes

O Pine revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado nas Notas 3.ab e Nota 22.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

d. Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras de acordo com o critério contábil da competência.

e. Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Banco Central do Brasil.

f. Moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do Grupo determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- . Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;
- . Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em “outros resultados abrangentes”.

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica “Receitas de juros e similares” na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- Juros de ativos de investimentos disponíveis para venda, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em “Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação”.

h. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i. Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica “Receitas de juros e similares” na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica “Receitas de tarifas e comissões” na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j. Resultado de instrumentos financeiros para negociação

O resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais sobre estes instrumentos financeiros e são contabilizados na rubrica “Instrumentos de dívida” e na rubrica “Derivativos” na demonstração do resultado.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

k. Resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo

O resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo refere-se a derivativos não qualificados mantidos para objetivos de gerenciamento de risco e a ativos e passivos financeiros designados ao valor justo, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais sobre estes instrumentos financeiros.

l. Dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação ou do Resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com a classificação do instrumento de capital e são contabilizados na rubrica "Instrumentos de patrimônio" na demonstração do resultado.

m. Imposto de renda

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do § 1º do art 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

n. Instrumentos financeiros ativos e passivos

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o Pine e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumento de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros e índice de mercado).

Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis.

ii. Reconhecimento

Inicialmente, o Pine reconhece as operações de crédito e adiantamentos, os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles designados a valor justo contra resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu valor justo, acrescidos (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo contra resultado) dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

iii. Classificação

Os instrumentos financeiros estão classificados em uma das categorias apresentadas nas práticas contábeis 3(o), (p), (q) e (r).

iv. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos criado ou retido pelo Pine, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Pine efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

O Pine realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Pine e não são baixados do balanço patrimonial. Transferências de ativos com retenção de todos ou da maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação e operações de venda de títulos com compromisso de recompra.

Nas transações em que o Pine não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Pine deixa de exercer controle sobre este. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Pine continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

Em certas transações o Pine mantém a obrigação de prestar serviços sobre os ativos financeiros transferidos. Os ativos transferidos neste caso são baixados em sua totalidade se cumprirem os critérios de baixa. Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado.

O Pine realiza a baixa de empréstimos e adiantamentos a clientes e instituições financeiras quando estes estão em atraso a mais de 360 dias.

v. Aglutinação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser compensados entre si e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, e somente quando, o Pine possui legalmente o direito de compensar os valores, e tem a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vi. Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Pine tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

vii. Mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por não-recuperação (*impairment*) ou impossibilidade de cobrança.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A receita com operações cedidas, com ou sem coobrigação, são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente.

viii. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço.

Quando disponível, o Pine determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos, quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração de resultado consolidada.

ix. Técnicas de avaliação

a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

	2015			2014		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação e <i>hedge</i>	177.503	1.365.609	1.543.112	514.170	752.523	1.266.693
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.418.628	204.545	1.623.173	1.603.019	144.698	1.747.717
Passivos financeiros para negociação	50.803	230.337	281.140	34.789	230.284	265.073

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não houve transferência entre os níveis 1 e 2. O Pine não possui nenhum instrumento financeiro classificado como Nível 3.

b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo no final do exercício.

	2015	
	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	592.626	592.626
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽ⁱ⁾	4.492	4.492
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽ⁱⁱ⁾	3.942.276	3.908.425
Total dos ativos financeiros	4.539.394	4.505.543
Passivos financeiros		
Depósitos de instituições financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	335.924	335.924
Depósitos de clientes ^(iv)	2.725.865	2.753.347
Captações no mercado aberto ⁽ⁱⁱⁱ⁾	499.786	499.786
Obrigações por títulos e valores mobiliários ^(iv)	932.152	934.480
Obrigações por empréstimos e repasses ^(iv)	2.411.311	2.391.325
Outros passivos financeiros	78.226	78.226
Dívidas subordinadas ^(iv)	241.695	227.288
Total dos passivos financeiros	7.224.959	7.220.376

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

- i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.
- ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.
- iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.
- iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

x. Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Instrumento de dívida".

xi. Identificação e mensuração de *impairment*

Em cada data de balanço, o Pine avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não avaliados ao valor justo contra resultado apresentam *impairment*. Os ativos financeiros são considerados com *impairment* quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

O Pine considera evidências de *impairment* tanto para ativos específicos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Todos os ativos significativos que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados são avaliados coletivamente para detectar qualquer *impairment* incorrido, porém ainda não identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar *impairment* agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de capital) possuem *impairment* podem incluir inadimplência por parte do tomador do financiamento, reestruturação do financiamento ou adiantamento pelo Pine em termos que este não aceitaria em outra situação, indicações de que o tomador do financiamento ou emitente entrará em falência, a não-existência de um mercado ativo para um título, ou outros dados observáveis relativos a um conjunto de ativos, tais como, mudanças adversas no histórico de pagamento de tomadores ou emitentes, ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplências. Em adição, para investimentos em instrumentos de capital, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de *impairment*.

As perdas por *impairment* de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas levando em consideração a classificação de risco, em especial, para todos os clientes cuja classificação de risco seja igual ou inferior ao nível de risco "D", conforme termos da Resolução nº 2.682 do CMN, assim como o inadimplemento de obrigações vencidas há mais de 90 dias. As perdas são reconhecidas no resultado na conta "Perdas com ativos financeiros - *impairment*".

As perdas por *impairment* com ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por *impairment* anteriormente reconhecida em instrumentos patrimoniais disponíveis para venda, esta não devem ser revertidas por meio do resultado. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento de dívida disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por *impairment*, são reconhecidas diretamente no resultado. As mudanças nas provisões para *impairment* atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

o. Ativos e passivos mantidos para negociação

Os ativos e passivos mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação no resultado do período. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

Os derivativos são classificados nesta subcategoria com exceção dos instrumentos de *hedge*.

p. Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria no reconhecimento inicial ou que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado quando o Pine passa a ter direito aos dividendos. As variações cambiais ativas ou passivas sobre investimentos em ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no resultado.

Outras mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou uma perda por *impairment* seja verificada, quando então o saldo da reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

q. Mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos com pagamentos fixados ou determináveis e vencimento fixado que o Pine tem intenção e capacidade de manter até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Qualquer venda ou reclassificação de um montante significativo de investimentos mantidos até o vencimento não próximos de seu vencimento resultará na reclassificação de todos os ativos financeiros "mantidos até o vencimento" para "disponíveis para venda", e impedirá que o Pine classifique ativos financeiros como "mantidos até o vencimento" no exercício social corrente e nos próximos dois subsequentes.

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o Pine não possuía operações classificadas como mantidas até o vencimento.

r. Empréstimos e recebíveis

Operações de crédito e adiantamentos são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, e que o Pine não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

As operações de crédito e adiantamentos são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

s. Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos para a negociação. Esses derivativos são mensurados a valor justo.

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do exercício.

t. Ativos não circulantes mantidos para venda

São considerados como tal os ativos não correntes cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como "mantido para a venda", o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo; Ter sua venda prevista para o prazo de até 1 (um) ano.

Imóveis e outros ativos não circulantes tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores são considerados como ativos não correntes "mantidos para a venda" se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como "mantidos para a venda". Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

u. Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

ii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Veículos	5 anos
Sistemas de computação	5 anos
Aeronave	10 anos
Outros bens	10 anos

v. Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i. Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implantação do Projeto (despesa).

Os *softwares* adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

A despesa de desenvolvimento interno de *software* é reconhecida como ativo quando o Pine consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do *software* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de *softwares* desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os *softwares* desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por *impairment*.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

ii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares

5 anos

iii. Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

x. Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

y. Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

z. Impairment de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount*, que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

aa. Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações contábeis do Pine.

ab. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

ac. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;
- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

ad. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc.

O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação e outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado.

ae. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

af. Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

ag. Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de Reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

ah. Lucro por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

O Pine não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de dezembro de 2015.

ai. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4.SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

. Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

. Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

. Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman e Pine Securities, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Disponibilidades (Caixa)	92.538	179.517
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽¹⁾	500.088	223.066
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	592.626	402.583

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, estão compostos como segue:

	2015	2014
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	4.492	20.184
Total	4.492	20.184
Tipo:		
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.492	20.184
Total	4.492	20.184

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

7. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

Os instrumentos de dívida e de capital, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, estão compostos como segue:

	2015			2014		
	Valor justo	Valor de curva	Ajuste de MTM	Valor justo	Valor de curva	Ajuste de MTM
Classificação:						
Ativos financeiros para negociação	315.835	313.783	2.052	746.016	741.650	4.366
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.623.173	1.760.120	(136.947)	1.747.717	1.778.765	(31.048)
Total	1.939.008	2.073.903	(134.895)	2.493.733	2.520.415	(26.682)

	Valores atualizados pelo mercado						2015
Papel/Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
Ativos financeiros disponíveis para venda:							
Carteira própria:							
Cédula de Produto Rural	30.250	10.109	-	-	-	40.359	40.359
LTN	109.943	-	67.086	-	-	177.029	127.290
NTN	-	374	585.086	-	142.625	728.085	769.548
Debêntures	-	125	82.126	-	-	82.251	141.752
Subtotal	140.193	10.608	734.298	-	142.625	1.027.724	1.078.949
Vinculados à prestação de garantias:							
Nota Promissoria	25.008	-	-	-	-	25.008	25.132
NTN	-	89.412	55.536	-	-	144.948	153.235
Subtotal	25.008	89.412	55.536	-	-	169.956	178.367
Vinculados a compromissos de recompra:							
LTN	-	-	222.951	-	-	222.951	293.219
NTN	-	80.248	-	-	-	80.248	82.210
Debêntures	-	88.301	21.360	12.633	-	122.294	127.375
Subtotal	-	168.549	244.311	12.633	-	425.493	502.804
Total de títulos disponíveis para venda	165.201	268.569	1.034.145	12.633	142.625	1.623.173	1.760.120
Ativos financeiros para negociação:							
Carteira própria:							
NTN	-	5.384	1.901	-	844	8.129	8.541
LFT	-	56.944	-	-	-	56.944	56.944
Debêntures	12.458	18.833	35.528	588	-	67.407	67.435
CDB	2.958	-	-	-	-	2.958	2.958
Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	4.701	-	-	-	-	4.701	5.410
Subtotal	20.117	81.161	37.429	588	844	140.139	141.288
Vinculados a compromissos de recompra:							
NTN	-	-	30.583	-	-	30.583	30.857
Debêntures	-	-	38.816	6.301	-	45.117	41.003
Subtotal	-	-	69.399	6.301	-	75.700	71.860
Vinculados à prestação de garantias:							
NTN	-	23.238	36.931	-	-	60.169	60.702
Debêntures	-	14.935	-	24.892	-	39.827	39.933
Subtotal	-	38.173	36.931	24.892	-	99.996	100.635
Total de títulos para negociação	20.117	119.334	143.759	31.781	844	315.835	313.783
Total	185.318	387.903	1.177.904	44.414	143.469	1.939.008	2.073.903

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado						2014
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Valor de curva
Ativos financeiros disponíveis para venda:							
Carteira própria:							
Eurobonds	-	254.239	-	-	-	254.239	255.616
LTN	-	-	10.224	139.569	-	149.793	154.088
NTN	-	49.844	679.660	51.018	161.505	942.027	965.300
Debêntures	-	12.196	71.601	60.901	-	144.698	144.479
Subtotal	-	316.279	761.485	251.488	161.505	1.490.757	1.519.483
Vinculados à prestação de garantias:							
LTN	-	-	87.151	-	-	87.151	88.136
NTN	-	1.278	60.173	-	-	61.451	65.005
Subtotal	-	1.278	147.324	-	-	148.602	153.141
Vinculados a compromissos de recompra:							
Debêntures	-	34.045	4.608	69.705	-	108.358	106.141
Subtotal	-	34.045	4.608	69.705	-	108.358	106.141
Total de títulos disponíveis para venda	-	351.602	913.417	321.193	161.505	1.747.717	1.778.765
Ativos financeiros para negociação :							
Carteira própria:							
LFT	-	-	-	112.167	150.271	262.438	262.438
LTN	49.978	40.576	-	-	-	90.554	90.683
NTN	-	14.196	15.883	1.971	19.991	52.041	53.730
Debêntures	-	29.572	167.956	25.533	-	223.061	216.653
Cotas de fundos de investimento	575	-	-	-	-	575	575
Nota Promissoria	21.707	-	-	-	-	21.707	21.668
Subtotal	72.260	84.344	183.839	139.671	170.262	650.376	645.747
Vinculados a compromissos de recompra:							
LTN	-	53.654	-	-	-	53.654	53.814
NTN	-	19.058	10.079	-	-	29.137	29.348
Debêntures	-	-	7.810	-	-	7.810	7.702
Eurobonds	5.039	-	-	-	-	5.039	5.039
Subtotal	5.039	72.712	17.889	-	-	95.640	95.903
Total de títulos para negociação	77.299	157.056	201.728	139.671	170.262	746.016	741.650
Total	77.299	508.658	1.115.145	460.864	331.767	2.493.733	2.520.415

8. DERIVATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na BM&FBovespa ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total da Instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&FBovespa, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apuração que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação e *hedge* :

Instrumentos financeiros derivativos	2015			2014		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	240.516	803.691	1.044.207	54.000	271.294	325.294
Contratos a termo - a receber	112.339	20.483	132.822	116.603	11.717	128.320
Prêmios de opções a exercer	42.241	8.007	50.248	61.985	5.078	67.063
Total a receber	395.096	832.181	1.227.277	232.588	288.089	520.677
PASSIVO						
Swap - diferencial a pagar	(21.066)	(163.401)	(184.467)	(48.979)	(18.651)	(67.630)
Contratos a termo - a pagar	(39.488)	(292)	(39.780)	(112.229)	(5.136)	(117.365)
Prêmios de opções lançadas	(54.482)	(2.411)	(56.893)	(72.685)	(7.393)	(80.078)
Total a pagar	(115.036)	(166.104)	(281.140)	(233.893)	(31.180)	(265.073)
Valor líquido	280.060	666.077	946.137	(1.305)	256.909	255.604

e) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos de negociação e *hedge* :

	2015				2014			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	3.409.533	477.736	-		2.734.791	258.176	-	
Juros	2.883.695	221.457	-		1.796.622	99.836	-	
Moeda	525.838	256.279	-		938.169	158.340	-	
Posição passiva:	3.409.533	-	(184.467)		2.734.791	-	(67.630)	
Juros	3.074.305	-	(121.242)		1.840.494	-	(16.262)	
Moeda	335.228	-	(63.225)		894.297	-	(51.368)	
Valor líquido		477.736	(184.467)	308.588		258.176	(67.630)	86.020
Hedge Fluxo de caixa								
Posição ativa:	901.849	566.471	-		907.208	67.118	-	
Juros	564.477	366.406	-		566.891	46.967	-	
Moeda	337.372	200.065	-		340.317	20.151	-	
Posição passiva:	901.849	-	-		907.208	-	-	
Juros	901.849	-	-		907.208	-	-	
Valor líquido		566.471	-	51.920		67.118	-	(5.327)
Valor líquido de Swap		1.044.207	(184.467)	360.508		325.294	(67.630)	80.693
Contratos a termo								
Posição ativa:	3.189.022	132.822	-		4.445.385	128.320	-	
Juros	2.296.635	9.932	-		2.998.948	16.497	-	
Moeda	892.387	122.890	-		1.093.287	104.934	-	
Commodities	-	-	-		353.150	6.889	-	
Posição passiva:	3.189.022	-	(39.780)		4.445.385	-	(117.365)	
Juros	773.649	-	(2.074)		988.819	-	(765)	
Moeda	2.298.990	-	(37.606)		3.340.310	-	(115.977)	
Commodities	116.383	-	(100)		116.256	-	(623)	
Valor líquido		132.822	(39.780)	(603.557)		128.320	(117.365)	25.984
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	701.655	50.248	-		1.402.457	67.063	-	
Moeda	594.507	38.694	-		975.184	42.243	-	
Commodities	107.148	11.554	-		427.273	24.820	-	
Prêmios de opções lançadas:	874.399	-	(56.893)		1.214.046	-	(80.078)	
Moeda	756.832	-	(51.013)		748.616	-	(50.491)	
Commodities	117.567	-	(5.880)		465.430	-	(29.587)	
Valor líquido		50.248	(56.893)	12.940		67.063	(80.078)	27.290
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.227.277	(281.140)	(230.109)		520.677	(265.073)	133.967

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	2015				2014			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda			Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro	930.389	1.708.671	320		847.513	1.172.065	1.630	
Moeda	1.545.382	457.757	10.192		1.314.669	-	(24.251)	
Mercadoria	108.461	85.661	-		134.970	528.812	-	
Cupom cambial futuro	829.975	1.590.614	(3.711)		1.221.368	894.524	(10.825)	
Total	3.414.207	3.842.703	6.801	414.996	3.518.520	2.595.401	(33.446)	(25.902)

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	2015					
	Valor de mercado					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Swap	121.164	419.550	756.378	574.485	2.439.805	4.311.382
Contratos a termo	2.436.403	685.791	66.828	-	-	3.189.022
Opções	703.655	802.635	69.764	-	-	1.576.054
Futuros	4.514.181	1.891.641	477.818	148.153	225.117	7.256.910

Valor de referência - Compensação	2014					
	Valor de mercado					
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Swap	446.985	697.007	1.156.556	338.814	1.002.637	3.641.999
Contratos a termo	2.903.651	1.430.395	110.840	499	-	4.445.385
Opções	1.291.590	1.163.267	161.646	-	-	2.616.503
Futuros	3.721.575	1.454.090	630.488	163.074	144.694	6.113.921

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as operações de *swap*, contratos a termo e opções, cujo valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	2015				2014			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	65.327	2.355	1.169.467	7.256.910	40.620	16.861	1.279.472	6.113.921
BM&FBovespa	-	-	1.146.200	7.056.944	-	-	1.074.825	5.391.463
Bolsas no exterior	65.327	2.355	23.267	199.966	40.620	16.861	204.647	722.458
Balcão	4.246.055	3.186.667	406.587	-	3.601.379	4.428.524	1.337.031	-
Instituições Financeiras	1.138.030	-	-	-	1.127.176	1.204	-	-
Empresas	3.108.025	3.186.667	406.587	-	2.474.203	4.427.320	1.337.031	-
Total	4.311.382	3.189.022	1.576.054	7.256.910	3.641.999	4.445.385	2.616.503	6.113.921

i) Hedge Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pela IAS 39.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é anular as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (Libor, Cupom de UF e UF), e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD e CLP) e tornando o fluxo de caixa constante.

As operações estão relacionadas abaixo:

a) Em 28 de dezembro de 2011 foram captados USD25 milhões, através do PROPARCO - Societe de Promotion Et de Participations - Paris, convertidos à taxa de câmbio de R\$1,87/USD naquela data, resultando num valor de dívida de R\$47 milhões. O Pine optou por proteger sua exposição aos riscos advindos desta operação através do *hedge* fluxo de caixa, da seguinte forma:

Contraparte	2015				
	Objeto de Hedge				
	Valor Nominal	Indexador	Taxa de juros	Data de início	Data de vencimento
PROPARCO - Societe de Promotion Et de Participations - Paris	USD 25,000	Libor	4,20% ao ano	19/12/2011	30/04/2022

	2015	
	Instrumento de Hedge	
	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Indexador	Libor	Pré
Taxa de juros	3,50% ao ano	15,65% ao ano
Data de início	10/12/2014	10/12/2014
Data do pagamento cupom/amortização	Abril, Maio, Outubro e Novembro de 2015 a 2022	Abril, Maio, Outubro e Novembro de 2015 a 2022
Data de vencimento	02/05/2022	02/05/2022

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

b) Em 20 de dezembro de 2013 foram captados USD20 milhões, através do PROPARCO - Societe de Promotion Et de Participations - Paris, convertidos à taxa de câmbio de R\$2,34/USD naquela data, resultando num valor de dívida de R\$47 milhões. Não houve parcela inefetiva. O Pine optou por proteger sua exposição aos riscos advindos desta operação através do *hedge* fluxo de caixa, da seguinte forma:

Contraparte	2015				
	Objeto de Hedge				
	Valor Nominal	Indexador	Taxa de juros	Data de início	Data de vencimento
PROPARCO - Societe de Promotion Et de Participations - Paris	USD 20,000	Taxa fixa	5,85% ao ano	20/12/2013	15/12/2023

	2015	
	Instrumento de Hedge	
	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Indexador	Taxa fixa	Pré
Taxa de juros	5,85% ao ano	16,58% ao ano
Data de início	23/10/2014	23/10/2014
Data do pagamento cupom/amortização	Junho e Dezembro de 2015 a 2023	Junho e Dezembro de 2015 a 2023
Data de vencimento	15/12/2023	15/12/2023

c) Em 08 de dezembro de 2010 foram captados USD125 milhões, através do The Bank Of Tokyo - Mitsubishi UFJ, Ltd - OSAKA, convertidos à taxa de câmbio de R\$1,66/USD naquela data, resultando num valor de dívida de R\$207 milhões. Não houve parcela inefetiva. O Pine optou por proteger sua exposição aos riscos advindos desta operação através do *hedge* fluxo de caixa, da seguinte forma:

Contraparte	2015				
	Objeto de Hedge				
	Valor Nominal	Indexador	Taxa de juros	Data de início	Data de vencimento
The Bank Of Tokyo - Mitsubishi UFJ, Ltd - OSAKA	USD 125,000	Pré fixada	8,75% ao ano	08/02/2010	06/01/2017

	2015	
	Instrumento de Hedge	
	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Indexador	Prefixed	Pré
Taxa de juros	8,75% ao ano	21,28% ao ano
Data de início	15/10/2014	15/10/2014
Data do pagamento cupom/amortização	Janeiro e Julho de 2015 a 2017	Janeiro e Julho de 2015 a 2017
Data de vencimento	06/01/2017	06/01/2017

d) Em 10 de dezembro de 2012 foram captados CLP34,378 milhões (equivalente a USD72 milhões), através do Banco de Chile, convertidos à taxa de câmbio de R\$2,04/USD naquela data, resultando num valor de dívida de R\$146 milhões. Não houve parcela inefetiva. O Pine optou por proteger sua exposição aos riscos advindos desta operação através do *hedge* fluxo de caixa, da seguinte forma:

Contraparte	2015				
	Objeto de Hedge				
	Valor Nominal	Indexador	Taxa de juros	Data de início	Data de vencimento
Banco de Chile	USD 72,000	Variação UF	6,00% ao ano	10/12/2012	10/12/2017

	2015	
	Instrumento de Hedge	
	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Indexador	UF CLP	Pré
Taxa de juros	6,956% ao ano	18,96% ao ano
Data de início	20/10/2014	20/10/2014
Data do pagamento cupom/amortização	Dezembro de 2014, Junho e Dezembro de 2015 a 2017	Dezembro de 2014, Junho e Dezembro de 2015 a 2017
Data de vencimento	12/12/2017	12/12/2017

e) Em 25 de novembro de 2014 foram captados USD59 milhões, através do Inter American Development Bank-Washington, convertidos à taxa de câmbio de R\$2,65/USD naquela data, resultando num valor de dívida de R\$157 milhões. Não houve parcela inefetiva. O Pine optou por proteger sua exposição aos riscos advindos desta operação através do *hedge* fluxo de caixa, da seguinte forma:

Contraparte	2015				
	Objeto de Hedge				
	Valor Nominal	Indexador	Taxa de juros	Data de início	Data de vencimento
Inter American Development Bank-Washington	USD 59,000	Libor	2,10% ao ano	25/11/2014	15/11/2016

	2015	
	Instrumento de Hedge	
	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Indexador	Libor	Pré
Taxa de juros	2,10% ao ano	12,86% ao ano
Data de início	26/11/2014	26/11/2014
Data do pagamento cupom/amortização	Novembro de 2015 e 2016	Novembro de 2015 e 2016
Data de vencimento	16/11/2016	16/11/2016

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

f) Em 25 de novembro de 2014 foram captados USD41 milhões, através do Inter American Development Bank-Washington, convertidos à taxa de câmbio de R\$2,65/USD naquela data, resultando num valor de dívida de R\$109 milhões. Não houve parcela inefetiva. O Pine optou por proteger sua exposição aos riscos advindos desta operação através do *hedge* fluxo de caixa, da seguinte forma:

Contraparte	2015				
	Objeto de Hedge				
	Valor Nominal	Indexador	Taxa de juros	Data de início	Data de vencimento
Inter American Development Bank-Washington	USD 41,000	Libor	2,35% ao ano	25/11/2014	15/11/2017

	2015	
	Instrumento de Hedge	
	Ponta Ativa	Ponta Passiva
Indexador	Libor	Pré
Taxa de juros	2,35% ao ano	13,26% ao ano
Data de início	26/11/2014	26/11/2014
Data do pagamento cupom/amortização	Novembro de 2015, 2016 e 2017	Novembro de 2015, 2016 e 2017
Data de vencimento	16/11/2017	16/11/2017

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

	2015	2014
Empréstimos e recebíveis	3.908.425	6.141.616
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	4.101.722	6.286.117
Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(193.297)	(144.501)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	3.908.425	6.141.616
Títulos com risco de crédito		
Títulos com risco de crédito para negociação	152.351	257.617
Títulos com risco de crédito disponíveis para venda	269.912	253.056
Títulos com risco de crédito ao custo amortizado	24.728	28.485
Títulos com risco de crédito, líquidos	446.991	539.158
Garantias prestadas e responsabilidades	2.372.556	2.984.359
Total carteira expandida, líquida de <i>impairment</i>	6.727.972	9.665.133
Total carteira expandida	6.921.269	9.809.634

b) Tipo de crédito

	2015	2014
Capital de giro	2.209.505	3.147.370
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 2.770)	55.830	46.670
Conta corrente garantida	14.113	46.559
Repasse do BNDES/Finame	686.929	1.248.990
Crédito consignado e CDC Veículos	409	1.834
Financiamento em moeda estrangeira	275.625	400.172
Financiamentos a exportação	314.079	704.527
Devedores por compra de valores e bens	277.828	190.466
Títulos de crédito a receber	44.565	89.000
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	209.337	410.529
Avais e Fianças Honradas	13.502	-
Total	4.101.722	6.286.117
Créditos abertos para importação	-	15.272
Garantias prestadas	2.372.556	2.969.087
Garantias prestadas e responsabilidades	2.372.556	2.984.359
Títulos de crédito a receber ⁽¹⁾	24.728	28.485
Instrumentos de dívida privados ⁽²⁾	422.263	510.673
Títulos com risco de crédito	446.991	539.158
Total carteira expandida	6.921.269	9.809.634

⁽¹⁾ Registrados em "outros ativos" (nota 12).⁽²⁾ Representados, na sua maioria, por debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis, compostos na carteira de Instrumentos de dívida do Pine (nota 7).

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

c) Por ramo de atividade:

	2015	2014
Energia Elétrica e Renovável	881.822	974.263
Açúcar e Etanol	887.593	1.366.049
Imobiliário	859.347	1.180.187
Agricultura	702.361	991.748
Engenharia	669.597	773.729
Transportes e Logística	436.525	625.804
Telecomunicações	275.628	438.104
Comércio Exterior	236.283	291.840
Metalurgia	234.450	290.568
Comércio Varejista	213.211	208.379
Veículos e Peças	207.362	366.339
Química e Petroquímica	196.824	371.931
Serviços Especializados	184.505	328.670
Materiais de Construção e Decoração	133.503	142.137
Pessoa Física	122.370	33.574
Processamento de Carne	120.852	265.105
Alimentos	69.035	177.490
Água e Saneamento	64.844	158.606
Mineração	64.214	50.694
Instituição Financeira	61.344	100.580
Mecânica	55.196	39.883
Plásticos e Borracha	49.255	62.855
Comunicação e Gráfica	47.283	53.359
Bebidas e Fumo	47.068	215.418
Tecnologia da Informação	22.283	51.767
Papel e Celulose	20.649	90.466
Serviços Médicos	19.915	22.005
Têxtil e Vestuário	10.621	40.551
Farmacêutica e Cosméticos	10.097	17.808
Comércio Atacadista	7.244	13.279
Couro e Calçados	5.704	31.658
Eletroeletrônica	4.284	23.403
Siderurgia	-	11.385
Total de carteira expandida	6.921.269	9.809.634

d) Por Setor

	2015	2014
Rural	47.856	56.623
Indústria	3.377.980	4.711.736
Comércio	677.186	1.197.017
Intermediação financeira	89.018	126.104
Outros serviços	2.312.794	3.261.855
Pessoas físicas	416.435	456.299
Total de carteira expandida	6.921.269	9.809.634

e) Ativos não recuperáveis - Impairment

	2015	2014
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Operações com evidência de impairment - individualmente significativos		
Saldo bruto	383.724	307.278
Provisão para impairment	(175.303)	(114.585)
Saldo contábil	208.421	192.693
Operações com análise de impairment - Massificado		
Saldo bruto	3.717.606	5.977.027
Provisão para impairment	(17.722)	(29.565)
Saldo contábil	3.699.884	5.947.462
Operações com análise de impairment coletivo - Varejo		
Saldo bruto	392	1.812
Provisão para impairment	(272)	(351)
Saldo contábil	120	1.461
Títulos com risco de crédito		
Operações sem evidência de impairment		
Saldo bruto	446.991	539.158
Saldo contábil	446.991	539.158
Total líquido de impairment	4.355.416	6.680.774
Total bruto	4.548.713	6.825.275

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

f) Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como “Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e adiantamentos a clientes” e considerados como não recuperáveis devido a risco de crédito são os seguintes:

	2015	2014
Saldo inicial	144.501	136.654
Adições/reversões líquidas	136.977	73.147
Ativos baixados	(96.697)	(58.867)
PDD - FIDC	(35)	(7.477)
Variação cambial	8.551	1.044
Saldo final	193.297	144.501

g) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$3.575 (R\$35.855 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

h) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2015 existiam contratos renegociados no valor de R\$R\$322.598 (R\$97.569 em 31 de dezembro de 2014). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

i. Cessões de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas operações de cessões de crédito sem retenção de riscos e benefícios para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$67.817 (R\$77.326 em 31 de dezembro de 2014). Essas cessões resultaram em prejuízo líquido em relação ao valor de face no valor de R\$66.817 (R\$46.761 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), não descontado a provisão para devedores duvidosos no valor de R\$66.828 (R\$38.063 em 31 de dezembro de 2014). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais". Adicionalmente, foram cedidos contratos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$11.124 (R\$37.297 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), essas cessões geraram um ganho no valor de R\$775 (R\$8.880 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) registrados na rubrica "Receitas com juros e similares".

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve operações cedidas para o FIDC Pine Agro no montante de R\$128.569 (R\$332.292 em 31 de dezembro de 2014), conforme nota 3c(iv), e operações cedidas a outras instituições financeiras no valor de R\$101.307, todas elas com retenção de riscos e benefícios.

10. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	2015	2014
Bens Não de Uso	302.695	169.163
Investimentos	107.975	-
Total	410.670	169.163

11. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 31 de dezembro de 2015, referem-se a depósitos por interposição fiscal, representados basicamente por depósitos sobre imposto PIS no valor de R\$44.983 (R\$40.649 em 31 de dezembro de 2014 representados basicamente por PIS e Cofins).

12. OUTROS ATIVOS

	2015	2014
Reservas no Banco Central do Brasil	577	631
Adiantamentos	3.901	5.840
Títulos de crédito a receber	24.728	28.485
Comissões sobre avais e fianças	70.304	74.538
Transações em andamento	41.509	89.051
Outros recebíveis	25.442	26.752
Câmbio	32.130	41.943
Total	198.591	267.240

13. IMOBILIZADO DE USO

Os detalhes, por categoria de ativo, dos imobilizados de uso nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	2015			2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	10.835	(10.570)	265	10.644	(10.327)	317
Móveis e equipamentos de uso	3.245	(2.294)	951	3.241	(2.002)	1.239
Sistema de comunicação	1.493	(1.070)	423	1.477	(957)	520
Sistemas de processamento de dados	1.350	(1.341)	9	1.212	(1.101)	111
Sistemas de segurança	32	(26)	6	32	(24)	8
Aeronave	11.625	(2.325)	9.300	16.293	(1.513)	14.780
Sistemas de transporte	856	(326)	530	2.671	(900)	1.771
Total	29.436	(17.952)	11.484	35.570	(16.824)	18.746

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

As variações na rubrica "Imobilizado de uso" nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	2015	2014
Custo:		
Saldo inicial	35.570	43.211
Adições	15.018	26.396
Baixas	(21.152)	(34.037)
Saldo final	29.436	35.570
Depreciação acumulada:		
Saldo inicial	(16.824)	(17.592)
Baixas	(7.882)	3.914
Depreciação	6.754	(3.146)
Saldo final	(17.952)	(16.824)
Imobilizado de uso líquido	11.484	18.746

14. ATIVO INTANGÍVEL

	2015			2014		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Licença de uso de sistemas - software	10.007	(9.226)	781	9.854	(8.848)	1.006
Total	10.007	(9.226)	781	9.854	(8.848)	1.006

As variações na rubrica "Intangível" nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	2015	2014
Custo:		
Saldo inicial	9.854	10.288
Adições	4.110	2.587
Baixas	(3.957)	(3.021)
Saldo final	10.007	9.854
Depreciação acumulada:		
Saldo inicial	(8.848)	(8.625)
Baixas	-	65
Depreciação	(378)	(288)
Saldo final	(9.226)	(8.848)
Intangível líquido	781	1.006

15. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	2015	2014
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	335.924	68.535
Total	335.924	68.535

Por vencimento

	2015	2014
Até 30 dias	104.955	-
De 61 a 90 dias	17.078	35.163
De 91 a 180 dias	-	231
De 181 a 360 dias	-	11.477
Acima de 360 dias	213.891	21.664
Total	335.924	68.535

16. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	2015	2014
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	2.753.347	3.413.756
Total	2.753.347	3.413.756

Tipo:		
Depósitos à vista	17.832	26.621
Depósitos a prazo	1.616.484	2.219.160
Letras de crédito de agronegócio	475.104	603.463
Letras de crédito imobiliário	643.927	564.512
Total	2.753.347	3.413.756

Por vencimento

	2015	2014
Sem vencimento	17.832	26.621
Até 30 dias	325.104	396.177
De 31 a 60 dias	109.204	288.183
De 61 a 90 dias	157.351	320.934
De 91 a 180 dias	550.877	758.891
De 181 a 360 dias	714.939	722.706
Acima de 360 dias	878.040	900.244
Total	2.753.347	3.413.756

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

17. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	2015	2014
Carteira Própria		
LTN - letras do tesouro nacional	219.661	21.878
NTN - notas do tesouro nacional	110.416	29.011
Debêntures	169.709	113.980
Outros títulos no exterior	-	3.672
Total	499.786	168.541

18. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País

	Taxa de juros	2015	2014
Letras Financeiras	113,83% a.a.	687.755	688.548
Total		687.755	688.548

No exterior - Fixed Rates Notes

Tranche original - US\$	Moeda de Emissão	Taxa de juros	Vencimento Final	2015	2014
1.044	US\$	8,7% a.a + Libor	Jan/2017	3.503	2.892
23.529	US\$	4,20% a.a + Libor	abr/2022	84.692	58.217
20.000	US\$	5,85% a.a + Libor	dez/2023	63.760	53.472
73.000	CLP	6,0% a.a + Var.UF	Dez/2017	94.770	71.403
Total				246.725	185.984

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	2015 Total
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	6.604	124.842	-	131.446
Repasse do país - instituições oficiais	68.219	284.550	265.614	119.945	67.749	806.077
Operações de repasse do exterior	180	266.474	577.701	120.348	-	964.703
Operações de empréstimos do exterior	1.044	353.339	134.716	-	-	489.099
Total	69.443	904.363	984.635	365.135	67.749	2.391.325

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	2014 Total
Empréstimos no país - outras instituições	-	-	12.430	414.565	-	426.995
Repasse do país - instituições oficiais	267.357	396.579	426.512	125.200	117.850	1.333.498
Operações de repasse do exterior	4.113	58.348	409.304	81.982	79.668	633.415
Operações de empréstimos do exterior	238.896	840.716	50.065	79.686	-	1.209.363
Total	510.366	1.295.643	898.311	701.433	197.518	3.603.271

20. DÍVIDA SUBORDINADA

Os detalhes do saldo da rubrica "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor	Taxa de juros	2015	2014
Fixed Rate Notes	Pública	06/01/2017	US\$125.000	8,75% a.a	164.435	273.473
Letras Financeiras	Privada	06/12/2021	R\$45.152	141,45% do CDI	62.853	57.630
Total					227.288	331.103

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	2015	2014
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	78.226	85.236
Total	78.226	85.236

22. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões:

	2015	2014
Contingências trabalhistas	3.238	1.403
Contingências cíveis	6.629	6.524
Contingências fiscais	369	369
Provisão para despesas de pessoal	15.821	11.724
Outras Provisões	5.255	13.141
Total	31.312	33.161

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

b) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

i) Provisão para riscos fiscais

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

Pis: O Pine e a Pine Investimentos, interpuseram medida judicial com vistas a afastar a aplicação do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.718/98, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que tais contribuições passassem a incidir sobre todas as receitas auferidas pelas aludidas pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. O mandado de segurança interposto pelo Pine teve sentença parcialmente procedente e a apelação interposta pela União foi improvida. O trânsito em julgado da ação ocorreu em 17/09/2013.

Suportado pela opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a disputa iniciada pelo Pine e pela Pine Investimentos encontrava-se pacificada no STF e não havia mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Pine efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se tratava de uma obrigação legal e que não era provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$35.764, em 2013 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas (despesas) operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Nesse contexto, o Pine já vem tomando as medidas judiciais necessárias ao levantamento da parcela que lhe cabe do depósito judicial, bem como protocolará em breve o pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores do PIS recolhidos a maior no período de maio de 1999 a abril de 2005, no valor histórico de R\$3.566, que atualizados pela selic até 31 de dezembro de 2015, totalizam R\$9.251 (R\$8.811 em 31 de dezembro de 2014). Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo a ser iniciado em breve junto à RFB, foi reconhecido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - Imposto a compensar", em contra partida à rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Cofins: Em novembro de 2005, o STF julgou inconstitucional o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da Cofins, a partir de fevereiro de 1999, ampliando o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da Cofins foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior. O Pine obteve êxito no mandado de segurança impetrado em face da União Federal, através da qual postulou a repetição do indébito por meio de compensação, do valor recolhido indevidamente a título de Cofins.

Nesse contexto, o Pine já levantou a parcela dos recursos que lhe competia do depósito judicial, bem como protocolará em breve pedido de habilitação de créditos junto a RFB, dos valores da Cofins recolhidos a maior no período de junho de 2000 a abril de 2005, no valor histórico de R\$15.872, que atualizados pela selic até 31 de dezembro de 2015, totalizam R\$41.984 (R\$39.908 em 31 de dezembro de 2014). Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo a ser iniciado em breve junto à RFB, foi reconhecido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o correspondente crédito tributário registrado em "Outros créditos - Imposto a compensar", em contra partida à rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Os valores de obrigações legais e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	2015			2014		
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
PIS	-	38.493	(38.493)	-	35.609	(35.609)
Total	-	38.493	(38.493)	-	35.609	(35.609)

ii) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e, em 31 dezembro de 2015 e de 2014 totalizam:

	2015			2014		
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
Contingências Fiscais	369	1.903	(1.534)	369	1.830	(1.461)
Contingências Trabalhistas	3.238	1.458	1.780	1.403	200	1.203
Contingências Cíveis	6.629	3.129	3.500	6.524	3.010	3.514
Total	10.236	6.490	3.746	8.296	5.040	3.256

iii) Movimentação das provisões passivas

	2015				2014			
	Fiscais/Obrigações Legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/Obrigações Legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	1.403	6.524	8.296	723	1.925	9.997	12.645
Constituição (reversão)	-	1.622	(390)	1.232	(360)	(674)	(3.961)	(4.995)
Atualização	-	213	495	708	6	152	488	646
Saldo final	369	3.238	6.629	10.236	369	1.403	6.524	8.296

iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2015 o Pine possui processos cíveis classificados como possíveis no valor de R\$95. Em 31 de dezembro de 2014 o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2015 o Pine possui processos fiscais classificados como possíveis no valor de R\$1.213 (R\$793 em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

23. PASSIVOS FISCAIS

	2015	2014
Imposto de renda a pagar	1.713	1.848
Contribuição social a pagar	1.189	1.089
Total	2.902	2.937

24. OUTROS PASSIVOS

	2015	2014
Impostos e contribuições a pagar	6.442	6.718
Honorários advocatícios	849	836
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	7.353	74
Negociação e intermediação de valores	28.656	50.762
Obrigações por venda e transferência de ativos financeiros	-	102.098
Relações com correspondentes	1.099	1.188
Outros	10.585	9.115
Total	54.984	170.791

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.112.259 e está dividido em 121.172.024 (121.172.024 em 31 de dezembro de 2014) ações nominativas, sendo 65.178.483 ordinárias (65.178.483 em 31 de dezembro de 2014) e 55.993.541 preferenciais (55.993.541 em 31 de dezembro de 2014) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

b) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei n.º 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei n.º 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual em BRGAAP, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 em R\$36.096 (R\$25.785 em 31 de dezembro de 2014).

O dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao resultado do exercício estão demonstrados no quadro a seguir:

Descrição	2015					
	Data da liberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido IR	Valor total líquido
Juros sobre capital próprio	31/12/2015	18/01/2016	0,1985203276	22.876	0,1687	19.445
Juros sobre capital próprio	30/09/2015	15/10/2015	0,1808724793	20.949	0,1537	17.807
Juros sobre capital próprio	30/06/2015	15/07/2015	0,1640864213	19.090	0,1395	16.227
Juros sobre capital próprio	31/03/2015	15/04/2015	0,1455108514	17.298	0,1237	14.703

Descrição	2014					
	Data da liberação	Data do	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação	Valor total líquido
Juros sobre capital próprio	30/12/2014	15/01/2015	0,1200000000	14.262	0,1020	12.123
Juros sobre capital próprio	29/09/2014	10/10/2014	0,1425000000	16.938	0,1211	14.397
Juros sobre capital próprio	30/06/2014	17/07/2014	0,1413587230	16.733	0,1202	14.223
Juros sobre capital próprio	01/04/2014	14/04/2014	0,1365576604	16.530	0,1161	14.051
Dividendos	30/06/2014	17/07/2014	0,0275992917	3.267	-	-
Dividendos	01/04/2014	14/04/2014	0,0286663691	3.470	-	-

Conforme ICPC 08, os dividendos adicionais propostos ao dividendo mínimo no valor de R\$19.445 (R\$12.124 em 31 de dezembro de 2014) encontram-se classificados em conta destacada do patrimônio líquido.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

d) Ações em tesouraria

Os planos de aquisições e cancelamentos de ações de própria emissão do Pine referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstrados no quadro a seguir:

						2015
Descrição	Data limite para aquisição das ações	Total de ações aprovadas	Ações preferenciais adquiridas	Ações preferenciais canceladas	Valor total	Custo médio
Reunião do Conselho de Administração	06/02/2015	31/12/2016	391.521	391.521	1.750	4,47
Reunião do Conselho de Administração	12/02/2015	11/02/2016	570.000	570.000	2.608	4,58
Reunião do Conselho de Administração	02/03/2015	01/03/2016	1.000.000	1.000.000	5.251	5,25
Reunião do Conselho de Administração	12/05/2015	12/05/2016	1.000.000	1.000.000	5.070	5,07
Reunião do Conselho de Administração	11/06/2015	10/06/2016	500.000	500.000	2.380	4,84
Reunião do Conselho de Administração	08/09/2015	07/09/2016	1.200.000	915.100	3.597	3,92

							2014
Descrição	Data da aprovação	Data limite para aquisição das ações	Total de ações aprovadas	Ações preferenciais adquiridas	Ações preferenciais canceladas	Valor total	Custo médio
Reunião do Conselho de Administração	06/08/2013	06/08/2014	1.942.417	1.942.417	-	6.548	7,42
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2014	27/09/2014	852.883	852.883	-	6.718	7,88
Reunião do Conselho de Administração	27/03/2014	-	-	-	2.440.732	(23.906)	-
Reunião do Conselho de Administração	06/05/2014	05/11/2014	2.423.440	2.342.239	-	17.536	7,49

Em 31 de dezembro de 2015 o Pine transferiu 1.290.843 (1.484.994 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, para os diretores estatutários a título de remuneração variável nos termos da Resolução nº 3.921/10 no montante de R\$5.952 (R\$11.779 em 31 de dezembro de 2014) ao custo médio de R\$4,61 (R\$7,93 em 31 de dezembro de 2014). Em 31 de dezembro de 2015 houve a devolução de 865.906 ações no montante de R\$5.379 ao custo médio de R\$6,22 referente a ações de ex diretores estatutários.

Em 31 de dezembro 2015 o Pine vendeu 294.432 (22.500 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, no montante de R\$1.369 (R\$170 em 31 de dezembro de 2014) ao custo médio de R\$4,65 (R\$7,59 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015 o Pine possuía em tesouraria 5.925.192 (2.336.651 em 31 de dezembro de 2014) ações preferenciais de sua própria emissão no montante de R\$35.744 (R\$17.030 em 31 de dezembro de 2014). O valor de mercado dessas ações correspondia a R\$21.923 (R\$15.048 em 31 de dezembro de 2014).

26. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	2015	2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	(133.557)	(31.047)
Instrumentos de dívida	(133.557)	(31.047)
Hedges fluxo de caixa	28.556	(1.371)
Instrumento de hedge	51.920	(2.285)
Imposto de renda do hedge	(23.364)	914
Outros	(5.347)	(11.823)
Imposto de renda	61.393	17.176
Total	(48.955)	(27.065)

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda *impairment*, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são demonstrados no resultado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Pine não vendeu títulos classificados como disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2014 esta operação resultou em lucro no exercício totalizando R\$5.844 transferido para o resultado.

27. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2015	2014
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.993	3.303
Instrumentos de dívida disponíveis para venda	253.536	179.971
Empréstimos e adiantamentos a clientes	712.801	759.871
Total	968.330	943.145

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

28. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2015	2014
Depósitos de instituições financeiras	28.106	8.657
Depósitos de clientes	482.522	508.602
Captações no mercado aberto	54.957	(2.111)
Obrigações por empréstimos e repasses	164.359	136.317
Obrigações por títulos e valores mobiliários	101.937	30.656
Dívidas subordinadas	87.349	33.366
Outros juros	9.467	19.418
Total	928.697	734.905

29. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LIQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Classificação

	2015	2014
Ativos e passivos financeiros para negociação	214.215	205.169
Total	214.215	205.169

b) Ativos financeiros para negociação – Derivativos

	2015	2014
Futuro	414.996	(9.322)
Opções	12.940	27.290
Swap	308.588	86.020
Termo	(603.557)	9.404
Total	132.967	113.392

c) Ativos financeiros para negociação – Instrumentos de dívida

	2015	2014
Instrumento de dívida	81.248	79.702
Total	81.248	79.702

30. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	2015	2014
Comissão de Fiança	54.871	46.263
Comissão de estruturação	20.158	24.183
Tarifas de contas de clientes	250	457
Outras	435	2.016
Total	75.714	72.919

31. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Comissões	1.439	2.906
Serviços bancários	1.319	1.638
Teleprocessamento	2.263	2.231
Outros	635	871
Total	5.656	7.646

32. VARIAÇÕES CAMBIAIS (LÍQUIDAS)

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor de perda é de R\$ 63.057 (perda é de R\$64.992 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

33. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2015	2014
Recuperação de despesas	355	1.936
Despesa de cessão ⁽¹⁾	(66.817)	(47.319)
Rendas de aluguéis	3.967	4.576
Outras receitas (despesas)	63	(484)
Outras provisões	(18.107)	(15.458)
Total	(80.539)	(56.749)

⁽¹⁾ Vide nota 9 i)

34. DESPESAS COM PESSOAL

	2015	2014
Proventos	60.758	66.103
Benefícios, treinamento	8.867	9.491
Encargos sociais	19.778	20.931
Participações nos resultados	33.010	40.637
Total	122.413	137.162

35. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Despesas de água, energia e gás	607	520
Despesas com aluguéis	8.307	10.021
Despesas de arrendamento de bens	836	937
Despesas de comunicações	3.186	3.355
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.706	1.887
Despesas de processamento de dados	9.261	8.814
Despesas de relações públicas	1.549	3.519
Despesas de seguros	369	414
Despesas com serviços do sistema financeiro	5.301	6.544
Despesas com serviços de terceiros	2.699	3.739
Despesas com serviços de vigilância e segurança	4.661	4.941
Despesas com serviços técnicos especializados	11.693	14.819
Despesas de transporte	605	1.026
Despesas de viagens	1.450	2.485
Outras despesas administrativas	11.441	12.917
Total	63.671	75.938

36. PROVISÕES LÍQUIDAS

	2015	2014
Atualização monetária	3.706	10.232
Reversão/Provisão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	185	4.419
Outros	5.713	(176)
Total	9.604	14.475

37. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor de R\$3.539 (R\$R\$10.446 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

38. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	2015	2014
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	(155.705)	87.608
Juros sobre o capital próprio	(80.213)	(64.463)
Lucro antes da tributação	(235.918)	23.145
Alíquota vigente	45%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	106.163	(9.258)
Diferenças permanentes	90.299	17.411
Variação Cambial de Investimentos no exterior	51.764	10.527
Títulos da Dinamarca	11.956	-
Receitas de juros indenizatórios	11.829	4.827
Majoração da alíquota da CSLL	12.301	-
Outros ajustes	2.449	2.057
Imposto de renda e contribuição social	196.462	8.153

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	2015	2014
<i>Impairment</i>	135.635	80.994
Provisão para participações nos lucros	3.600	1.200
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(16.600)	(21.261)
Outras provisões	29.483	27.113
Outros ajustes	6.937	2.653
Resultado negativo no exterior	19.022	24.032
Prejuízo Fiscal	138.180	-
Total	316.257	114.731

c) Imposto reconhecido no patrimônio

	2015	2014
Avaliação de títulos (renda fixa) disponíveis para venda	60.100	12.419
Avaliação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(23.363)	914
Outros ajustes	1.292	4.757
Total	38.029	18.090

d) Movimentação de impostos diferidos

	2015	2014
Saldo inicial	132.821	84.139
Débito (crédito) ao resultado	201.525	40.553
Débito (crédito) no patrimônio líquido	19.940	8.129
Saldo final	354.286	132.821

e) Prazo de realização

	2015
Até 1 ano	188.131
De 1 a 2 anos	108.185
De 2 a 3 anos	133.374
De 3 a 4 anos	52.999
De 4 a 5 anos	4.948
De 5 a 10 anos	25.161
Subtotal Ativo - Créditos tributários	512.798
Até 1 ano	116.738
De 1 a 2 anos	16.021
De 3 a 4 anos	4.981
De 4 a 5 anos	5.689
De 5 a 10 anos	15.083
Subtotal Passivo - Obrigações fiscais diferidas	158.512
Total	354.286

39. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Pine oferece um Programa Previdenciário Empresarial, nos planos de VGBL e PGDL com taxas de carregamento e administração exclusivas. A contribuição mínima equivale a 1% da remuneração fixa mensal, podendo o profissional complementar o benefício com contribuições voluntárias. A partir de janeiro de 2015 o Pine deixou de contribuir com a previdência dos participantes. Em 31 de dezembro de 2014 o valor da contribuição era de R\$325.

40. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados pelo PPLR do Sindicato dos Bancários, conforme definido no Estatuto Social do Pine.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Despesas de pessoal".

41. LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O gerenciamento de capital é um importante processo da Instituição que é executado de forma a otimizar o uso de capital e alcançar os seus objetivos estratégicos. De forma a gerar estabilidade nos resultados financeiros e aperfeiçoar a alocação de capital é fundamental o constante aprimoramento da gestão e controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional.

De acordo com a Resolução nº 3.988/11 do Bacen, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle de capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

As políticas e estratégias de gerenciamento de capital consideram uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado e são revisadas periodicamente pela Diretoria e Conselho de Administração, a fim de determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da Instituição.

As instituições financeiras devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelos Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

O Pine, em 31 de dezembro de 2015, atingiu o índice de 15,01% (13,87% em 31 de dezembro de 2014), calculado a partir do "Consolidado Prudencial (valores em BRGAAP)"

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Basileia III ⁽¹⁾	2015	2014
Patrimônio de referência Nivel I	1.070.081	1.251.357
Capital Principal	1.070.081	1.251.357
Patrimônio Líquido	1.162.858	1.255.937
(-) Ajustes Prudenciais ⁽²⁾	(92.777)	(4.580)
Patrimônio de referência Nivel II	69.066	145.900
Dívida Subordinada	69.066	145.900
Patrimônio de referência - PR	1.139.147	1.397.257
Ativo ponderado pelo risco - RWA ⁽³⁾	7.588.830	10.073.616
Risco de Crédito	6.936.709	9.538.036
Risco de mercado	511.084	386.291
Risco Operacional	141.037	149.289
Índice da Basileia - %	15,01%	13,87%
Capital Nivel I	14,10%	12,42%
Capital principal	14,10%	12,42%
Capital Nivel II	0,91%	1,45%

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular nº 3.678/13, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de referência exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

c) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução nº 2.286/96 do Bacen, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de dezembro de 2015, o índice de imobilização foi de 12,41% (2,30% em 31 de dezembro de 2014).

42. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2015 e de 2014:

	2015	2014
Garantias prestadas a Instituições Financeiras	26.870	60.299
Garantias prestadas a pessoas físicas e jurídicas	2.345.686	2.908.788
Cartas de crédito	-	15.272
Total	2.372.556	2.984.359

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, temos uma provisão para essa carteira no valor de R\$5.137 (R\$3.904 em 31 de dezembro de 2014).

43. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Remuneração da Administração**

No primeiro semestre de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução n.º 3.921/10, do Conselho Monetário Nacional.

O novo Plano tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução n.º 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no contrato de metas celebrado por cada administrador na forma prevista no PLR e arquivado na sede do Pine; (vii) o desempenho da unidade de negócios; e (viii) a relação entre o desempenho individual dos Administradores, o desempenho da unidade de negócio e o desempenho do Pine como um todo.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% (cinquenta por cento) do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie, de forma imediata quando do pagamento do PLR; e
- b) o correspondente a 10% do valor determinado para a remuneração variável será paga em ações preferenciais do Pine de forma imediata quando do pagamento da PLR; e
- c) o correspondente aos 40% restantes da remuneração variável será pago em ações preferenciais do Pine e serão entregues ao empregado juntamente com o pagamento do valor em espécie. O direito de disposição dessas ações será de forma "Diferida" crescendo com o nível de responsabilidade do Administrador.

Notas Explicativas

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

A entrega das ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que foi constituído na Assembleia Geral do dia 16 de janeiro de 2012, que será responsável por (i) propor ao conselho de administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao conselho de administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao conselho de administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto nesta resolução; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R\$13.817 (R\$29.638 em 31 de dezembro de 2014), e a despesa em 2015 foi de R\$3.933 (R\$12.071 em 31 de dezembro de 2014) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	2015	2014
Remuneração fixa	10.700	11.843
Remuneração variável	13.817	29.638
Benefícios de curto prazo	4.987	5.647
Total	29.504	47.128

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração por ações

Ações Outorgadas	Data da outorga	Quantidade					Vencimento		2014
		Preço de exercício - R\$	Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	% exercível	exercida em	
PLANO I	24/08/2012	14,18	344	260	14	-	33,33%	25/08/2013	
							66,66%	25/08/2014	
							100,00%	25/08/2015	
PLANO II	25/02/2013	14,25	359	275	22	-	33,33%	25/02/2014	
							66,66%	25/02/2015	
							100,00%	25/02/2016	
PLANO III	23/08/2013	10,24	491	354	14	123	33,33%	23/08/2014	
							66,66%	23/08/2015	
							100,00%	23/08/2016	
PLANO IV	25/02/2014	8,14	581	412	21	148	33,33%	25/02/2015	
							66,66%	25/02/2016	
							100,00%	25/02/2017	
PLANO V	25/08/2014	7,80	904	276	335	293	33,33%	25/08/2015	
							66,66%	25/08/2016	
							100,00%	25/08/2017	
PLANO VI	25/02/2015	4,44	1.291	295	642	251	33,33%	25/08/2015	
							66,66%	25/08/2016	
							100,00%	25/08/2017	
Total			3.970	1.872	1.048	815			

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria não dá direito a nenhuma compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Pine o executivo pode receber uma indenização. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 houve pagamento aos executivos que saíram a título de compensação no valor de R\$1.797 (não houve pagamento em 31 de dezembro de 2014).

b) Partes relacionadas

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	2015	2014	2015	2014
Depósitos à vista	213	46	-	-
Administradores e familiares imediatos ⁽¹⁾	213	46	-	-
Depósitos à prazo	8.793	13.900	61	(236)
Administradores e familiares imediatos ⁽¹⁾	8.793	13.900	61	(236)

⁽¹⁾ Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias(%)		Ações Preferenciais		Ações Preferenciais (%)		Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	65.178.483		100,00		17.210.589		30,74		82.389.072	67,99
Conselho de Administração	-		-		462.076		0,83		462.076	0,38
Administradores	-		-		6.539.965		11,68		6.539.965	5,40
Total	65.178.483		100,00		24.212.630		43,25		89.391.113	73,77

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Ordinárias(%)		Ações Preferenciais		Ações Preferenciais (%)		Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	65.178.483		100,00		17.210.589		30,74		82.389.072	68,00
Conselho de Administração	-		-		63.666		0,11		63.666	0,05
Administradores	-		-		7.600.636		13,60		7.600.636	6,30
Total	65.178.483		100,00		24.874.891		44,45		90.053.374	74,35

44. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus Consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de dezembro de 2015 é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	50.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para veículos	741
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	20.590
Seguro global de banco	Valores em espécie	300

45. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução e visão geral

O Pine está exposto aos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela alta administração da instituição.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Pine está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e subscrição é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos.

O objetivo do controle centralizado é prover ao Conselho e aos Executivos uma visão global das exposições do Pine, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

b) Risco de crédito

Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Pine. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Mensuração do risco de crédito

Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, são utilizados como mitigadores e redução de percentual de *Impairment* a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de *Impairment*.

Dentre os critérios objetivos de determinação de possível imparidade de um ativo, o Pine considera a classificação de risco, em especial, para todos os clientes cuja classificação de risco seja igual ou inferior ao nível de risco "D", conforme termos da Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional - CMN, assim como o inadimplemento de obrigações vencidas há mais de 90 (noventa) dias, tudo conforme adiante demonstrado.

Cálculo

Ao menos uma obrigação do tomador perante a instituição financeira está em atraso há mais de noventa dias.

i. Operações sem garantias:

Para as exposições evidenciadas como *Impairment* não associadas a garantias, deverá ser aplicado ao valor da exposição o percentual do Potencial Risco de Crédito.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

ii. Operações com garantias:

As garantias das exposições evidenciadas como Impairment serão utilizadas como mitigadores, não sendo necessária a aplicação do percentual do Potencial Risco de Crédito. O valor do *impairment* será a diferença entre o valor da exposição e o valor presente da garantia associada a esta exposição. O valor presente da garantia é calculado considerando o custo de captação médio do Pine pelo prazo de 3 (três) anos.

Critério

A instituição para efeito de conter eventuais perdas com créditos que ainda não tenham sido identificados dentro dos seus critérios de evidência de *impairment* adota, conservadoramente, a avaliação da sua perda histórica para aplicação de percentual de perda esperada para riscos não identificáveis sobre essa mesma base.

Gerenciamento do risco de crédito

Atribuições:

- Formular Políticas de Crédito em conjunto com todas as unidades do Pine, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de Crédito. A Área de Crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país.
- Desenvolver e manter a classificação de risco do Pine para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Pine, no gerenciamento do risco de crédito.

Política de crédito

Contém todas as diretrizes e recomendações adotadas pelo Pine a fim de aplicar e monitorar a concessão de crédito. Estabelece regras para:

- Conceder crédito a Pessoas Jurídicas, Instituições Financeiras, Negócios de Tesouraria e Pessoas Físicas, bem como o monitoramento de seu desempenho, com características normativas, apresentando restrições a determinadas práticas e concentrando-se na determinação de regras mínimas, que norteiam a atividade;
- Fornecer os roteiros básicos a todos os elementos que dão suporte às operações executadas, constituindo-se em responsabilidade generalizada a total familiaridade dos profissionais e executivos envolvidos com todas as regras estabelecidas, bem como a sua absoluta observância e a manutenção dentro dos padrões exigidos.

Como política geral, esta é flexível e as sugestões para seu aperfeiçoamento são estimuladas, devendo ser encaminhadas à Vice Presidência de Riscos e Crédito e à Área de Compliance, para que sejam devidamente analisadas e submetidas ao Comitê de Crédito.

A Política de Crédito do Pine é pautada pela classificação do risco do cliente e do risco da operação denominados "*Rating* Cliente" e "*Rating* Operação".

A metodologia utilizada para a classificação é pautada em modelo desenvolvido internamente, contendo critérios técnicos consistentes de avaliação objetiva com base nos dados econômico-financeiros da empresa e comportamento cadastral, além de ponderar aspectos subjetivos inerentes à operação do cliente não mensuráveis nestes tópicos.

Os critérios foram desenvolvidos, testados e aplicados pela Vice Presidência de Riscos e Crédito em todos os clientes ativos do Pine na implantação da Política de Crédito. Após profunda análise e avaliação das metodologias de *ratings* disponíveis no mercado, o Pine contratou a ferramenta *RiskAnalyst* da Moody's Analytics. Esta metodologia é utilizada pelo Pine como mais um parâmetro de classificação de clientes.

A avaliação do risco de crédito para derivativos é baseada na avaliação do risco fracionário, sendo este o potencial de ajuste futuro que a operação pode gerar a favor do Pine. O risco fracionário é calculado com base nas volatilidades dos preços e taxas de mercado dos derivativos em carteira.

O conceito de aprovação de crédito sempre será "risco total", incluindo as operações em ser, mais os riscos ora sendo proposto.

Todos os créditos deverão ser analisados com base na capacidade de pagamento dos clientes, bem como nas garantias fornecidas.

O risco soberano dos títulos públicos do governo brasileiro é considerado isento de risco de crédito.

Os títulos privados são analisados conforme as demais operações de crédito da Instituição.

Exposição máxima ao risco de crédito

	2015	2014
Equivalentes de caixa	500.088	223.066
Instrumentos de dívida	311.134	745.441
Derivativos	1.227.277	520.677
Empréstimos e recebíveis	4.106.214	6.306.301
Garantias prestadas	2.372.556	2.984.359

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Qualidade de crédito

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem *impairment*:

	2015			
Classificação Interna (Rating 2682)	Contratos vencidos com <i>impairment</i>	Contratos não vencidos com <i>impairment</i>	Total dos créditos	<i>Impairment</i>
AA - C (Massificado)	40.105	3.677.501	3.717.606	17.722
D - H (Análise Individual)	263.962	119.762	383.724	175.303
Varejo	392	-	392	272
Titulos com risco de crédito	-	446.991	446.991	-
Total	304.459	4.244.254	4.548.713	193.297

	2014			
Classificação Interna (Rating 2682)	Contratos vencidos com <i>impairment</i>	Contratos não vencidos com <i>impairment</i>	Total dos créditos	<i>Impairment</i>
AA - C (Massificado)	84.188	5.892.839	5.977.027	29.565
D - H (Análise Individual)	113.287	193.991	307.278	114.585
Varejo	404	1.408	1.812	351
Titulos com risco de crédito	-	539.158	539.158	-
Total	197.879	6.627.396	6.825.275	144.501

A concentração de risco por setor da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes está demonstrado na nota 9.

Missões da CRO - Chief Risk Officer

Análise e concessão de crédito

Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.

Controles e gestão de riscos de crédito

Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Pine.

Controles e gestão de risco de mercado

Analisar, mensurar e controlar o Risco de Mercado e o Risco de Liquidez do Pine, calcular o Resultado Gerencial da Tesouraria e dar suporte para o controle do risco de crédito de derivativos do Pine, sejam no âmbito gerencial e no regulatório.

Composição da CRO - Chief Risk Officer

Superintendência Executiva de análise de crédito

Responsável pela análise e recomendação para a concessão de crédito. Composta por 4 gerências, divididas por unidades de negócios (regionais). Representada por gerentes, coordenadores e analistas de crédito, todos especialistas em setores da economia.

Superintendência Executiva de controle de riscos

Responsável pelo controle e gestão de risco de crédito. Composta pelo superintendente executivo, superintendente, gerentes, coordenadores e analistas de risco de crédito, liquidez e mercado.

Processo e aprovação de crédito

O Processo de Crédito inicia com a elaboração de uma proposta de crédito e respectivo relatório de visita pela área comercial. Esta proposta de crédito, é analisada pela Superintendência Executiva de Análise de Crédito (com respectiva análise econômico-financeira), pela área comercial e pelo Comitê de Crédito.

O Comitê de Crédito tem as seguintes atribuições:

- Definir a política de crédito e respectivas alterações;
- Analisar, aprovar ou recusar limites / operações de crédito;
- Acompanhar a evolução das utilizações visando observar os parâmetros aprovados x real utilização das linhas de crédito, evitando excessos.

Participantes do Comitê de Crédito com direito a voto:

- Presidente do Conselho de Administração e Conselheiros;
- CEO - Chief Executive Officer;
- COO - Chief Operations Officer;
- CAO - Chief Administrative Officer;
- CRO - Chief Risk Officer.

Observações do Comitê de Crédito:

- Aprovação unânime;
- Participam do Comitê de Crédito como cientes o Diretor Executivo de Originação e o Superintendente Executivo de Crédito;
- Participam do Comitê de Crédito sem direito a voto, o Superintendente de Riscos de Crédito;
- O Comitê de Crédito poderá convocar, na qualidade de participantes, os executivos da área de Originação.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Controles e gestão do risco de crédito

Dentro de um conceito abrangente, analisando todos os clientes, independentemente dos setores onde estão situados, com destacado enfoque na estrutura de controles internos, o Comitê Executivo e a Vice Presidência de Riscos e Crédito do Pine decidiram, conjuntamente, apartar em sua estrutura hierárquica uma célula de controles de crédito denominada Superintendência de Controles de Crédito, reportando à Superintendência Executiva de Controle de Riscos, cuja principal missão é atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos, visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam todo e qualquer tipo de risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam ao Comitê Executivo, acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico da Instituição.

Destaca-se que o Pine possui um sistema integrado de consolidação de risco das operações "em ser", limites de crédito, posição de garantias, modalidades, prazos dos limites e contratos do cliente, despachos e recomendações do Comitê de Crédito, além da posição de passivos dos clientes junto ao Pine e das informações acima relacionadas.

Além dos recursos de gestão fornecidos principalmente aos usuários da Área Comercial, este instrumento permite a consolidação das informações inerentes ao monitoramento da carteira de crédito, promovendo o *link* automático com os procedimentos adotados pela Vice-Presidência de Processamento e interligados à boletagem das operações.

Desta forma, aplicada à matriz de acompanhamento de riscos detalhada nesta etapa do processo, o sistema está capacitado para fornecer informações diárias sobre o fechamento do movimento contábil e apontar as exceções ocorridas.

Ainda seguindo o modelo padronizado, a combinação destas exceções, pré – definidas, implicará na emissão de relatórios de alerta e, dependendo da gravidade dos apontamentos, no bloqueio das operações e limites de crédito do cliente.

Área de Administração de Ativos Especiais (Recuperação de Crédito)

O Pine possui uma área específica de recuperação de crédito que tem por objetivo dar apoio às áreas envolvidas com o processo de recuperação de crédito, visando identificar e atuar frente aos potenciais riscos da Instituição, buscando soluções ágeis e efetivas no intuito de mitigar possíveis perdas, ser fonte de informação acerca dos riscos em atraso ou que por qualquer motivo tenha a certeza do recebimento do crédito prejudicado, promover o controle de riscos que, de acordo com a política definida pela instituição, estão sob a administração da Área de Ativos Especiais.

Etapas de recuperação

Esta área atua na prevenção e recuperação dividindo-se em duas etapas, "Monitoramento" e "Adm de Ativos Especiais - Recuperação de Crédito".

As atividades de "Monitoramento" visam minimizar os impactos com riscos tanto em operações que ainda não venceram, quanto em operações propriamente vencidas no todo.

Sob este aspecto, tem o objetivo de prover à Alta Administração informações acerca dos riscos que envolvem operações em atraso, bem como o posicionamento da Área de Originação sobre os riscos envolvidos, para que, ao final, a tomada de decisão seja feita em tempo hábil e com a devida precisão.

As atividades de "Administração de Ativos Especiais - Recuperação de Crédito" visam à sugestão e adoção de medidas de cobrança de clientes que se encontram inadimplentes perante o Pine, para os quais, sob aspecto comercial, não há solução efetiva para sua regularização e necessitam de meios mais eficazes de cobrança.

Sob o escopo de uma ação preventiva, visa adotar medidas para os riscos que, de alguma forma, apresentam indícios da possibilidade de inadimplência, seja esta detectada pela insuficiência de garantias, baixa na liquidez de títulos em cobrança, adiantamentos em conta não regularizados ou excessos no limite de crédito concedido sem a devida regularização, sucessões de renovações de operações, em especial, de giro quando não há redução sensível do saldo devedor ou movimentação incompatível com a modalidade da operação, ordem de baixa de títulos constantes, origem de recursos de direitos creditórios provenientes do próprio cliente, bem como quando o cliente venha a ter a sua saúde financeira afetada, sendo a informação obtida no mercado, jornais ou periódicos, as quais possam colocar em dúvida a certeza do recebimento dos recursos concedidos.

Para efeito de considerarmos os critérios de evidências de *Impairment*, adotamos a seguinte prática:

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

i. Alteração de risco do cliente

Qualquer alteração econômico-financeira, para cliente que o Pine mantenha relação e que esta alteração indique o aumento no risco de crédito de tal cliente ou grupo econômico.

Riscos que, sob algum aspecto, apresentem indícios da possibilidade de inadimplência, seja esta detectada pela insuficiência de garantias, baixas na liquidez de títulos em cobrança, movimentação incompatível com a modalidade da operação, ordem de baixa de títulos constantes, entre outros.

Para efeito dessa análise, a Superintendência de Controles e Riscos observará tais alterações, mediante monitoramento dos clientes ativos do Pine e identificando alguma alteração no risco do cliente, fará a avaliação quanto à necessidade ou não de realização de *Impairment* para tal cliente ou grupo econômico.

Os percentuais de *Impairment* a serem praticados levarão em conta as garantias envolvidas na operação, análise econômico-financeira do cliente, entre outros, de forma a justificar eventual percentual a ser aplicado para determinado cliente ou grupo econômico.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de *Impairment* a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de *Impairment*.

ii. Operações em atraso

Para efeito de evidência de *Impairment*, com base na avaliação de atrasos e para considerarmos como fato relevante de avaliação e aplicação de *Impairment*, fora os outros aspectos, o Pine define que todos os clientes com atraso superior a 90 (noventa) dias, deverão, obrigatoriamente, ser avaliados quanto a necessidade ou não de aplicação de *impairment*.

A aplicação de percentuais mínimos ficará sujeita à avaliação de cada risco, podendo ser aumentado ou reduzido esse percentual, em especial, por conta da avaliação de mitigadores de risco, a exemplo de garantias, condições econômico-financeiras do cliente ou grupo econômico, entre outros.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de *Impairment* (valor recuperável dos ativos) a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de *Impairment*.

iii. Operações "renegociadas"

Primeiramente, necessária a definição do que vem a ser uma operação "Renegociada", para efeito de definirmos tais operações com critério de evidência de *Impairment*:

Em vista de normativos já expedidos pelo Banco Central do Brasil, em princípio, considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

Em que pese tal definição preliminar e a "rigidez" de determinadas normas expedidas pelo órgão regulador das Instituições Financeiras, todos os conceitos estão generalizados como "acordo".

Dessa forma, não há como confundirmos a natureza da nossa relação comercial com os nossos clientes, com "acordos" ou "renegociações", sendo estas últimas quando, de fato, nosso cliente deixa de cumprir com o avençado e há necessidade de formalizarmos um ajuste, para repactuar as condições do negócio e buscar a solvência do crédito.

Vale lembrar que é da natureza de uma Instituição Financeira a alteração de suas operações em curso, aditamentos com prorrogação de prazo e taxa, mas não com o contexto de "Renegociação", visto que para manutenção de seus clientes e negócios, muitas vezes, é necessário buscar uma solução para manter o relacionamento, a exemplo de garantias já constituídas e com performance satisfatória, operações que envolvem garantias e que necessitam de instrumentos públicos, registros e, de consequência, custo adicional no caso de abrir novo limite ou nova operação.

Isto posto, o Pine, para efeito de definição de operações "Renegociadas", e em linha com as normas expedidas pelo órgão regulador, toda operação que pela sua característica indique alguma probabilidade de perda e que para isso são repactuadas as condições do negócio, buscando a solvência, são classificadas e registradas em nosso sistema legado como "Renegociadas".

Dessa forma, as operações identificadas como "Renegociadas", terão tratamento similar aos demais casos, ou seja, na medida em que seja identificada uma operação nessa situação e para definição dos percentuais de *Impairment* a serem praticados, levarão em conta as garantias envolvidas na operação, análise econômico-financeira do cliente, entre outros, de forma a justificar eventual percentual a ser aplicado para determinado cliente ou grupo econômico.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de *Impairment* a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de *Impairment*.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	Empréstimos e adiantamentos a clientes	
	2015	2014
Operações com evidência de <i>impairment</i>		
Recebíveis	600.283	780.700
Penhor / Alienação de Produtos, Estoques e Equipamentos	1.483.751	1.782.073
Aplicações Financeiras	105.096	129.487
Hipoteca / Alienação Imóveis	1.492.785	1.581.466
Fiança	3.392	4.251
Total	3.685.307	4.277.977

Riscos não identificáveis

Para efeito de conter eventuais perdas com créditos que ainda não tenham sido identificados dentro dos seus critérios de evidência de *impairment*, o Pine adota, conservadoramente, a avaliação da sua perda histórica para aplicação de percentual "genérico" sobre essa mesma base.

Nesse sentido, o Pine adota modelo de avaliação para perdas incorridas nos últimos três exercícios, incluindo, o exercício de avaliação.

É feita a avaliação de todos os seus novos clientes e as perdas registradas com os mesmos, apurando-se o percentual destas perdas sobre a base de clientes, pelos seus valores históricos, não contemplando eventuais mutações do volume de crédito, ao longo da relação comercial mantida com os mesmos.

Feita a apuração do percentual de perdas para o período em análise, tal percentual é aplicado aos clientes que não possuíram evidências de *impairment*.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

c) Risco de liquidez

Definição

O risco de liquidez está associado à eventual dificuldade do Pine em atender suas obrigações decorrentes dos seus passivos financeiros.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens :

- O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado;
- Projeção de cenários de estresse de liquidez definidos no ALCO - *Asset and liability committee*.

Esses dados são confrontados com nível de caixa do Pine diariamente e avaliados semanalmente no ALCO - *Asset and liability committee*.

A gestão de liquidez é realizada pela Superintendência de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que se reporta à Superintendência Executiva de Controle de Riscos.

Balanco Patrimonial por liquidez

	Até 3 meses	3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	592.626	-	-	-	-
Instrumentos de dívida	1.040.861	325.201	523.831	44.414	-
Instrumentos de capital	4.701	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	-	4.492	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	907.614	1.611.555	1.120.549	578.188	73.314
Total	2.545.802	1.941.248	1.644.380	622.602	73.314
PASSIVO					
Depósitos de clientes	595.027	1.309.583	1.220.963	13.873	-
Depósitos de instituições financeiras	123.675	-	263.898	-	-
Captações no mercado aberto	499.786	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	18.521	618.707	250.883	46.302	67.317
Obrigações por empréstimos e repasses	474.228	781.077	635.307	328.161	205.607
Dívidas subordinadas	26.078	43.632	194.642	-	72.447
Total	1.737.315	2.752.999	2.565.693	388.336	345.371
Derivativos	142.325	252.766	304.054	195.467	186.101
GAP	950.812	(558.985)	(617.259)	429.733	(85.956)

d) Risco de mercado

i) Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Pine.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de *commodities* e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

ii) Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Pine vis a vis o apetite ao risco definido pelo ALCO - *Asset and liability committee* e aprovado pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de mercado é efetuada diariamente pela Superintendência de Risco de Mercado, Liquidez e P&L, que calcula o Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Pine.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e *Stop Loss* estabelecidos pelo ALCO - *Asset and liability committee* e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela BM&FBovespa, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo ALCO - *Asset and liability committee*.

iii) Metodologias

Valor justo

O objetivo da marcação a mercado (Valor Justo) é tornar o apreçamento dos ativos e passivos contidos na carteira do Pine o mais transparente possível, visando a proteção dos acionistas.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Value at risk – VaR (Valor em risco)

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Pine. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, BM&FBovespa, Banco Central, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e *commodities*. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

iv) Análises

GAP

O descasamento entre os prazos de vencimento das operações ativas e passivas dos recursos cria um GAP de prazo, oriundo da diferença entre os prazos de vencimento médio ponderado do ativo e passivo. É, portanto, a representação gráfica por fator de risco dos fluxos de caixa expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento, sendo utilizado para a avaliação de exposição a risco em um horizonte de tempo.

Análise de sensibilidade aos fatores de risco

Nesta análise procura-se avaliar a variação do valor de mercado da carteira a uma pequena variação das estruturas a termo de taxas de juros. O cenário aplicado é o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras da Instituição. Essa análise é importante, pois leva em conta a maturidade (duração) dos diferentes ativos que compõem as carteiras.

Análise de estresse

Diariamente são efetuados testes de estresse que são divulgados em conjunto com as figuras de Risco do Pine para cada tipo de exposição (prefixado-juros, Dólar, inflação e ações) considerando os cenários divulgados pela BM&FBovespa para cada fator de risco. São considerados dois cenários de alta e dois cenários de baixa.

v) Riscos

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros surge da possibilidade de que variações na taxa de juros afetarão os fluxos de caixa futuros ou o valor justo de instrumentos financeiros.

Risco de moeda

Risco de moeda é o risco de variação no valor de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. O Conselho estabeleceu limites de posições em moedas estrangeiras. Conforme as políticas do Pine, posições são monitoradas diariamente e estratégias de *hedge* são utilizadas para manter as posições dentro dos limites preestabelecidos.

Risco de preço de ações

Risco de preço de ações é o risco de o valor justo de ações diminuir como resultado de variações no nível de índices de ações ou ações individuais.

Risco de Commodities

Risco de *Commodities* é o risco devido à oscilação dos preços de produtos físicos (produtos agrícolas, petróleo, metais, etc).

vi) Exposição ao risco

Carteiras mantidas para negociação

Essa carteira é composta somente por operações em negociação (*trading*) do Pine transacionadas com a intenção de negociação, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem. Pode ainda, ser incluída operação destinada a *hedge* da referida carteira.

Exposição aos riscos de mercado - Carteiras mantidas para negociação

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Pine referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, considerando o critério de 99% de confiança e holding período de 1 dia:

	Média	Máximo	Mínimo
31 de dezembro de 2015	503	1.054	270
31 de dezembro de 2014	577	1.292	199

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

vii) Análise de sensibilidade

Conforme Instrução Nº 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, segue abaixo os possíveis impactos no resultado gerados pelos cenários de sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que expõe o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição em 31 de dezembro de 2015:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		2015		
		Cenários		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	2.055	(40.762)	(81.523)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	(423)	(8.257)	(16.515)
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(3.877)	11.461	22.921
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	6.005	(4.555)	(9.111)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	4	18	36
Taxas <i>OffShore</i> (Libor + outras <i>Offshore</i>)	Variação nas taxas <i>OffShore</i>	3.086	2.777	5.311
Moedas	Variação na variação cambial	(76)	(672)	(1.345)
Total (soma não correlacionada)*		(15.739)	(68.502)	(137.004)
Total (soma correlacionada)**		6.774	(39.990)	(80.226)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários	
Cenário I - Provável	Cenário composto pela variação dos fatores de mercado entre os dias 31/12/2015 e 11/01/2016 (Pré de 15,87% para 15,63% no vértice de 1 ano, de 16,68% para 16,41% no vértice de 4 anos, variação do dólar de 3,9048 para 4,0153 e cupom cambial de 2,70% para 3,55% no vértice de 1 ano)

Cenário II - Possível ^(*)	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento (dólar e <i>equity</i>), conforme exemplo a seguir:
---	--

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	15,87%	25%	19,83%
Índice de Preços (IPCA)	6,42%	25%	8,03%
Taxa TJLP (TJLP)	7,96%	25%	9,95%
Taxa de Cupom de Dólar	2,70%	25%	3,38%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	3,10%	25%	3,88%
Taxa LIBOR USD	1,16%	25%	1,45%
Moedas	3,9048	25%	4,8810

Cenário III - Remoto ^(*)	Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento (dólar e <i>equity</i>), conforme exemplo a seguir:
--	--

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	15,87%	50%	23,80%
Índice de Preços (IPCA)	6,42%	50%	9,63%
Taxa TJLP (TJLP)	7,96%	50%	11,94%
Taxa de Cupom de Dólar	2,70%	50%	4,06%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	3,10%	50%	4,66%
Taxa LIBOR USD	1,16%	50%	1,74%
Moedas	3,9048	50%	5,8572

* Para os Cenários II e III, foi considerado o resultado do estresse de alta ou baixa de forma a obter um resultado de maiores perdas para a carteira.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

viii) Balanço por moeda

	2015			2014		
	Dolar	Euro	Outros	Dolar	Euro	Outros
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa	331.603	5.403	1.016	435.895	1.864	(15.761)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	439.169	-	-	1.600.033	-	-
Outros ativos	96.275	-	-	5.312	-	-
Total	867.047	5.403	1.016	2.041.240	1.864	(15.761)
PASSIVO						
Depósitos de clientes	41.504	-	-	178.272	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	220.728	-	136.725	140.407	-	73.823
Obrigações por empréstimos e repasses	1.175.937	-	-	2.205.629	-	-
Relações com correspondentes	-	-	-	73	-	-
Dívidas subordinadas	551.469	-	-	383.735	-	-
Outros passivos	7.069	-	-	132.810	-	-
Total	1.996.707	-	136.725	3.040.926	-	73.823
Derivativos	710.710	(1.677)	138.934	994.011	(2.109)	90.684
GAP	(418.950)	3.726	3.225	(5.675)	(245)	1.100

ix) Balanço por taxa de juros

	2015					2014
	Pre	IPCA	Libor	Cupom Cambial	TJLP	
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa	210.780	181.497	-	-	-	200.349
Instrumentos de dívida	1.089.668	787.695	-	-	-	56.944
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	-	-	-	-	-	4.492
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.980.045	280.580	426.949	172.987	119.693	121.468
Total	4.280.493	1.249.772	426.949	172.987	119.693	383.253
PASSIVO						
Depósitos de clientes	2.362.000	391.347	-	-	-	-
Depósitos de instituições financeiras	335.924	-	-	-	-	-
Captações no mercado aberto	389.370	110.416	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	661.258	25.217	159.019	-	-	88.986
Obrigações por empréstimos e repasses	937.523	-	1.453.802	-	-	-
Dívidas subordinadas	53.459	8.102	165.727	-	-	-
Total	4.739.534	535.082	1.778.548	-	-	88.986
Derivativos	12.969	(15.842)	416.680	-	(876)	-
GAP	(446.072)	698.848	(934.919)	172.987	118.817	294.267

	2014					2014
	Pre	IPCA	Libor	Cupom Cambial	TJLP	
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa	179.516	101.082	-	-	-	121.985
Instrumentos de dívida	-	1.566.078	5.040	-	-	922.040
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	-	-	-	-	-	20.184
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.535.071	324.583	448.085	639.440	265.401	73.239
Total	4.714.587	1.991.743	453.125	639.440	265.401	1.137.448
PASSIVO						
Depósitos de clientes	2.983.457	369.025	-	-	-	61.274
Depósitos de instituições financeiras	68.535	-	-	-	-	-
Captações no mercado aberto	168.541	-	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	667.792	21.960	-	-	-	184.780
Obrigações por empréstimos e repasses	1.760.493	-	1.841.502	-	-	-
Dívidas subordinadas	47.809	7.258	274.848	-	-	-
Total	5.696.627	398.243	2.116.350	-	-	246.054
Derivativos	(560.930)	(115.030)	-	-	85.539	(225.136)
GAP	(1.542.970)	1.478.470	(1.663.225)	639.440	350.940	666.258

e) Gestão de Risco Operacional

Definição

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Pine, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Para atenuar esse tipo de risco o Pine adota uma estrutura para garantir permanente atualização e mapeamento de riscos e controles, bem como capturar informações relacionadas a qualquer falha operacional.

Notas Explicativas



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Gestão e Metodologia

A estrutura responsável pela centralização da gestão dos riscos operacionais e pela disseminação da metodologia está composta por funcionários da Gerência de Risco Operacional, que se reporta à Superintendência Executiva de Controle de Riscos, além dos pontos focais de Compliance que atuam nas diferentes atividades do Pine e ajudam a promover uma cultura de conformidade e controle de risco em todo o Pine, visando o objetivo de aprimoramento dos processos internos e a redução de riscos operacionais.

Nesta metodologia, periodicamente, são realizadas auto-avaliações das atividades e processos das áreas, que incluem a identificação dos riscos inerentes, avaliação da eficácia dos controles e sugestão de planos de ação para mitigar os riscos identificados e/ou melhorar os controles.

O Pine a partir de junho de 2011, alterou a metodologia de cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR) de Abordagem do Indicador Básico (BIA) para a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA II), de acordo com a circular Bacen nº 3.383/08.

46. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO (BRGAAP e IFRS)

De acordo com a instrução CVM n.º 457, de 13 de julho 2007, apresentamos a seguir a reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído a controladora ente o BRGAAP e o IFRS, nos exercícios demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	2015	2014
Patrimônio Líquido consolidado em BRGAAP			
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	1.162.858	1.255.937
Diferimento (apropriação) de tarifas bancárias e comissões pelo método de taxa efetiva de juros	b	17.079	34.657
<i>Hedge accounting</i>	d	(18.902)	(19.941)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS	c	50.723	(2.347)
Patrimônio Líquido em IFRS		(22.005)	(5.886)
		1.189.753	1.262.420

	Nota explicativa	2015	2014
Lucro Líquido consolidado em BRGAAP			
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	41.026	94.307
Diferimento (apropriação) de tarifas bancárias e comissões pelo método de taxa efetiva de juros	b	(17.577)	(6.959)
<i>Hedge accounting</i>	d	1.040	12.400
Transferência de categoria em títulos e valores mobiliários	e	1.506	919
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS	c	15.312	(2.730)
Lucro Líquido em IFRS		(550)	(2.176)
		40.757	95.761

a) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Pine estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados percentuais regulatórios, independente da existência de evidência objetiva de impairment definidos em regulamentação do Bacen, para fins do cálculo da provisão para perdas sobre crédito.

b) Diferimento de tarifas bancárias e comissões pelo método da taxa efetiva de juros:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

c) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis.

Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação.

Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

Conforme mencionado na nota 2.m, no exercício de 2015 a majoração da alíquota da CSLL gerou um impacto de R\$ 424 no Lucro Líquido e de R\$ 540 no Patrimônio Líquido.

d) *Hedge accounting*

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", somente a parte do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* qualificado como *hedge accounting* de fluxo de caixa, que é determinada como *hedge* eficaz, deve ser reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes.

O IAS 39 também requer que na descontinuidade do *hedge accounting* de fluxo de caixa o ganho ou a perda cumulativo resultante do instrumento de *hedge* que se mantém reconhecido como resultados abrangentes desde o período em que o *hedge* estava em vigor deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até a liquidação do objeto do *hedge*.

e) Transferência de categoria em títulos e valores mobiliários

O IAS 39 proíbe a reclassificação entre categorias dos instrumentos financeiros, neste sentido, os ativos financeiros disponíveis para a venda não podem ser reclassificados para outras categorias, nem de outras categorias para ela, o que resultou na reversão de transferências de categoria em títulos e valores mobiliários.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA							
Banco Pine S/A		Posição em 31/12/2015 (Em unidades Ações)					
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Noberto Nogueira Pinheiro	65.178.483	100,00	17.210.589	30,74	82.389.072	67,99	
Ações em tesouraria	-	0,00	5.925.192	10,58	5.925.192	4,89	
Outros	-	-	32.857.760	58,68	32.857.760	27,12	
Total	65.178.483	100,00	55.993.541	100,00	121.172.024	100,00	

^(A) Participação de fundos por ela administrados

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO							
Posição em 31/12/2015 (Em unidades Ações)							
Acionistas	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)		Quantidade de Ações Preferenciais (Em unidades)		Quantidade do Total de Ações (Em unidades)		
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
Controlador	65.178.483	100,00	17.210.589	30,74	82.389.072	67,99	
Administradores							
Conselho de Administração	-	-	462.076	0,83	462.076	0,38	
Diretoria	-	-	6.539.965	11,68	6.539.965	5,40	
Ações em tesouraria	-	-	5.925.192	10,58	5.925.192	4,89	
Outros Acionistas	-	-	25.855.719	46,18	25.855.719	21,34	
Total	65.178.483	100,00	55.993.541	100,00	121.172.024	100,00	
Ações em Circulação			25.855.719	46,18	25.855.719	21,34	

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes

Aos
Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Instituição, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Relatório dos auditores independentes

Aos Administradores
Banco Pine S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Instituição") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2015, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

São Paulo, 10 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BANCO PINE S/A
CNPJ 62.144.175/0001-20 - Companhia Aberta NIRE 35300525515

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA EXERCÍCIO SOCIAL 2.015

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S/A e das suas controladas é um órgão estatutário subordinado ao Conselho de Administração, implantado em atendimento às regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores mobiliários – CVM, e seu regimento está disponível no site www.pine.com/ri. A elaboração das Demonstrações Financeiras do Banco Pine S/A e do Banco Pine S/A e suas controladas – (“Consolidado”) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade da sua Administração. Também, é sua responsabilidade (i) o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras, (ii) o gerenciamento dos riscos das operações do Conglomerado Pine e (iii) a supervisão das atividades de controle interno e compliance. A auditoria independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, decorrente da legislação societária e das normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. A auditoria interna tem suas atividades direcionadas para a avaliação da eficiência e eficácia dos controles internos e do gerenciamento de riscos e na aderência dos processos às normas e procedimentos estabelecidos pela Administração.

Das atividades do Comitê no Exercício de 2.015:

O Plano de trabalho do Comitê de Auditoria, para o exercício de 2.015, teve como objetivo principal a análise das estruturas, das operações, dos processos e dos sistemas inerentes aos negócios da Instituição, incluindo reuniões com os responsáveis pelas principais áreas de negócio do Conglomerado Pine.

Reuniões específicas foram realizadas com a Auditoria Independente e com a Auditoria Interna, para tratar do plano anual e da sua execução, bem como o acompanhamento das ações estabelecidas pela Administração aos apontamentos de auditoria. Também foi realizada reunião com o Banco Central do Brasil para discussão desses planos anuais, dos fechamentos semestrais e de aspectos de sua regulamentação e normatização.

Em sessão realizada em 16 de fevereiro de 2.016, foram analisadas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2.015 e elaborado o correspondente Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, das atividades desenvolvidas no exercício.

Do Sistema de Controles Internos:

Conforme cronograma e plano de trabalho definido para o exercício de 2.015, o Comitê tomou conhecimento dos processos, métodos e sistema de controles e de informações do Conglomerado Pine, avaliando a sua qualidade e o comprometimento dos gestores na sua manutenção e aprimoramento.

Todas as principais atividades da Instituição, inclusive as atividades exercidas por outras empresas (terceiros relevantes), foram analisadas e tiveram os seus riscos identificados, assim como, os controles utilizados para reduzi-los a um nível considerado adequado de gerenciamento. Esses mapeamentos, riscos e controles são armazenados em um sistema eletrônico de dados adquirido de consultoria especializada e de renome no mercado.

O Comitê com base nas informações e observações colhidas durante suas reuniões avalia como adequado ao porte e complexidade de operações do Conglomerado Pine, os sistemas de controles internos e contribuindo para a eficiência de seus negócios, para a adequação dos relatórios financeiros e para a observância às normas e regulamentações aplicáveis às suas transações.

Da Administração de Riscos Consolidada:

A Gestão de Risco do Conglomerado Pine é exercida de forma consolidada pela Vice- Presidência – “Chief Risk Officer”, compreendendo os principais riscos regulamentados pelo Banco Central do Brasil, quais sejam, Risco de Crédito, Risco de Mercado, Risco de Liquidez e Risco Operacional.

Em reuniões de trabalho com a unidade de Gestão de Riscos, este Comitê teve a oportunidade de tomar conhecimento dos processos, métodos, sistemas e principais relatórios para a gestão de riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional que incluem as atividades de um comitê específico de Riscos.

Da Auditoria Independente:

O Comitê manteve reuniões com a Auditoria Independente – PricewaterhouseCoopers (PwC) - para a aprovação das Informações Financeiras Trimestrais (ITR) e Demonstrações Financeiras Semestral e Anual. Por ocasião destas reuniões foi discutido o Plano Anual de Auditoria, e verificado o cumprimento da sua Política de Independência.

As recomendações incluídas nos relatórios sobre controles internos foram apresentadas e discutidas no Comitê e foram estabelecidos, em conjunto com a Auditoria Interna e com as áreas respectivas, Planos de Ação para solucioná-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade dos negócios da Instituição. O Comitê avalia como adequados o planejamento e os trabalhos dos auditores independentes para o porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine.

Da Auditoria Interna:

O Comitê aprovou a estrutura da Auditoria Interna e o Plano Anual compreendendo todas as operações, riscos e processos da Instituição e acompanha em suas reuniões o seu cumprimento. Nas reuniões do Comitê a presença permanente da Auditoria Interna proporciona o suporte necessário às atividades e o atendimento às demandas.

A Auditoria Interna atua, também, no atendimento às demandas dos órgãos reguladores, e nas suas reuniões com este Comitê apresenta e discute os relatórios e demandas desses órgãos.

Das Demonstrações Financeiras Consolidadas:

O Comitê avaliou os processos de elaboração das informações financeiras, os balanços individuais e consolidados, os relatórios financeiros e as notas explicativas divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras. Discutiu com a PwC e com os

executivos da Instituição as práticas relevantes utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das Demonstrações Financeiras do Banco Pine S/A e do Banco Pine S/A e de suas controladas - Consolidado, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2.015.

São Paulo, 16 de fevereiro de 2.016

Gustavo Diniz Junqueira
Presidente

William Pereira Pinto
(Especialista Financeiro)

Sérgio Machado Zica de Castro
Membro Independente

Harumi Susana Ueta Waldeck
Membro Independente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.

Membros da Diretoria Executiva

Noberto Nogueira Pinheiro Júnior
Ulisses Marcio Alcantarilla
Gabriela Redona Chiste
João Vicente Peregrino de Brito
Rodrigo Esteves Pinheiro
Gustavo Gierun
Jefferson Dias Miceli
Luiz Eduardo Marinho
Welinton Gesteira Souza
Claudia Lopes
Fabio Ferraz
Rodrigo Montemor
Raquel Varela Bastos
Maria Aparecida Pinto

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Após análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras, Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), os membros da Diretoria Executiva, para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2016.

Membros da Diretoria Executiva

Noberto Nogueira Pinheiro Júnior
Ulisses Marcio Alcantarilla
Gabriela Redona Chiste
João Vicente Peregrino de Brito
Rodrigo Esteves Pinheiro
Gustavo Gierun
Jefferson Dias Miceli
Luiz Eduardo Marinho
Welinton Gesteira Souza
Claudia Lopes
Fabio Ferraz
Rodrigo Montemor
Raquel Varela Bastos
Maria Aparecida Pinto